



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

**BRASÍLIA - DF
2018**



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 161/2017 e das orientações do órgão de controle interno, Portaria CGU nº 500/2016.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

**BRASÍLIA - DF
2018**

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ANA – Agncia Nacional de guas
CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina
CAPES - Coordenao de Aperfeiamento de Pessoal de Nível Superior
CAS - Comisso de Avaliao dos Servidores
CDP – Comitê de Desenvolvimento de Pessoas
CEDAM - Centro de Desenvolvimento da Administrao Pública
Cetefe - Centro de Treinamento de Educao Física Especial
CGGP - Coordenao-Geral de Gesto de Pessoas
CGPG - Coordenao-Geral de Pós-Graduao *Stricto Sensu*
CGU - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da Unio
CNE - Conselho Nacional de Educao
CPA - Comisso Própria de Avaliao
CSIC - Comitê de Segurana da Informao e Comunicao
CTI - Comitê de Tecnologia da Informao
CTI - Comitê de TI
DEC - Diretoria de Educao Continuada
DFPE - Diretoria de Formao Profissional e Especializao
DOU - Diário Oficial da Unio
DPPG - Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduao *Stricto Sensu*
DVP - Demonstrao das Variaoes Patrimoniais
EGTI - Estratégia Geral de Tecnologia da Informao do Governo Federal
ENA - Ecole Nationale de Administration
Enap – Escola Nacional de Administrao Pública
EVG – Escola Virtual de Governo
Flacso – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FUB - Fundao Universidade de Brasília
FUNCEP - Fundao Centro de Formao do Servidor Público
GAEG - Gratificao Temporária de Atividade em Escola de Governo
GDF - Governo do Distrito Federal
GDPGPE - Gratificao de desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo.
GRU - Guia de Recolhimento da Unio
ICT - Instituio Científica, Tecnológica e de Inovao

INPI - Instituto Nacional de Propriedade industrial
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
IPPA - *International Public Policy Association*
ISC - Instituto Serzedello Corrêa/TCU
LAI - Lei de Acesso à Informação
LOA - Lei Orçamentária Anual
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCID - Ministério das Cidades
MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações
MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDIC - Ministério da (Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MEC - Ministério da Educação
MI - Ministério da Integração
MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MME - Ministério da Minas e Energia
MOOC - Curso On Line Aberto e Massivo
MP - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MS - Ministério da Saúde
MT - Ministério da Transportes, Portos e Aviação Civil
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
PAB – Posto de Atendimento Bancário
PAE – Posto de Atendimento Eletrônico
PDL - Programa de Desenvolvimento de Lideranças
PETI - Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PI - Planos Internos
Piele - Programa de Incentivo ao Estudo de Línguas
PLS - Plano de Gestão de Logística Sustentável
PNDP - Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
PPA – Plano Plurianual
PQVT - Programa de Qualidade de Vida no Trabalho
RSP – Revista do Serviço Público

SEGU- Sistema de Escolas de Governo da União

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão

SIC - Sistema de Informação de Custos

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação/MP

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TED - Termo de Execução Descentralizada

UnB - Universidade de Brasília

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - Ação relacionada a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS – Ação 20U9
- Quadro 2 - Planos orçamentários (PO) – Ação 20U9
- Quadro 3 - Ação relacionada a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS – Ação 216R
- Quadro 4 - Plano orçamentário (PO) – Ação 216R
- Quadro 5 - Despesas por grupo e elemento de despesa– modalidade de contratação
- Quadro 6 - Despesas por grupo e elemento de despesa – grupos de despesa
- Quadro 7 - Indicadores de Desempenho
- Quadro 8 - Pesos por tipo de evento
- Quadro 9 - Força de trabalho
- Quadro 10 - Distribuição da Lotação Efetiva
- Quadro 11 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas
- Quadro 12 - Despesas do pessoal
- Quadro 13 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade
- Quadro 14 - Distribuição de vagas
- Quadro 15 - Principais sistemas de informação
- Quadro 16 - Quantitativo de pessoas na força de trabalho de TI
- Quadro 17 – Cursos realizados pela equipe de TI
- Quadro 18 – Projetos de TI desenvolvidos
- Quadro 19 – Gestão ambiental e as licitações sustentáveis

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Total de capacitações por estado em 2017 - Enap em Rede
- Figura 2 - Macroprocesso Gestão Acadêmica
- Figura 3 - Mapa estratégico da Enap - 2016-2019
- Figura 4 – Mapa estratégico da Enap - 2018-2019

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de matrículas por trimestre na EVG em 2017

Gráfico2 - Cursos mais procurados na EVG em 2017

Gráfico 3 - Total de capacitações realizadas pela Enap

Gráfico 4 - Conclusões por carreira - Programa de Aperfeiçoamento

Gráfico 5 - Tipos de resposta por pedido

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

- 1.1 Finalidade e competências
- 1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade
- 1.3 Ambiente de atuação
- 1.4 Organograma funcional
- 1.5 Macroprocessos finalísticos

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

- 2.1 Planejamento Organizacional
- 2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos
- 2.3 Desempenho orçamentário
- 2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

3. GOVERNANÇA

- 3.1 Descrição das estruturas de governança
- 3.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados
- 3.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna
- 3.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos
- 3.5 Gestão de riscos e controles internos

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

- 4.1 Gestão de Pessoas
- 4.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura
- 4.3 Gestão da Tecnologia da Informação
- 4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

- 5.1 Canais de acesso do cidadão
- 5.2 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários
- 5.3 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade
- 5.4 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

- 6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos
- 6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade
- 6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

- 7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU
- 7.2 Tratamento de recomendações do órgão de Controle Interno
- 7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário
- 7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

8. PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

9. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

10. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

10.1 Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

10.2 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas

10.3 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

10.4 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

10.5 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

ANEXO I – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão do exercício de 2017 da Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap) está estruturado nos termos da Decisão Normativa TCU nº 161/2017 e da Portaria TCU nº 65/2018. Dessa forma, o Relatório inicia a seção Visão Geral da Unidade apresentando a finalidade e as competências da Escola, suas normas e regulamentos, seu ambiente de atuação, o organograma até o nível de Coordenação-Geral e os macroprocessos mapeados da Escola.

Os capítulos seguintes (2, 3 e 4) referem-se, respectivamente, ao planejamento organizacional, resultados e desempenhos orçamentário e operacional, a informações sobre a governança (estrutura, auditoria interna e controles internos) e às áreas especiais da gestão (pessoas, patrimônio e infraestrutura, tecnologia da informação e gestão ambiental e sustentabilidade).

O capítulo 5 contempla o relacionamento da Enap com a sociedade (canais de acesso, grau de satisfação dos usuários, transparência das informações institucionais e acessibilidade).

Os capítulos 6 e 7 abrangem, respectivamente, o desempenho financeiro e informações contábeis, e a conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle.

Os capítulos 8 e 9 tratam, respectivamente, da apresentação do Relatório/Parecer da Auditoria Interna e da área de Correição. O capítulo 10 apresenta as declarações sobre a integridade e o registro de informações relevantes em sistemas estruturantes da Administração Pública Federal.

Por fim, a seção dos Anexos apresenta as demonstrações contábeis do exercício exigidas pela Lei nº 4.320/64.

Além dos resultados que serão relatados ao longo das seções deste Relatório de Gestão, merecem também destaque as seguintes realizações da Enap durante o ano de 2017:

- ✓ Aproximadamente 182 mil capacitações, sendo cerca de 170 mil em cursos a distância.
- ✓ Publicações da Revista do Serviço Público (RSP), Cadernos Enap e livros;
- ✓ Premiação do **21º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal**, iniciativas vencedoras nas seguintes categorias: Inovação em processos, serviços ou políticas públicas no Poder Executivo Estadual/Distrital; Inovação em processos organizacionais no Poder Executivo Federal; e Inovação em serviços ou políticas públicas no Poder Executivo Federal.
- ✓ Lançamento em 2017 da **22ª edição do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal**, que registrou em 2018. A lista das iniciativas finalistas deve ser divulgada em junho de 2018.
- ✓ Realização do **Seminário Internacional Construindo Capacidades Estatais: os Desafios do Serviço Público**. O Seminário debateu os desafios e perspectivas a respeito do desenvolvimento de capacidades e o fortalecimento da governança pública. Contou com a participação de especialistas internacionais e nacionais, de diversas instituições, reunindo acadêmicos e *practitioners*.
- ✓ O **Seminário Internacional para a Equidade de Gênero** teve como tema principal a importância da equidade de gênero nas políticas públicas, dificuldades para a implementação

de medidas para a sua promoção e desafios para o seu alcance numa perspectiva internacional, com as experiências do Brasil, Noruega e Suécia.

- ✓ O **Seminário Migrações Internacionais e Cidades** discutiu os movimentos migratórios internacionais contemporâneos e sua distribuição espacial no Brasil, considerando perspectivas e desafios para as políticas públicas, relacionados à inclusão social, acesso a direitos e serviços de proteção, além dos possíveis impactos da nova legislação migratória no país e de debates internacionais sobre governança global dos fluxos migratórios
- ✓ O **Seminário Governança e Controle da Regulação em Infraestrutura** marcou o início do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*: Especialização em Governança e Controle da Regulação em Infraestrutura
- ✓ O **Seminário Fronteiras da Tecnologia da Informação** apresentou e discutiu as perspectivas da transformação digital no governo brasileiro no atendimento das demandas da sociedade. O evento fez parte da semana de integração do curso de pós-graduação *Lato Sensu* Especialização em Fronteiras da Tecnologia da Informação
- ✓ O **Seminário Infraestrutura e Desenvolvimento** debateu temas relativos ao papel da infraestrutura no desenvolvimento brasileiro considerando suas perspectivas e desafios, com destaque para o financiamento e investimentos em infraestrutura no Brasil. Marcou o início do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* Especialização em Políticas de Infraestrutura.
- ✓ O **Seminário Inovação, Liderança e Governança Digital no Brasil** debateu temas relativos ao papel da infraestrutura no desenvolvimento brasileiro considerando suas perspectivas e desafios, com destaque para o financiamento e investimentos em infraestrutura no Brasil. Marcou o início do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* Especialização em Políticas de Infraestrutura.
- ✓ O **Seminário Mulheres na Justiça** discutiu as implicações para o sistema de justiça brasileiro e para as mulheres beneficiárias de políticas públicas do fato de haver, pela primeira vez, quatro mulheres no comando das principais instituições jurídicas nacionais. Também foram abordados os obstáculos para as mulheres ascenderem na carreira jurídica
- ✓ O **Seminário Diversidade e Igualdade Racial no Serviço Público** discutiu o conceito de diversidade, as diversas abordagens do tema no planejamento e na implementação de políticas públicas
- ✓ Realização da **3ª Semana de Inovação em Gestão Pública**. O evento foi dividido em três eixos temáticos: Inovação em Governo, Transformação Digital e Tendências, abordando temas como design de serviços, inovação social, inovação aberta, *behaviour insights*, governo digital, governança de dados, cidades inteligentes, internet das coisas, inteligência artificial, etc. Contou com 13 palestrantes internacionais (EUA, Bélgica, França, Reino Unido, Dinamarca, Portugal) e pesquisadores brasileiros que compartilharam experiências e desafios da transformação digital em governos. Resultados: 1.344 inscritos, 580 credenciados, 21 falas ao estilo *TedTalk*, 506 inscritos em oficinas, 10 oficinas, 02 mesas redondas e lançamento de um livro.
- ✓ Lançamento da **Escola Virtual de Governo** – portal único de Escolas de Governo, que oferecerá, a partir de 2018, um catálogo de cursos unificado das principais escolas de governo e centros de capacitação da Administração Pública.

- ✓ **Parcerias internacionais** com Universidade de Harvard, a Universidade de Indiana, a Escola Nacional de Administração (ENA) da França, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap Quebec) do Canadá, a Universidade Georgetown e a parceria com o professor Karim J. Chichakly do Instituto Politécnico Worcester e da *Capitol Technology University*, Universidade de Roma.
- ✓ **Café com Debate:** i) o Café com Debate Mulheres Líderes teve como objetivo suscitar o debate sobre o que é liderança, os espaços para exercício da liderança das mulheres, os desafios enfrentados nos diferentes ambientes, e as estratégias para o desenvolvimento da liderança; ii) o Café com Debate Equidade de Gênero debateu o papel fundamental de homens e meninas como parceiros dos direitos das mulheres.
- ✓ **Diálogo Internacional:** i) Mitos e Estereótipos como obstáculos às carreiras das Mulheres - debateu as crenças associadas aos papéis de mulheres e homens no mundo do trabalho, enviesadas pelas questões de gênero, para melhor entender a realidade e empreender uma análise que permita o questionamento dessas mesmas crenças estereotipadas; e ii) Tecnologia, Regulação e Políticas Públicas - Desafios para o Século XXI - este evento abordou as novas tecnologias de informação e comunicação e as transformações tecnológicas levantam preocupações quanto a eventuais implicações regulatórias e sobre a pertinência de uma atividade governamental, no sentido de coibir abusos ou estabelecer regras preventivas em temas como concentração de mercados, privacidade e proteção de dados sociais, regulação e transparência de algoritmos utilizados para a automação de decisões, dentre outros.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1 Finalidade e Competências

A Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap) é uma escola de governo, do Poder Executivo Federal, que oferece formação e aperfeiçoamento em Administração Pública a servidores públicos federais. Tem como finalidade missão promover, elaborar e executar programas de capacitação de recursos humanos para a administração pública federal, visando ao desenvolvimento e à aplicação de tecnologias de gestão que aumentem a eficácia e a qualidade permanente dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos. Para tanto, tem como atividades preponderantes, entre outras: capacitação de servidores públicos, inovação e conhecimento sobre administração pública e gestão de políticas públicas; e desenvolvimento de pesquisa nas áreas de administração pública e gestão de políticas públicas.

Também se configura como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), cabendo-lhe “o desenvolvimento de pesquisa básica ou aplicada, de caráter científico e tecnológico, e o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos destinados a tecnologias de gestão que aumentem a eficácia e a qualidade dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos”.

Enquanto Escola de Governo sua finalidade alia a vocação para a ação prática e a transformação dos setores do Estado à promoção de conhecimento teórico e de pesquisa. Aborda o campo da gestão e políticas públicas em sentido amplo e atende a servidores provenientes de todas as áreas do governo.

1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

A Enap teve sua instituição autorizada pela Lei nº 6.871, em 03 de dezembro de 1980, inicialmente como Fundação Centro de Formação do Servidor Público (FUNCEP).

O Decreto nº 93.277, de 19 de setembro de 1986, instituiu a Escola Nacional de Administração Pública explicitamente com a missão de preparar quadros de nível superior para a administração, conforme proposto no terceiro capítulo do Relatório “Criação no Brasil de uma Escola Superior de Administração Pública”, de Sergio Paulo Rouanet. O objetivo da Escola englobaria planejar, coordenar e avaliar as atividades de formação, aperfeiçoamento e profissionalização do pessoal civil de nível superior da Administração Federal. Juntamente com o Centro de Desenvolvimento da Administração Pública (CEDAM), os dois passaram a integrar a estrutura da FUNCEP como Diretorias. Em 28 de dezembro de 1990, pela Lei nº 8.140, a FUNCEP teve a denominação alterada para Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap), a mesma sigla da antiga Diretoria.

O Decreto nº 8.872, de 10 de outubro de 2016, dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta, vinculando, assim, a Enap ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP). De acordo com o art. 2º da Lei 6.871, de 1980, e com o art. 2º do Decreto nº 85.524, de 1980, a fundação tem autonomia administrativa, financeira e operacional, sendo que o vínculo com o MP decorre de imposição normativa de que as pessoas jurídicas inseridas na categoria de administração pública indireta estejam obrigatoriamente vinculadas à pessoa jurídica da administração pública direta.

Em 2016, no marco das reformas ocorridas no plano do Poder Executivo federal e a partir de mudança na direção da Enap, a Escola passou por um processo de rediscussão das suas funções estatutárias, processo gradativo de construção que culminou na publicação de seu novo Estatuto, por meio do Decreto nº 8.902, de 10 de novembro de 2016. A finalidade estatutária de promover,

elaborar e executar programas de capacitação de recursos humanos para a Administração Pública Federal permanece. Contudo, a missão de capacitar visando o “*aumento da capacidade de governo na gestão das políticas públicas*” evoluiu para a missão de capacitar com vistas “*ao desenvolvimento e à aplicação de tecnologias de gestão que aumentem a eficácia e a qualidade permanente dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos*”. Além disso, o novo Decreto configurou a Enap como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT).

O Regimento Interno foi aprovado pela Resolução do Conselho Diretor da Enap nº 10, de 6 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 7 de março de 2017.

A Portaria MEC nº 660, de 22 de maio de 2017, credenciou a Escola para oferta de cursos de especialização lato sensu, nas modalidades presencial e a distância. Esse credenciamento tem validade por 10 anos, podendo ser prorrogado, a critério do Ministério da Educação, dependendo dos resultados da avaliação. A portaria igualmente convalida os atos relativos à oferta de cursos de Especialização lato sensu da Escola

1.3 Ambiente de atuação

A relação da Enap com as demais escolas de governo federais, estaduais, municipais e outras instituições internacionais não é pautada pela concorrência, mas sim pela cooperação. A **Rede Nacional de Escolas de Governo** busca incentivar o compartilhamento de conhecimentos, incentivando trabalhos em parcerias

O reconhecimento da importância das ações de formação, capacitação e treinamento de servidores públicos foi evidenciado pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, que incluiu um dispositivo, § 2º do art. 39, sobre as escolas de governo:

A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados. (BRASIL, 1988)

Nesse sentido, o trabalho da Escola junto às redes pode ser dividido nos seguintes grupos:

- (i) Coordenação do Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU) - que advém da determinação contida no Decreto nº 5.707, de 2006;
- (ii) Coordenação da Rede Nacional das Escolas de Governo - iniciativa idealizada pela própria Enap, iniciada em julho de 2003;
- (iii) Programa Enap em Rede - lançado em abril de 2015, como aperfeiçoamento do Programa de Parcerias criado em 1996;
- (iv) Participação em redes internacionais de capacitação, no contexto das parcerias internacionais firmadas pela própria Enap.

O Decreto nº 5.707, de 2006, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), atribuiu à Enap a função de organizar e coordenar a ação integrada das Escolas de Governo.

Atualmente há 267 instituições governamentais, com diferentes trajetórias e formatos, participando da Rede de Escolas de Governo: escolas de governo propriamente ditas, centros de treinamento e capacitação, universidades, universidades corporativas, secretarias de administração de estados e de municípios, e outras instituições de governo interessadas.

A participação da Enap em **redes internacionais** proporcionou uma maior oferta de cursos internacionais aos servidores públicos federais brasileiros, bem como permitiu uma troca de experiências entre as instituições.

A Escola manteve a parceria com a *Havard Kennedy School* e realizou a 5ª edição do Programa Internacional de Desenvolvimento de Executivos da Administração Pública Federal.

Foi realizado o Curso “Inovação, Liderança e Governança Digital”, a partir de parceria com a *Georgetown University*.

Da parceria com a *École Nationale de Administration* (ENA), da França, foram realizados dois cursos: “Liderança Feminina: estratégias para o fortalecimento de competências”, com o objetivo de levar os participantes a refletirem sobre estratégias para o fortalecimento de competências voltadas para a liderança feminina, e sobre o desenvolvimento de ações para promover o acesso de mulheres a posições de liderança no trabalho; “Estratégias de negociação de gestão da mudança”, com foco nos aspectos humanos da condução da mudança. Na ocasião, foram abordadas questões como “Qual o papel do gerente na motivação das equipes?”, “Como o gerente pode aprimorar sua comunicação?” e “Que estratégias de gestão de conflitos e negociação fazem-se necessárias em períodos de mudanças?”.

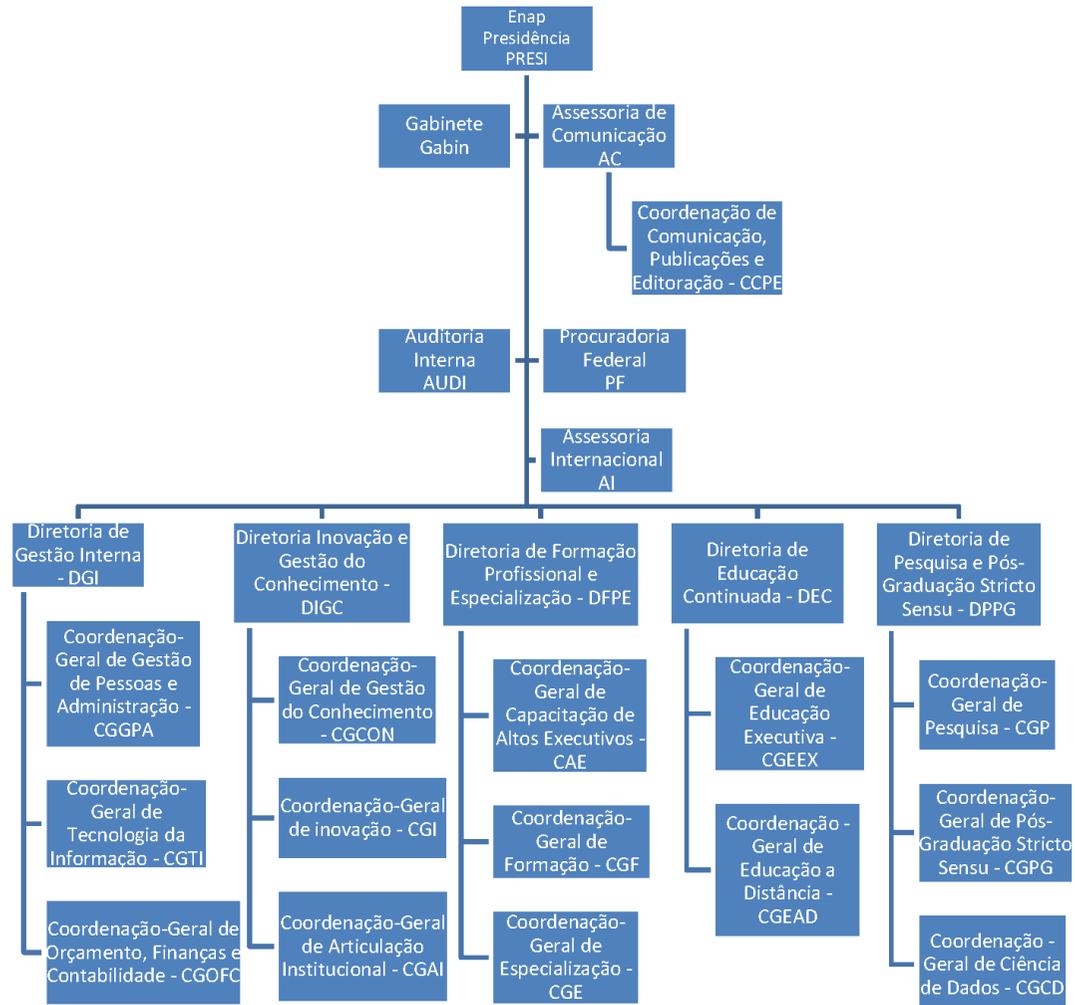
O curso “Boas Práticas Administrativas - conhecendo a experiência europeia para refletir sobre o Brasil” foi feito em parceria com a Universidade de Roma, teve como público-alvo consultores jurídicos que atuam nas diversas instituições e órgãos públicos da Administração Pública Federal e teve como objetivo estimular o estudo em nível internacional e comparado das boas práticas administrativas e promover uma análise dos contratos públicos no panorama italiano e europeu.

Criado pela ONU Mulheres, a instituição das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, o **movimento *ElesPorElas (HeForShe)*** é um esforço global para envolver homens e meninos na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial. Com o objetivo de debater os avanços e desafios nas políticas para a implementação e promoção da equidade de gênero e empoderamento das mulheres e o papel fundamental de homens e meninos como parceiros dos direitos das mulheres, a Escola, em parceria com a ONU Mulheres, formalizou a adesão da Enap ao movimento.

A Enap recebeu alunos da Universidade de Indiana e alunos do Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento foram participar de atividades de ensino na Universidade de Indiana. Esse intercâmbio promoveu a oportunidade de uma troca efetiva de conhecimento entre ambas as instituições.

Ainda dentro das parcerias internacionais, aos alunos do Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento foram ofertados sete cursos internacionais, em parceria com a *International Public Policy Association* (IPPA). A oferta desses cursos voltou-se para os alunos do Mestrado, a *practitioners* do serviço público e alunos de outros Programas de Pós-Graduação de outras universidades do Brasil. Contando com professores de renome internacional, aos alunos foi proporcionada a possibilidade de terem acesso a cursos de excelência no campo das políticas públicas

1.4 Organograma Funcional



Estrutura, segundo o Decreto nº 8.902, de 10 de novembro de 2016, vigente a partir de 7 de dezembro de 2016:

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidência	Exercer a direção superior da Enap, bem como definir as orientações estratégicas e gerais para as suas atividades e aprovar os atos pertinentes ao funcionamento da Enap.	Francisco Gaetani (Titular)	Presidente	01/01/2017 a 31/12/2017
		Paulo Marques (1º Substituto – Port. nº 174 – DOU 10/06/2016 e nº 201 – DOU 14/07/2017)		23/01/2017 a 30/01/2007 08/02/2017 a 18/02/2017 11/03/2017 a 16/03/2017 08/05/2017 a 14/05/2017 25/05/2017 a 28/05/2017 26/07/2017 a 29/07/2017 07/08/2017 a 09/08/2017 06/11/2017 a 06/11/2017 14/12/2017 a 19/12/2017 20/12/2017 a 24/11/2017
		Iara Cristina da Silva Alves (Substituição Temporária – Port. nº 358 – DOU 13/11/2017)		13.11.2017 a 18.11.2017
Gabinete	Assistir o Presidente no preparo e despacho do expediente, nas relações interinstitucionais e articulações internas necessárias à execução das atividades da Enap, bem como na elaboração e monitoramento do seu planejamento estratégico.	Celina Pereira (Titular)	Chefe de Gabinete	01/01/2017 a 21/02/2017
		Rodrigo Torres de Araújo Lima (Titular)		24/02/2017 a 31/12/2017
		Roberta Tiemi Saita (Substituta - Port. nº 102 – DOU 20/03/2017)		-----
Assessoria Internacional	Prestar assessoramento direto ao Presidente e aos demais dirigentes nos assuntos internacionais de interesse da Enap.	Claudio Sebastião de Almeida Machado (Titular)	Chefe da Assessoria	13/02/2017 a 31/12/2017
		Marina Santos Rodrigues (Substituta - Port. nº 111 – DOU 23/03/2017) - REVOGADA		10/04/2017 a 14/04/2017 05/06/2017 a 10/06/2017 04/09/2017 a 13/09/2017
		Maisa Almeida de Lima (Substituta – Port. nº 399 – DOU 20/12/2017)		20/12/2017 a 26/12/2017
Assessoria de Comunicação	Propor e implementar a política de comunicação da Enap, por meio da divulgação de projetos, ações e atividades	Janaína Cordeiro de Moraes Santos (Titular)	Chefe da Assessoria	01/01/2017 a 31/12/2017

	destinadas à capacitação de servidores públicos, em articulação com instituições parceiras, órgãos governamentais e veículos de imprensa	Ana Carla Gualberto Cardoso (Substituta - Port. nº 426 – DOU 13/12/2016)		01/01/2017 a 11/01/2017 26/06/2017 a 14/07/2017
Procuradoria Federal	À Procuradoria Federal compete representar judicial e extrajudicialmente a ENAP, exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos à Escola e promover a apuração da liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às atividades da ENAP, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.	CARGO VAGO (Titular)	Procurador-Chefe	01/01/2017 a 11/01/2017
		Daniel Picolo Catelli (Titular)		12/01/2017 a 31/12/2017
		José Weber Holanda Alves (Substituições temporárias): Port. nº 333, nº 163 e nº 296 - DOU 24/10, 16/05 e 20/09/2017		15/05/2017 a 19/05/2017 18/09/2017 a 21/09/2017 23/10/2017 a 03/11/2017
Auditoria Interna	Verificar a conformidade, com as normas vigentes, dos atos de gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos e operacionais, planejar e executar auditorias preventivas e corretivas, acompanhar a execução física e financeira e os resultados obtidos na aplicação dos recursos, prestar informações e acompanhar as solicitações oriundas dos órgãos de controle interno e externo, bem como supervisionar as atividades de correção disciplinar no âmbito da Enap.	CARGO VAGO (Titular)	Auditor Interno	01/01/2017 a 31/12/2017
		João Paulo Silveira (Titular)		21/02/2017 a 31/12/2017
		Priscilla Curado Freire (1ª Substituta – Port. nº 49 – DOU 25/02/2017)		01/01/2017 a 31/01/2017 01/02/2017 a 05/02/2017 11/02/2017 a 20/02/2017
		Daniella Álvares de Araújo Melo (Substituta - Port. nº 215 – DOU 19/07/2017)		09/10/2017 a 13/10/2017
Diretoria de Gestão Interna	Planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades de gestão de pessoas, de serviços gerais, de organização e modernização administrativa, de acervo documental, de tecnologia de informação e de planejamento, orçamento e contabilidade da Enap; autorizar a abertura de processo licitatório, decidir sobre as dispensas e inexigibilidades de licitação; ordenar despesas, até o importe de sua competência; constituir comissões, designar pregoeiro e equipe de apoio para execução das licitações; formalizar a designação de gestores dos contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres; adjudicar, homologar, anular e revogar licitações; firmar e rescindir contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, aplicar ou retirar penalidades a fornecedores e prestadores de serviços; reconhecer despesas de exercícios anteriores; ratificar atos de dispensa e de inexigibilidade de licitação.	Camile Sahb Mesquita (Titular)	Diretor	01/01/2017 a 31/12/2017
		Cilair Rodrigues de Abreu (1º Substituto – Port. nº 284 – DOU 19/09/2016 (Revogada) e nº 403 – DOU 22/12/2017)		01/01/2017 a 06/01/2017 23/02/2017 a 10/03/2017 16/06/2017 a 21/06/2017 08/07/2017 a 12/07/2017 08/07/2017 a 12/07/2017 18/10/2017 a 27/10/2017
Coordenação-Geral	Planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas à	Cilair Rodrigues de Abreu	Coordenador-Geral	01/01/2017 a 31/12/2017

de Gestão de Pessoas e Administração	gestão de pessoas, logística, licitações, compras e contratos, patrimônio e emissão de passagens aéreas e diárias.	(Titular)		
		Adriana Callaça Gadioli dos Santos (Substituto – Port. nº 441 – DOU 26/12/2016 (Revogada))		01/01/2017 a 14/01/2017 16/02/2017 a 02/03/2017 06/03/2017 a 10/03/2017
		Alysson Pedro Pinheiro Dias (Substituição temporária – Port. nº 190 – DOU 26/06/2017);		25/06/2017 a 30/06/2017
		Natal Jesus Assunção Ferreira (Substituto - Port. nº 12 – DOU 19/01/2017)		17/01/2017 a 31/01/2017 03/04/2017 a 07/04/2017 18/09/2017 a 27/09/2017
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade	Planejar, coordenar, analisar e controlar os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e contábil da Enap.	Alexandre Avelino Pereira (Titular)	Coordenador-Geral	01/01/2017 a 31/12/2017
		João Gualberto Rabelo Ferreira (Substituto - Port. nº 429 – DOU 13/12/2016)		03/01/2017 a 17/01/2017 03/07/2017 a 12/07/2017 29/10/2017 a 03/11/2017 11/12/2017 a 30/12/2017
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação	Coordenar o planejamento e a execução das ações de gestão dos recursos de Tecnologia da Informação (TI), incluídas aquelas relativas às instalações de infraestrutura e serviços de TI, sistemas de informação, governança de TI e gestão da segurança da informação e das comunicações.	Francisco Carlos Molina Duarte Junior (Titular)	Coordenador-Geral	01/01/2017 a 20/08/2017
		CARGO VAGO		21/08/2017 a 31/12/2017
		Elias Marques Cotrim (Substituto - Port. nº 127 – DOU 18/07/2011)		02/01/2017 a 13/01/2017 22/05/2017 a 02/06/2017
		César Augusto Soares dos Santos (Substituto - Port. nº 233 – DOU 14/08/2016)		21/08/2017 a 31/10/2017 01/11/2017 a 27/12/2017
		Sergio Soares da Silva (Substituição temporária – Port. nº 288 e nº 305 – DOU 06/09/2017 e 28/09/2017)		04/09/2017 a 20/09/2017 21/09/2017 a 30/09/2017
Diretoria de Formação Profissional	Planejar, dirigir, coordenar, orientar e avaliar as atividades de formação inicial, aperfeiçoamento profissional e outras destinadas à obtenção de requisitos para promoção em	Maria Stela Reis (Titular)	Diretor	01/01/2017 a 25/01/2017
		Claudia Antico (Substituta – Port. nº 000 – DOU 00/00/2010)		17/01/2017 a 25/01/2017

Especialização	carreiras estruturadas, e a oferta de atividades acadêmicas de pós-graduação <i>lato sensu</i> e de capacitação de altos executivos.	- REVOGADA		
		Iara Cristina da Silva Alves (Titular)		26/01/2017 a 31/12/2017
		Regina Luna Santos de Souza (Substituto - Port. nº 150 – DOU 08/05/2017)		17/07/2017 a 28/07/2017 31/08/2017 a 06/09/2017
Coordenação-Geral de Formação	Planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução de atividades inerentes à formação inicial e ao aperfeiçoamento profissional para integrantes de carreiras na Administração Pública Federal.	Cláudia Antico (Titular)	Coordenador-Geral	01/01/2017 a 31/12/2017
		José Luiz Pagnussat (Substituto – Port. nº 78 – DOU 23.2.2017)		09/01/2017 a 16/01/2017 27/07/2017 a 10/08/2017
Coordenação-Geral de Especialização	Desenvolver e ofertar cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> a partir das necessidades do serviço público.	Carmen Isabel Gatto (Titular)	Coordenador-Geral	01/01/2017 a 01/01/2017
		Regina Luna Santos de Souza (Titular)		23/01/2017 a 31/12/2017
		Maikel Trento (Substituto - Port. nº 110 – DOU 27/04/2016) REVOGADA		01/01/2017 a 19/01/2017
		Elaine dos Santos Luz (Substituta – Port. nº 298 – DOU 21/09/2017)		24/09/2017 a 04/10/2017
Coordenação-Geral de Capacitação de Altos Executivos	Planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução de atividades inerentes à oferta de cursos de capacitação para os altos executivos da Administração Pública Federal.	Hamilton Fernando Cota Cruz (Titular)	Coordenador-Geral	01/01/2017 a 05/02/2017
		CARGO VAGO		06/02/2017 a 21/03/2017
		Mariana Botão (Titular)		22/03/2017 a 31/12/2017
		Pedro Assumpção Alves (Substituto – Port. nº 6 – DOU 10/01/2017)		02/02/2017 a 20/03/2017 10/10/2017 a 26/10/2017 12/12/2017 a 16/12/2017 20/12/2017 a 29/12/2017
Diretoria de Educação Continuada	Planejar, dirigir, coordenar, orientar e avaliar a execução das atividades de desenvolvimento de agentes públicos, executar atividades de logística de eventos e de secretaria escolar, e apoiar os órgãos e as entidades da administração pública federal na elaboração de estratégias e projetos de desenvolvimento institucional.	Paulo Marques (Titular)	Diretor	01/01/2017 a 31/12/2017
		Natália Teles da Mota Teixeira (1ª Substituta – Port. nº 407 – DOU 09/12/2016 e nº 400 – DOU 22/12/2017)		03/07/2017 a 13/07/2017 10/10/2017 a 13/10/2017 23/10/2017 a 21/12/2017 26/12/2017 a 31/12/2017

Coordenação-Geral de Educação a Distância	Planejar, dirigir, coordenar, orientar, controlar e avaliar a execução de atividades inerentes ao uso de tecnologias aplicadas à educação, no âmbito dos cursos e programas de educação executiva e de capacitação permanente de servidores e agentes públicos, e assessorar instituições públicas na estruturação de ações de educação a distância e ampliação do uso de tecnologias educacionais.	Natalia Teles da Mota Teixeira (Titular)	Coordenador-Geral	01/01/2017 a 31/12/2017
		Bruno Pereira Pontes (1º Substituto – Port. nº 410 – DOU 12/12/2016)		23/01/2017 a 27/01/2017 14/08/2017 a 03/09/2017
Coordenação-Geral de Educação Executiva	Planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução de atividades inerentes aos programas de capacitação, inclusive no que se refere à atuação da Enap em território nacional, por meio de capacitação de agentes públicos, bem como ao assessoramento técnico na elaboração de estratégias e projetos de desenvolvimento institucional de instituições públicas e de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.	Pedro Junqueira Vilela (Titular)	Coordenador-Geral	01/01/2017 a 31/12/2017
		Eduardo Semeghini Paracêncio (1º Substituto – Port. nº 408 – DOU 09/12/2016)		14/07/2017 a 11/08/2017
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação Stricto Sensu	Planejar, dirigir, coordenar, fomentar, orientar, avaliar e realizar atividades de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e a produção e o fomento de pesquisa sobre administração pública e gestão de políticas públicas.	Fernando de Barros Gontijo Filgueiras (Titular)	Diretor	01/01/2017 a 31/12/2017
		Michelle Graciela Morais de Sá e Silva (1ª Substituta – Port. nº 457 – DOU de 29/12/2016)		17/07/2017 a 21/07/2017
Coordenação-Geral de Pesquisa	Coordenar, controlar e avaliar a execução de atividades inerentes às pesquisas e estudos aplicados à administração pública e às políticas públicas.	Marizaura Reis de Souza Camões (Titular)	Coordenador-Geral	01/01/2017 a 31/12/2017
		Pedro Lucas de Moura Palotti (1º Substituto – Port. nº 156 – DOU 02/06/2016)		
Coordenação-Geral de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	Coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades inerentes aos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	Michelle Graciela Morais Sá e Silva (Titular)	Coordenador-Geral	01/01/2017 a 30/07/2017
		Antonio Claret Campos Filho (Titular)		31/07/2017 a 31/12/2017
		Lucas Moura Vieira (Substituto – Port. nº 459 – DOU 03/01/2017)		16/01/2017 a 20/01/2017 26/06/2017 a 29/06/2017 24/07/2017 a 28/07/2017 13/11/2017 a 17/11/2017 27/11/2017 a 01/12/2017
Coordenação-Geral	Coordenar, controlar e avaliar a execução de atividades	CARGO VAGO (Titular)	Coordenador-Geral	01/01/2017 a 07/03/2017

de Ciência de Dados	inerentes à estruturação, programação e disseminação de dados e evidências científicas e para o processo decisório a respeito de políticas públicas e administração.	Flávio Cireno Fernandes (Titular)		06/03/2017 a 31/12/2017
		Pedro Lucas de Moura Palotti (Substituto – Port. nº 137 – DOU 03/05/2017)		27/07/2017 a 04/08/2017
Diretoria de Inovação e Gestão do Conhecimento	Planejar, dirigir, coordenar, fomentar, orientar e avaliar as atividades de gestão e disseminação do conhecimento, e fortalecer a articulação de redes institucionais, o intercâmbio e a cooperação técnica com entidades no País e no exterior e a inovação na administração pública e na gestão de políticas públicas.	Guilherme Alberto Almeida de Almeida (Titular)	Diretor	01/01/2017 a 31/12/2017
		Rachel Pereira Dorneles (Substituição Temporária – Port. nº 405 – DOU 26/12/2017)		26/12/2017 a 31/12/2017
Coordenação-Geral de Inovação	Coordenar, fomentar, orientar e avaliar as atividades de inovação na administração pública e na gestão de políticas públicas.	Andréa Faria Barros de Andrade (Titular)	Coordenador-Geral	01/01/2017 a 31/12/2017
Coordenação-Geral de Gestão do Conhecimento	Promover um ambiente favorável à sistematização, produção e disseminação do conhecimento e planejar, coordenar, orientar e avaliar as atividades inerentes à captura, armazenamento, recuperação, uso, reuso, compartilhamento e difusão da informação, inclusive por meio de tecnologias e de redes colaborativas.	Regina Luna Santos de Souza (Titular)	Coordenador-Geral	01/01/2017 a 22/01/2017
		Maria Stela Reis (Titular)		26/01/2017 a 31/12/2017
		Keicielle Schmidt Oliveira (2º Substituto – Port. nº 207 e nº 357 - DOU 14/07 e 16/11/2017)		20/11/2017 a 30/11/2017
Coordenação-Geral de Articulação Institucional	Planejar, coordenar, fomentar, orientar e avaliar a articulação de redes institucionais, o intercâmbio e a cooperação técnica com entidades no Brasil e no exterior, apoiando as atividades das demais Diretorias.	Iara Cristina da Silva Alves (Titular)	Coordenador-Geral	01/01/2017 a 25/01/2017
		CARGO VAGO		26/01/2017 a 05/02/2017
		Hamilton Fernando Cota Cruz (Titular)		06/02/2017 a 28/08/2017
		Ricardo de Lins e Horta (Titular)		30/08/2017 a 31/12/2017
		João Vitor Faria Domingues (1º Substituto – Ports. nº 85 e nº 206 – DOU 24/02 e 11/07/2017)		01/03/2017 a 10/03/2017 15/07/2017 a 25/08/2017 11/11/2017 a 19/11/2017

1.5 Macroprocessos Finalísticos

A identificação dos macroprocessos finalísticos da Enap tem passado por revisões e atualizações no decorrer dos anos, em função tanto de mapeamentos realizados como da atualização da estrutura funcional – definida, atualmente, pelo Decreto nº 8.902, de 10 de novembro de 2016.

Assim, para descrição deste tópico, tomou-se por base, inicialmente, a situação registrada no Relatório anterior (referente ao exercício de 2016), no qual foi apontada a existência de cinco macroprocessos:

1. Gestão acadêmica, que contempla os processos referentes a ensino e capacitação;
2. Realização de eventos;
3. Realização e publicação de pesquisa básica e aplicada;
4. Promoção de inovação e conhecimento sobre administração pública e gestão de políticas públicas (desenvolvimento de novos produtos, serviços e processos destinados a tecnologias de gestão); e
5. Recrutamento e seleção de pessoal para a administração pública.

Alguns destes, como mencionado em relatórios anteriores, já se encontram bem estruturados e apresentam-se na condição de macroprocesso finalístico há algum tempo. Como em todo processo, as alterações porventura realizadas são referentes a procedimentos e não interferem em sua contribuição para a atuação finalística da Escola. São exemplos destes o ‘Gestão Acadêmica’, o ‘Realização de Eventos’ e o ‘Realização e publicação de pesquisa básica e aplicada’.

Por sua vez, o macroprocesso ‘Promoção de inovação e conhecimento sobre administração pública e gestão de políticas públicas’ foi um processo cujos limites e subprocessos foram sendo delimitados no decorrer do ano de 2017, como demonstrado a seguir.

Com relação ao ‘Recrutamento e seleção de pessoal para a administração pública’, cabe salientar que sua identificação como macroprocesso se deu em função da estrutura definida no Decreto nº 8.902, de 2016, que o relaciona entre as atividades preponderantes da Escola. No entanto, esse processo ainda não está sendo executado pela Enap. Consiste apenas em uma possibilidade legal sendo, atualmente, uma atividade exercida por outras instituições governamentais.

Assim, a Enap entende que são seus macroprocessos finalísticos apenas os quatro listados a seguir, os quais representam o grande conjunto de atividades por meio das quais a Escola cumpre sua missão, gerando valor para a sociedade:

- 1. Gestão acadêmica;**
- 2. Realização de eventos;**
- 3. Realização e publicação de pesquisa básica e aplicada; e**
- 4. Promoção de inovação e conhecimento sobre administração pública e gestão de políticas públicas (desenvolvimento de novos produtos, serviços e processos destinados a tecnologias de gestão).**

MACROPROCESSO ‘GESTÃO ACADÊMICA’

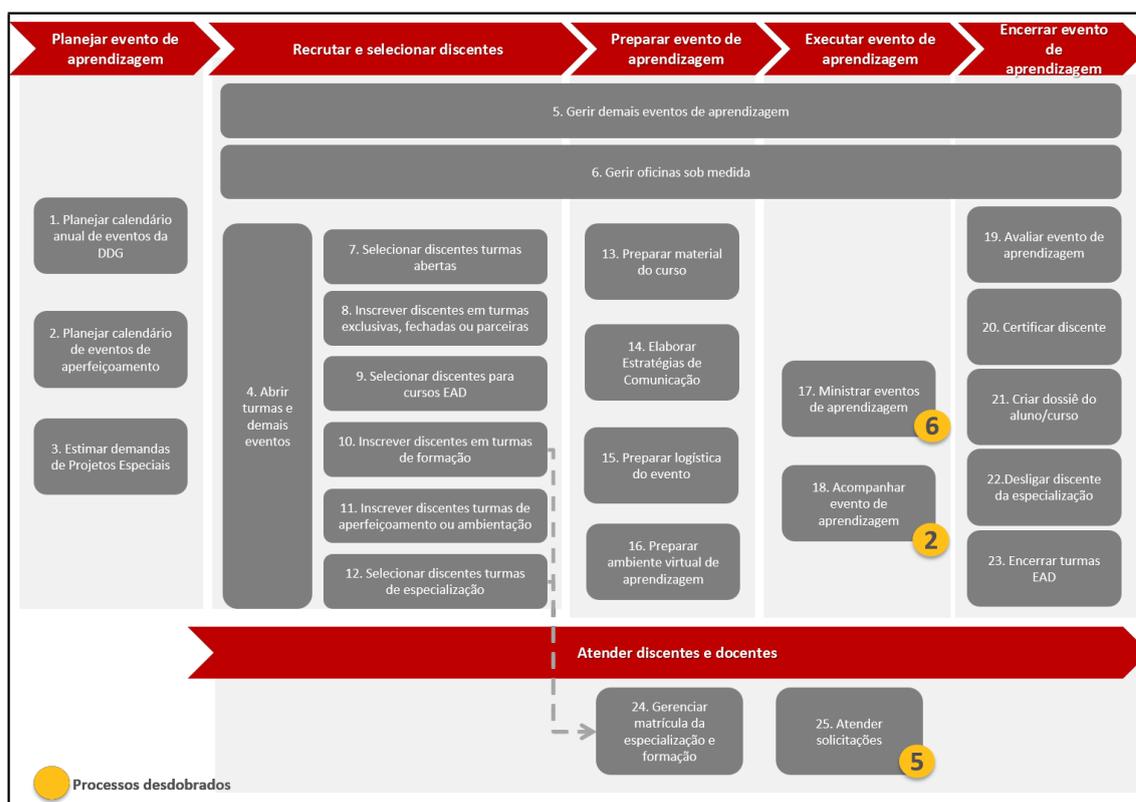
Descrição: Este é o principal macroprocesso finalístico da Enap, crucial para o cumprimento da missão da Escola pois consiste basicamente em todo o aparato necessário para (a) a realização dos eventos de capacitação voltados para o desenvolvimento de competências de servidores públicos com vistas ao desenvolvimento e à aplicação de tecnologias de gestão que aumentem a eficácia e a qualidade permanente dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos e para (b) apoiar e promover

programas de capacitação destinados à habilitação de servidores para o exercício das FCPE e para a ocupação de cargos em comissão DAS.

O seu mapeamento, iniciado em maio de 2014, foi concluído em agosto de 2015 e sua estrutura pode ser visualizada na Figura 2 a seguir. Contudo, há de se ressaltar que, desde 2015 até o final de 2017, em função das mudanças de direção e estratégia da Enap bem como de ajustes nas atividades preponderantes formalizadas no Decreto nº 8.902, de 2016, que alterou o Estatuto da Escola, os processos constituintes do macroprocesso ‘Gestão Acadêmica’ certamente passaram por alterações e/ou inovações e, portanto, podem apresentar algumas diferenças em relação ao diagrama apresentado.

Em todo caso, o macroprocesso ainda envolve praticamente todas as áreas da Escola e consiste em cinco grandes processos sequenciais e um transversal conforme demonstrado na Figura 2: (1) planejar evento de aprendizagem; (2) recrutar e selecionar discentes; (3) preparar evento de aprendizagem; (4) executar evento de aprendizagem; (5) encerrar evento de aprendizagem; (-) atender discentes e docentes.

Figura 2: Macroprocesso Gestão Acadêmica



Produtos e serviços: Os serviços resultantes desse macroprocesso são as capacitações provenientes dos seguintes eventos de aprendizagem:

- Cursos do Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL);
- Capacitação para Chefes de Gabinete e Assessorias Ministeriais;
- Cursos de desenvolvimento técnico-gerencial integrantes do catálogo da Escola, ofertados nas modalidades presencial e a distância (com tutoria e sem tutoria), em turmas abertas ou fechadas exclusivas para determinada instituição;
- Seminários técnico-gerenciais;
- Oficinas;
- Cursos de formação inicial de carreiras;

- Cursos do programa de aperfeiçoamento de carreiras;
- Cursos de especialização *lato sensu*;
- Mestrado *stricto sensu*;
- Mestrado profissional; e
- Programa de Desenvolvimento de Altos Executivos.

Principais clientes: Os clientes diretos do macroprocesso ‘Gestão Acadêmica’ são os servidores públicos (principalmente os do executivo federal, mas também estaduais e municipais, do judiciário, do legislativo e do Ministério Público e de entidades paraestatais) que passam pelos eventos de capacitação realizados pela Escola.

E como cliente indireto, partindo do pressuposto de que um servidor capacitado melhora sua atuação no desenvolvimento e na aplicação de tecnologias de gestão, aumentando, assim, a eficácia e a qualidade dos serviços prestados, entende-se que, em última instância, a capacitação ofertada pela Enap atende a necessidade dos cidadãos brasileiros no seu direito a um serviço público de qualidade.

Subunidades responsáveis: O macroprocesso ‘Gestão Acadêmica’ envolve várias áreas da Escola dentre as quais:

- As unidades da Diretoria de Educação Continuada (DEC);
- As unidades da Diretoria de Formação Profissional e Especialização (DFPE);
- A Coordenação-Geral de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (CGPG) da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação *Stricto Sensu* (DPPG);
- A Divisão de Secretaria Escolar;
- A Divisão de Eventos;
- Procuradoria Jurídica; e
- Unidades administrativas que atuam na gestão de contratos e na gestão orçamentária.

Principais insumos: Os fatores (produtos, serviços e informações) que entram na preparação e no desenvolvimento das capacitações são:

- Docentes/facilitadores/tutores contratados;
- Portal da Enap;
- Aluno inscrito;
- Sistema de Gestão Acadêmica (WebCEF) (SUAP);
- Ambiente Virtual para cursos a distância ou com módulos a distância;
- Material didático do aluno;
- Material pedagógico para realização do evento de aprendizagem;
- Sala de aula reservada (no caso dos cursos presenciais);
- Sistema de reserva e logística de salas de aula (módulo do SIG Enap);
- Serviço de carregadores;
- Repositório Institucional;
- Casoteca de Gestão Pública;
- Formulário de avaliação de reação;
- Material de comunicação (divulgação, sinalização, crachá);
- Termo de Execução Descentralizada (TED) para turmas fechadas exclusivas para uma instituição específica;
- Credenciamento para oferta de pós-graduação *lato sensu*; e
- Credenciamento para oferta de pós-graduação *stricto sensu*.

Principais fornecedores: Os fornecedores dos insumos do processo ‘Gestão Acadêmica’ podem ser:

- Colaboradores/tutores/facilitadores contratados para ministrar aulas e/ou moderar oficinas;

- Universidade de Brasília (UnB) com a qual a Enap firmou Termo de Cooperação para provimento de soluções tecnológicas, metodológicas e de gestão que permitam à Enap se posicionar de forma estratégica e inovadora no uso de tecnologias aplicadas à educação;
- Empresa prestadora de serviço de carregadores (para logística das salas de aula);
- Instituições públicas que descentralizam recursos orçamentários para que a Enap realize capacitações destinadas aos seus servidores;
- Conselho Nacional de Educação (CNE) do Ministério da Educação que autoriza o credenciamento da Escola para oferta de cursos de especialização *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância;
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação, responsável pelo credenciamento da Enap para oferta de pós-graduação *stricto sensu*.

Principais parceiros: Os parceiros que contribuem para a realização das capacitações do processo ‘Gestão Acadêmica’ da Enap constituem um vasto conjunto que reúne instituições espalhadas por todo o território nacional, que atuam na disseminação e na disponibilização de eventos de capacitação, e também instituições de excelência do Brasil e do exterior que atuam no desenvolvimento conjunto e na promoção de oportunidades avançadas de capacitação.

Os principais parceiros da Enap no contexto do macroprocesso ‘Gestão Acadêmica’, no ano de 2017, foram:

- Escolas de Governo e Institutos Federais integrantes do *Programa Enap em Rede*, por meio dos quais os cursos de desenvolvimento técnico-gerencial da Enap são ofertados em 17 estados da federação;
- Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ao qual a Enap está vinculada e possui parceria clássica no desenvolvimento e no atendimento a necessidades de capacitação que contribuem diretamente para a consecução de políticas estratégicas, e na definição dos cursos de formação inicial para carreiras;
- Ministério do Desenvolvimento Social que, por meio de TED, financiou o Programa de Aperfeiçoamento em Gestão de Políticas de Proteção e Desenvolvimento Social – 2017;
- Governo do Distrito Federal (GDF) que, por meio de Acordo de Cooperação Técnica, também atuou como parceiro na oferta de cursos do Programa de Aperfeiçoamento para Carreiras;
- *World without Poverty* (WWP) e *Global Delivery Initiative* (Iniciativa Global de Implementação, GDI), parceiros da Enap na disponibilização do curso internacional “Elaboração de Estudo de Caso de Políticas Públicas” no contexto do Programa de Aperfeiçoamento para Carreiras;
- Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, com o qual a Enap firmou Acordo de Cooperação para oferta do curso de especialização *lato sensu* Planejamento e Estratégias de Desenvolvimento;
- Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) que apoiou o desenvolvimento e oferta da especialização *lato sensu* Políticas de Infraestrutura;
- Instituto Serzedello Corrêa (ISC) com o qual a Enap está desenvolvendo a especialização *lato sensu* Governança e Controle da Regulação em Infraestrutura;
- Departamento de Ciências da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais com o qual a Enap executa a especialização *lato sensu* Fronteiras de Tecnologia de Informação;

- *Harvard Kennedy School*, com a qual a Enap firmou parceria para a oferta do “Programa Internacional de Desenvolvimento de Executivos da Administração Pública Federal” e desenvolveu, conjuntamente, o curso “Liderança e Inovação em Contextos de Mudança”;
- Universidade de Roma, juntamente com a qual a Enap elaborou o curso “Boas Práticas Administrativas - conhecendo a experiência europeia para refletir sobre o Brasil”;
- São também instituições parceiras da Enap na oferta dos cursos para Altos Executivos: *École Nationale d’Administration - ENA França*, *École Nationale d’Administration Publique - ENAP Québec*, Universidade de Georgetown, Centro de Estudos Sociedade e Tecnologia - CEST-USP, Worcester Polytechnic Institute, Escola da AGU, Universidade de Birgminham.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), parceiro da Enap na oferta do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento;
- *Indiana University* com a qual a Enap promoveu intercâmbio de alunos no âmbito do Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento;
- International Public Policy Association (IPPA) com o qual a Enap proporcionou a oferta de cursos internacionais no Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento, recebendo professores das seguintes universidades: *Freie Universitat de Berlin* (Alemanha), *Università di Bologna* (Itália), *Universitat di Barcelona* (Espanha), *University of Pittsburgh* (Estados Unidos), *Universidade de Lyon* (França), *National University of Singapore*, *Science Po* (França).

Há ainda, outros parceiros que contribuíram em eventos de capacitação pontuais.

Como foi conduzido em 2017:

Com relação aos **cursos de curta duração de educação continuada, presencial e a distância**, o macroprocesso ‘Gestão Acadêmica’ teve sua capacidade de execução incrementada, potencializada pelas parcerias e melhorias nos procedimentos de trabalho, o que aumentou significativamente sua capacidade de inovação, materializada na ampliação e diversificação da oferta de cursos e nas inovações metodológicas promovidas nos processos de ensino-aprendizagem. A capacitação em cursos presenciais teve um aumento 20,2% em relação a 2016 e o número de capacitações sem impacto no orçamento da Enap aumentou em mais de cinco vezes. A capacitação de servidores lotados em órgãos fora do Distrito Federal - DF teve resultado expressivo. O *Programa Enap em Rede* capacitou 1.673 servidores em 2017. No ensino a distância, a popularidade e a conveniência dos cursos MOOC, somadas às novas tecnologias e estratégias de comunicação, contribuíram para que as capacitações atingissem servidores de todos os níveis e esferas, em todo território nacional. A diversificação da oferta de cursos também foi outro resultado importante: foram lançados 22 novos cursos presenciais e foram desenvolvidos 15 novos cursos a distância. Os destaques dos cursos presenciais no ano de 2017 foram o *Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL)* e o conjunto de capacitações destinadas aos *Chefes de Gabinete e Assessores dos Ministros de Estado do Poder Executivo Federal*. O PDL é um conjunto de cursos destinados a servidores ocupantes de cargos gerenciais nos sistemas estruturadores da Administração Pública e objetiva promover formação interdisciplinar, integrada e aplicada, com foco na realidade profissional, na troca de conhecimentos e na formação de redes entre os participantes, visando instrumentalizá-los para assumirem papel estratégico de mudança e inovação em suas organizações. Os cursos para Chefes de Gabinete e Assessores têm como objetivo proporcionar oportunidade de refletir e debater questões candentes da prática de trabalho. Em 2017 foram realizadas capacitações para Assessores de Comunicação e Imprensa; Assessores Especiais de Controle Interno; Assessores Internacionais; Assessores Jurídicos; Assessores Parlamentares e Chefes de Gabinete. O ano de 2017 também foi marcado por uma forte inflexão nos processos de ensino-aprendizagem de educação continuada. A ampliação do uso de metodologias ativas de ensino e a experimentação de novos formatos de curso,

amparados pelo uso de tecnologias da informação, como a sala de aula invertida, permitiu o desenvolvimento de soluções de ensino inovadoras, alinhadas às necessidades dos participantes e aos grandes desafios do setor público brasileiro. A segmentação dos públicos-alvo foi fundamental para revisar os programas de desenvolvimento técnico-gerencial e desenvolver novas soluções educacionais, focadas na formação de servidores para ocupação de posições gerenciais.

Com relação a proposta de educação continuada, na modalidade a distância, vale registrar que a Enap lançou a **Escola Virtual de Governo (EVG)** que consiste em um Portal Único de Escolas de Governo que oferecerá, a partir de 2018, um catálogo de cursos unificado das principais escolas de governo e centros de capacitação da Administração Pública. Embora esta iniciativa tenha sido derivada da atuação da Enap no contexto do macroprocesso ‘Gestão Acadêmica’, a gestão da EVG parece consistir em processo distinto deste uma vez que não contempla o encadeamento dos processos constituintes do ‘Gestão Acadêmica’, quais sejam: (1) planejar evento de aprendizagem;

(2) recrutar e selecionar discentes; (3) preparar evento de aprendizagem; (4) executar evento de aprendizagem; (5) encerrar evento de aprendizagem; (-) atender discentes e docentes.

A proposta da Escola Virtual de Governo é o compartilhamento de custos e serviços associados à infraestrutura de hospedagem de cursos, gestão acadêmica e gestão de dados, permitindo economia de escala nos investimentos em educação a distância, e valor agregado a servidores e sociedade, sem prejudicar a autonomia na gestão de cursos e turmas das escolas associadas. Embora a gestão dos cursos a distância da Enap constitua um processo dentro do macroprocesso ‘Gestão Acadêmica’, a gestão da Escola Virtual de Governo extrapola este e, uma vez consolidado, deve constituir novo processo finalístico da Enap.

Retornando ao macroprocesso ‘Gestão Acadêmica’, a respeito de sua condução no ano de 2017, foi realizado o **Curso de Formação** para a carreira de Analista de Planejamento e Orçamento (APO). Foi a 18ª edição do curso com duração de 400 horas, para o provimento de 80 cargos de APO, tendo sido ministrado para as duas áreas do concurso: a área de Planejamento e Orçamento e a área de Tecnologia de Informação.

O Gestão Acadêmico também foi conduzido na perspectiva dos cursos integrantes do **Programa de Aperfeiçoamento para Carreiras**. Em 2017, foram trazidos novos temas e assuntos, relevantes, atuais e estratégicos sobre políticas públicas e gestão governamental nos contextos nacional e internacional, com destaque para os cursos internacionais. A nova oferta correspondeu a 53% dos cursos oferecidos durante o ano. Os seminários e palestras também abordaram temas inéditos e ocorreram em maior número. Além das carreiras tradicionalmente atendidas, foram incluídos os Especialistas em Regulação. Foram realizados cursos, seminários e palestras com orçamento e programação própria da Enap e outros em parceria com o MDS e com o GDF.

Um fator importante, em 2017, no contexto do ‘Gestão Acadêmica’, especificamente dos cursos de **Pós-Graduação Lato Sensu**, foi o credenciamento da Enap para oferta de cursos de especialização *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância, pela Portaria MEC nº 660, de 22 de maio de 2017. Com relação a esses cursos, a Enap iniciou o ano com três turmas de Especialização, todas sendo realizadas na modalidade presencial e abertas para todos os servidores públicos federais. No decorrer do exercício, foram preparados e abertos processos seletivos para quatro novos cursos, também presenciais. Essas turmas se diferenciam das anteriores por serem mais focalizadas, no que se refere às áreas de atuação dos servidores e pelo processo seletivo mais simplificado (análise curricular, de memorial e de pré-projeto). No fim de 2017, foram lançados Editais de Processo Seletivo para mais três cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, que deverão acontecer no início de 2018 (Desenvolvimento Produtivo; Análise de Dados em Políticas; e Especialização em Gestão Pública com ênfase em Governo Local, voltada para servidores públicos municipais, sendo 120 vagas distribuídas em 4 áreas de concentração). Com relação à Especialização *Lato Sensu* em Gestão Pública com ênfase em Governo Local, há de se destacar que a realização de um programa

específico para formação de gestores estaduais e de um curso de especialização voltado à gestão pública local para gestores municipais é inovadora para a Enap. Consciente da necessidade de capacitar gestores públicos em nível local para aumentar a capacidade de entrega de melhores serviços públicos pelo Estado brasileiro, a Escola decidiu fazer uso de sua vasta experiência no campo de políticas públicas e gestão pública para investir em uma capacitação sólida e intensiva para formação de quadros municipais e distritais qualificados com expandida capacidade de implementação de políticas públicas, selecionando as áreas de maior entrega de resultados para os cidadãos. Para isso, contará com a expertise de um organismo internacional para assistência na execução e coordenação do processo. A oferta de um curso intensivo de pós-graduação possibilitará estreitar a relação do Governo Federal com os gestores locais e fortalecer a capacidade de entes subnacionais das três esferas da Federação, em gerir de forma qualificada as organizações públicas e recursos locais, de forma a aprimorar a oferta de serviços públicos.

O macroprocesso ‘Gestão Acadêmica’, no que diz respeito aos **mestrados profissionais**, foi conduzido em 2017 de maneira a promover a institucionalização de seus procedimentos, práticas e equipe (de modo a responder às condições necessárias para a sua afirmação como mestrados profissionais qualificados e de excelência reconhecida), e de modo a alinhar os procedimentos pedagógicos às rotinas de monitoramento no contexto do sistema de avaliação da CAPES. Além do desenvolvimento institucional da oferta de mestrados profissionais, foi possibilitado, em paralelo, o início de um processo de internacionalização de sua oferta, tendo em vista três perspectivas: (1) promover a integração do corpo discente dos mestrados profissionais com professores visitantes de universidades estrangeiras; (2) proporcionar formas de intercâmbio em que os discentes participem de atividades em universidades estrangeiras; e (3) promover cursos intensivos com professores internacionais, envolvendo alunos dos mestrados profissionais e *practitioners* do serviço público (como a “Summer School”, em parceria com a IPPA). No âmbito de parceria com o Ipea, foram ofertadas nove disciplinas do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento e selecionada a terceira turma do referido curso. Cabe destacar o início da oferta de dez disciplinas do Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento e a seleção da segunda turma, apontando para a institucionalização do programa. Ressalte-se ainda a Apresentação de Proposta de Curso Novo (APCN) junto à Capes, com o objetivo de instituir o Mestrado Profissional em Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas, com a previsão de aprovação em 2018 e a consecutiva abertura de processo seletivo para a primeira turma.

Por fim, com relação aos **Programas para Altos Executivos Públicos**, no ano de 2017, o macroprocesso ‘Gestão Acadêmica’ teve um salto qualitativo e quantitativo em sua oferta. As parcerias internacionais que vinham sendo articuladas foram formalizadas e, assim, possibilitaram a realização de atividades em diferentes temáticas, com diferentes parceiros internacionais mundialmente reconhecidos. Destacam-se as relações com a Universidade de Harvard, a Universidade de Indiana, a Escola Nacional de Administração (ENA) da França, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap Quebec) do Canadá, a Universidade Georgetown e a parceria com o professor Karim J. Chichakly do Instituto Politécnico Worcester e da Capitol Technology University.

MACROPROCESSO ‘REALIZAÇÃO DE EVENTOS’

Descrição: Este macroprocesso apresenta importante afinidade com o macroprocesso ‘Gestão Acadêmica’. Contudo, seus elementos de desenvolvimento possuem peculiaridades que tornam seu fluxo e sua dinâmica diferentes daquele. Os eventos objeto deste macroprocesso extrapolam a capacitação de servidores públicos proporcionando circunstâncias e espaços de discussão e de reflexão sobre práticas e políticas públicas e congregando servidores públicos, sociedade,

especialistas nacionais e estrangeiros em formatos distintos de um modelo padrão de evento de capacitação.

Produtos e serviços: Os eventos resultantes desse processo são todos aqueles com desenvolvimento e dinâmicas distintos dos eventos padrões de capacitação ofertados pela Escola. Os formatos realizados pela Enap são:

- Seminários internacionais;
- Diálogos Internacionais;
- Sessões Informativas Enap (sobre bolsas e outras oportunidades de estudo em instituições estrangeiras);
- Café com Debate;
- G.Npapo - Conversa com Inovadores;
- Recebimento de delegações estrangeiras;
- Premiação do Concurso Inovação;
- Encontros de Escolas de Governo;
- Reuniões interinstitucionais; e
- Outros eventos específicos.

Principais clientes: Podem ser entendidos como clientes desse processo os participantes dos respectivos eventos podendo ser agentes públicos, instituições públicas nacionais e estrangeiras e cidadãos.

Subunidades responsáveis: As unidades responsáveis variam conforme a natureza do evento, mas, em alguma medida, todas as áreas da Escola se envolvem.

Principais insumos: Os fatores (produtos, serviços e informações) que entram no desenvolvimento desses eventos são:

- Palestrantes convidados e/ou contratados;
- Portal da Enap;
- Espaço, equipamentos, materiais e serviços necessários à logística do evento;
- Material de comunicação;
- *Mailing list* dos respectivos públicos para divulgação do evento;
- Correio eletrônico;
- Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para elaboração e envio de ofícios;
- Serviço de tradução simultânea; e
- Recursos financeiros.

Principais fornecedores: Os fornecedores dos insumos podem ser os palestrantes convidados e/ou contratados, empresa prestadora de serviços para eventos, empresa prestadora de serviço de tradução simultânea e patrocinadores.

Principais parceiros: Os parceiros que contribuem para a realização dos eventos variam conforme a natureza destes, podendo ser especialistas convidados, instituições públicas, Escolas de Governo, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Embaixadas, Agências e Organismos nacionais e internacionais e redes internacionais.

Como foi conduzido em 2017:

A condução do macroprocesso 'Realização de Eventos' foi pautada por diversas iniciativas, a maioria delas resultante de parcerias.

A clássica modalidade **Café com Debate** teve dois eventos: Café com Debate Mulheres Líderes e Café com Debate Equidade de Gênero.

A modalidade **Seminário** contou com a realização do Seminário Anual Internacional e diversos outros realizados com apoio de parcerias importantes:

- Seminário Internacional ‘Construindo Capacidades Estatais: os Desafios do Serviço Público’;
- Seminário Internacional para a Equidade de Gênero: Contou com a parceria das Embaixadas da Noruega e da Suécia e da ONU Mulheres;
- Seminário Migrações Internacionais e Cidades: Esse evento teve como parceiros o Fundo de População das Nações Unidas, o Observatório das Migrações (SP) e o Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP);
- Seminário Governança e Controle da Regulação em Infraestrutura: O seminário marcou o início do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Governança e Controle da Regulação em Infraestrutura e contou com a parceria do Instituto Serzedello Corrêa;
- Seminário Fronteiras da Tecnologia da Informação: O evento fez parte da semana de integração do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Fronteiras da Tecnologia da Informação e contou com a parceria da Universidade Federal de Minas Gerais;
- Seminário Infraestrutura e Desenvolvimento: O evento marcou o início do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Políticas de Infraestrutura e contou com o apoio do Banco de Desenvolvimento da América Latina;
- Seminário Inovação, Liderança e Governança Digital no Brasil, que marcou o encerramento da 2ª edição do Curso Inovação, Liderança e Governança Digital e o lançamento da Rede Liderança e Governança Digital. Esta iniciativa teve a parceria da Georgetown University;
- Seminário: Diversidade e Igualdade Racial no Serviço Público;
- Seminário Mulheres na Justiça: Este evento teve como parceiro a Embaixada da França.

No contexto do macroprocesso ‘Realização de eventos’ também foi realizada a **3ª Semana de Inovação em Gestão Pública** em conjunto com a Secretaria de Gestão e a Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O evento foi dividido em três eixos temáticos: Inovação em Governo, Transformação Digital e Tendências, abordando temas como design de serviços, inovação social, inovação aberta, *behaviour insights*, governo digital, governança de dados, cidades inteligentes, internet das coisas, inteligência artificial, etc.

Na modalidade **Palestras**, foram destaques:

- Abordagem Comportamental Em Políticas Públicas
- Financiamento das políticas e programas de desenvolvimento produtivo no Brasil,
- Avaliação de políticas públicas
- Planejamento Prospectivo: Brasil 2035
- A Questão da Previdência e a Proposta de Reforma
- Políticas e Programas de Infraestrutura

Com relação à modalidade **GNpapo – Conversas com Inovadores**, foram realizados oito eventos:

- O uso da tecnologia certa para engajar cidadãos e avaliar impactos de políticas;
- O uso inteligente de dados para melhoria de políticas públicas;
- Design thinking e educação financeira;
- A construção de um laboratório de inovação e suas metodologias;
- Ubs de inovação;
- Usos da inteligência artificial diante da ameaça de epidemias;

- A experimentação em políticas públicas;
- Tecnologias assistivas e inclusão.

Além dessas modalidades clássicas, a condução do macroprocesso também resultou os seguintes eventos:

- Evento ONU MULHERES - Iniciativa He for She;
- Diálogo Internacional Mitos e Esteriótipos como obstáculos às carreiras das Mulheres;
- Diálogo Internacional Tecnologia, Regulação e Políticas Públicas – Desafios para o Século XXI.

MACROPROCESSO ‘DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA BÁSICA OU APLICADA, DE CARÁTER CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO’

Descrição: O desenvolvimento e o fomento de estudos e pesquisas pela Enap têm o objetivo de subsidiar a administração pública federal com elementos que colaborem com o aperfeiçoamento da gestão governamental, o aprofundamento de reflexões e a busca de soluções para problemas de gestão de políticas públicas. Em síntese, os processos constituintes do macroprocesso correspondem à atividades de produção e fomento de pesquisa sobre administração pública e gestão de políticas públicas; realização de pesquisas e estudos aplicados à administração pública e às políticas públicas; trabalhos de coletas de dados, informações e subsídios, desenho de pesquisa e coordenação de metodologias; atividades inerentes à estruturação, programação e disseminação de dados e evidências científicas para o processo decisório a respeito de políticas públicas e administração.

Produtos e serviços: O principal produto do macroprocesso é a disseminação de conhecimento no campo de públicas, que se dá por meio de publicações diversas e apresentações em congressos especializados. Embora todos os projetos de pesquisa, por princípio, visem contribuir para os processos decisórios, independente da forma de sua publicação, alguns projetos de pesquisa visam essencialmente subsidiar processos decisórios, a exemplo do Projeto Capacidades Estatais que, a partir do seu resultado, contribuirá na definição de estratégias de capacitação de servidores públicos para o aperfeiçoamento de capacidades para implementação de políticas públicas.

Publicações:

- *Revista do Serviço Público (RSP)*: periódico relevante da área de administração pública brasileira;
- *Cadernos Enap*: publicação periódica não-regular, concebido como um *working paper*. Eles visam à publicação dos resultados de pesquisa, em particular das pesquisas comissionadas e das pesquisas realizadas pela própria equipe da Enap. São distribuídos online, gratuitamente, por meio de redes de conhecimento.
- *Enap Didáticos*: a série é preparada por docentes colaboradores e servidores da Escola, voltada ao uso específico nos cursos de oferta regular, editada de acordo com as normas de padronização da Enap e divulgadas em modo eletrônico;
- *Série Estudos Enap*: tem o objetivo de divulgar dados sistematizados sobre o serviço público federal contribuindo para a consolidação do direito constitucional de acesso à informação e para a produção de conhecimento sobre gestão pública;
- *Enap Policy Papers*: produto editorial novo, cuja divulgação ocorrerá no portal da Escola e do Portal INFOGOV (onde serão apresentados e analisados dados das bases de dados estruturantes do Governo Federal), em que os pesquisadores da Enap analisam os dados em torno de problemas públicos, indicando soluções e perspectivas a partir das quais as evidências apontam.

- *Coletâneas Cadernos EIAPP*: são desdobramentos das atividades de cursos oferecidos pela Enap, no contexto da EIAPP, vinculada ao CLAD;
- *Casoteca de Gestão Pública*: acervo virtual gratuito de estudos de caso sobre temas de interesse da administração pública que podem ser usados para o ensino e a aprendizagem organizacional; e
- *Publicações especiais e publicações traduzidas*: a Enap publica livros relacionados às pesquisas desenvolvidas e ao conhecimento produzido na Escola. A tradução de obras de referência no campo da gestão pública e das políticas públicas é uma tradição da Enap e visa disseminar conhecimento inovador.

Congressos especializados com participação da Enap apresentando resultados da produção de conhecimento produzida pelo macroprocesso:

- Congresso Internacional *del Clad*
- Congresso CONSAD Gestão Pública
- Congresso da Anpocs
- Encontro Anual da Anpad
- Encontro Anpad de administração pública (EnAPG)
- *International Institute of Administration Conference (IIAS)*
- *International Association of Schools of Institutes of Administration Conference (IASIA)*
- Congresso da Associação Brasileira de Ciência Política; e
- Eventos organizados pela Enap e parceiros, como o Seminário Internacional Enap.

Principais clientes: Os clientes do macroprocesso são as próprias áreas de ensino da Enap ao terem subsidiados os seus diferentes cursos (capacitação, aperfeiçoamento, especialização), a administração pública, gestores públicos, acadêmicos, jornalistas e sociedade civil em geral.

Subunidades responsáveis: O principal responsável por esse macroprocesso é a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação *Stricto Sensu* por meio de suas duas Coordenações-Gerais: de Pesquisa e de Ciência de Dados. Além destas, a depender do projeto/processo, outras áreas da Escola são envolvidas.

Principais insumos: Os fatores (produtos, serviços ou informações) que entram no processamento de ‘Desenvolvimento de pesquisa básica ou aplicada, de caráter científico e tecnológico’ variam conforme a natureza do subprocesso, podendo ser:

- Artigos submetidos para publicação na RSP;
- Recursos financeiros para pagamentos de Bolsas de Pesquisa;
- Projeto de cátedras, que possibilita atrair pesquisadores internacionais baseados em universidades, centros de pesquisa ou *think thanks* capazes de produzir conhecimento aplicado e útil para o governo brasileiro;
- Dados oriundos das Bases de Dados dos Sistemas Estruturantes do Governo Federal;
- Portal INFOGOV;
- Portal da Enap;
- *Software* para aplicação de *survey*;
- Base de dados do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal;
- Serviço de tradução;
- Cessão de Direitos Autorais;
- Recursos financeiros para participação em eventos externos;
- Servidores com perfil/formação acadêmica na diretoria;
- Servidor de banco de dados para a Casoteca;
- Os resultados das oficinas sobre metodologia de estudos de caso realizadas com o intuito de formar multiplicadores da metodologia (dentre colaboradores eventuais da Enap, alunos e servidores da casa e de outros órgãos) e prospectar novos casos.

Principais fornecedores: Os fornecedores dos insumos variam conforme o respectivo processo:

- *Revista do Serviço Público:* são fornecedores quaisquer pessoas que desejem submeter artigos para publicação segundo as normas e instruções para submissão exigidas pela revista. Também podem ser fornecedores os alunos dos cursos de pós-graduação cujos trabalhos de conclusão possam ser convertidos em formato de artigo científico e submetidos à Revista para publicação.
- *Cadernos Enap, Enap Didáticos e Série Estudos Enap:* bolsistas, docentes colaboradores e servidores da Escola.
- *Enap Policy Papers:* os fornecedores para produção dos *Policy Papers* são as bases de dados estruturantes do Governo Federal (a partir das quais os dados são extraídos para as análises), o Portal INFOGOV (plataforma de análise de dados) e os pesquisadores responsáveis pelas análises das informações e indicação de soluções e perspectivas.
- *Coletâneas Cadernos EIAPP:* EIAPP/CLAD.
- *Casoteca de Gestão Pública:* colaboradores eventuais, alunos das oficinas da Casoteca e servidores da Enap e de outros órgãos.
- *Publicações especiais e publicações traduzidas:* o Concurso Inovação é um processo fornecedor das publicações especiais. Também fornecem insumos para estas publicações, pesquisadores internacionais que permitam a tradução de conteúdos já publicados, autores externos que concordem em contribuir com coletâneas, os resultados substantivos das pesquisas realizadas internamente e por parceiros. Empresas de serviço de tradução também são fornecedores deste processo.
- *Para a realização de pesquisas que podem ser publicadas em quaisquer dos veículos listados:* Um novo parceiro da Enap na execução desse macroprocesso é o Latinobarômetro, com o qual a Enap se associou e que consiste em uma pesquisa de opinião pública realizada em 18 países da América Latina (inclusive Brasil), dedicada ao desenvolvimento da democracia, da economia e da sociedade em seu conjunto, usando indicadores de opinião pública que medem atitudes, valores e comportamentos da sociedade. A Enap ingressará no Executive Board do Latinobarômetro, podendo apresentar questões ao instrumento de pesquisa, ter acesso a todos os dados e participação direta na disseminação dos resultados e publicações

Principais parceiros: No contexto deste macroprocesso ‘Desenvolvimento de pesquisa básica ou aplicada, de caráter científico e tecnológico’, a natureza dos parceiros corresponde basicamente a colaboradores pesquisadores, instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais e outros órgãos públicos, também nacionais e estrangeiros, interessados na temática em questão. É também grande parceiro da Enap, principalmente na área de ciência de dados, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. A lista a seguir exemplifica parceiros de projetos de pesquisas que foram ou estão sendo realizadas:

- Colaboradores pesquisadores que tiveram seus projetos aprovados no processo de seleção via Edital para bolsas de pesquisa, contemplando pesquisadores das seguintes instituições: Universidad de la República (Uruguai), University of Graz (Turquia), Universidade de Nova York (Estados Unidos), International Advisory Council (Reino Unido), Universidade do Porto (Portugal), El Colégio de México (México), Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas (FGV-CPDOC), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
- Eastern Michigan University (EUA), com a qual a Enap promoveu um curso de metodologia de survey para a equipe da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação *Stricto Sensu*;
- *Escuela Iberoamericana de Administración y Políticas Públicas (EIAPP)* vinculada ao *Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (CLAD)*;
- *Canada School of Public Service (CSPS)*;
- *University of Queen* do Canadá;
- *Institute of Public Administration of Canada (IPAC)*;

- Fundação João Pinheiro (FJP);
- Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP);
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);
- Universidade Federal do ABC (UFABC);
- Universidade de Brasília (UnB);
- Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília (Ceag/ Face/UnB);
- Núcleo de Estudos e Pesquisas em Inovação e Estratégia da Universidade de Brasília;
- Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPAC/MP);
- Latinobarômetro, com o qual a Enap se associou e ingressará em seu Executive Board, podendo apresentar questões ao instrumento de pesquisa, ter acesso a todos os dados e participação direta na disseminação dos resultados e publicações.

Como foi conduzido em 2017:

Em contexto amplo, na condução do macroprocesso ‘Desenvolvimento de Pesquisa Básica ou Aplicada, de caráter científico e tecnológico’, o maior desafio em 2017 foi a institucionalização de seus procedimentos, práticas e equipe, de modo a responder às condições necessárias para a sua afirmação no cenário da pesquisa aplicada. A estratégia executada durante o ano foi a de constituir uma atividade sólida de pesquisa, tendo em vista a construção da DPPG como núcleo de *evidence-based policy*, de maneira a desenvolver capacidade de poder captar projetos de pesquisa aplicada, baseados em evidências e metodologias rigorosas a respeito do campo das políticas públicas e do serviço público. O primeiro objetivo foi promover o aprendizado necessário ao mesmo tempo em que as atividades iam sendo desenvolvidas e rotinizadas; à medida que os problemas surgiam, formas de capacitação e treinamento foram sendo criadas, de modo a gerar, no contexto da equipe, habilidades voltadas ao desenvolvimento de pesquisa e tratamento de dados. O outro desafio foi a construção de pontes e estratégias de aproximação de atores externos estratégicos, dentre eles, especialmente, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Superar desconfianças, atrair para a Enap os melhores projetos e promover uma aproximação com o mundo acadêmico foi a estratégia adotada para superar as barreiras institucionais impostas. Outros destaques da condução do macroprocesso estão relacionados a seguir:

- *Publicações de artigos pela equipe interna e participação em congressos científicos*
- *Relatórios comissionados constantes das diversas modalidades de publicações da Enap*
- *Revista do Serviço Público*
- *Publicação de livros*
- *Enap Policy Papers*
- *Projeto de Pesquisa Capacidades Estatais*
- *Censo de Serviços Públicos de Atendimento*
- *Projeto INFOGOV*
- *Associação ao Latinobarômetro*

MACROPROCESSO ‘PROMOÇÃO DE INOVAÇÃO E CONHECIMENTO SOBRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS’

Descrição: Esse macroprocesso foi sendo consolidado ao longo de 2017, no entanto, seu escopo ainda não está totalmente delimitado e, por esta razão e por ser tão recente, ainda não foi mapeado. De todo modo, o processo contempla a promoção de inovação e conhecimento sobre administração pública e gestão de políticas públicas e o desenvolvimento de novos produtos, serviços e processos destinados a tecnologias de gestão. A execução desses processos é, principalmente, proveniente das atividades do Laboratório de Inovação em Governo (G.Nova), um espaço colaborativo destinado à construção de soluções criativas para problemas públicos, aberto à participação e estímulo ao

surgimento de ideias e protótipos. O GNova busca, por meio de uma abordagem baseada na experimentação, a obtenção de maior efetividade para a compreensão de problemas até o desenho de protótipos de soluções viáveis com o objetivo de ampliar a qualidade, a transparência e a efetividade de serviços públicos, promovendo impacto na vida dos cidadãos e das organizações públicas e privadas.

Produtos e serviços: O GNova presta suporte à inovação a diferentes órgãos e entidades da Administração Pública Federal, contribuindo para o aperfeiçoamento de serviços públicos, o desenvolvimento de novas competências nos servidores e para a disseminação de práticas inovadoras. Os serviços atualmente ofertados pelo GNova são:

- *Imersão:* Atividades de imersão, problematização e aprofundamento em serviços públicos, com o objetivo de identificar e priorizar oportunidades de melhorias e de inovação. Identificação dos anseios, insights e feedbacks, pontos de atenção e estrangulamento do serviço, assim como oportunidades de negócio.
- *Cocriação:* Facilitação de processos de cocriação orientados ao redesenho de serviços e programas, por meio de encontros e oficinas com a presença dos demandantes, especialistas no assunto e usuários.
- *Prototipação e testes:* O erro/fracasso no setor público tem um custo social elevado, podendo afetar muitos e/ou impactar significativamente os gastos do Estado. A prototipação, ao reduzir a escala por meio de protótipos ou realização de experiências, permite a avaliação e aprimoramento previamente, gera ‘quick wins’ e avança progressivamente, conquistando a confiança dos tomadores de decisão, além de favorecer a comunicação sobre novas ideias, pois tangibiliza conceitos, permitindo feedbacks mais rápidos e precisos.
- *Mentoria a unidades de inovação:* O Laboratório dinamarquês de inovação em governo, o MindLab, mentora o GNova e compartilha seus métodos, experiência e conhecimento. O GNova, por sua vez, realiza sessões de mentoria com unidades de inovação em fase de estruturação ou implantação recente, utilizando uma abordagem colaborativa e criativa.
- *Prospecção e disseminação:* Manter-se aberto a novos conhecimentos, incorporar à rotina a prospecção de novos serviços e tecnologias e cultivar uma rede de contatos com múltiplas especialidades permitem acesso e incorporação de novidades que, posteriormente, podem ser disseminadas na execução dos seus serviços.
- *Análise baseada em Ciência de Dados:* Serviço ainda em desenvolvimento. Dado o grande volume de dados estruturados e não estruturados do setor público e da sociedade e os avanços atuais na tecnologia, pretende-se cruzar esses dados para obtenção de insights rápidos e preciosos e para teste de hipóteses quanto ao público e à forma de implementação de políticas e serviços.
- *Oficinas de Planejamento Estratégico:* Serviço que envolve cocriação na elaboração da estratégia institucional e na definição dos objetivos organizacionais, por meio da incorporação de metodologias criativas e inovadoras.
- *Análise baseada na ciência comportamental:* Esse serviço está em estruturação. Por envolver o estudo da arquitetura das decisões e o comportamento humano, assim como testes de intervenções tendo como hipótese a indução de ação que agregue valor público, unidades de ciências comportamentais têm sido criadas no âmbito de laboratórios de inovação em vários países, como o BehaviouralInsights Team no Reino Unido. O GNova está atuando para geração de capacidade nessa temática dentro do setor público.

Principais clientes: Esse macroprocesso depende essencialmente de demandas diversas de órgãos da Administração Pública. No ano de 2017, foram clientes:

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa;

- Casa Civil da Presidência da República;
- Conselho Nacional para a Desburocratização – Brasil Eficiente (CNDES);
- Departamento de Educação Financeira - DEPEF do Banco Central do Brasil;
- Ministério da Saúde;
- Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- Departamentos de Modernização da Gestão Pública (Inova) e de Normas e Sistemas de Logística (Delog) da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo do Distrito Federal (SEPLAG/GDF).

Subunidades responsáveis: A Diretoria de Inovação e Gestão do Conhecimento, juntamente com sua Coordenação-Geral de Inovação e Coordenação-Geral de Articulação Institucional, são os responsáveis por esse macroprocesso. Outras unidades da Escola também prestam apoio e/ou atuam conjuntamente.

Principais insumos: Os produtos, serviços ou informações que entram no processamento desse trabalho são extremamente variáveis uma vez que cada demanda é, significativamente, singular. No entanto, há um conjunto de procedimentos característicos destas atividades, intitulado ‘Caixa de ferramentas’, que são utilizados no desenvolvimento dos trabalhos, quais sejam: Design Thinking, Design Etinográfico, Facilitação, Oficina de Ideação, Verificação da realidade com foco nas pessoas (praxis check), Hackathon, Análise de grandes volumes de dados - Ciências de Dados e Big Data, Blueprint de serviços, Ciências Comportamentais (Nudge), Planejamento Estratégico.

Principais fornecedores: Responsáveis pelos insumos, os fornecedores dependem da especificidade de cada demanda.

Principais parceiros: O GNova possui três parcerias de grande importância:

- Rede InovaGov, cuja cooperação é coordenada pela Secretaria de Gestão do MPDG com a finalidade de promover a adoção de práticas inovadoras no âmbito governamental;
- Comitê Executivo do Conselho Nacional para a Desburocratização - Brasil Eficiente no qual a Enap atua como unidade de apoio técnico-administrativo numa ação de assessoramento e suporte à Casa Civil;
- Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Ministério dos Negócios e Crescimento da Dinamarca, cuja cooperação visa apoiar a capacitação da equipe do GNova pela troca de experiências com o laboratório dinamarquês MindLab.

Como foi conduzido em 2017: Ao longo de 2017, o GNova desenvolveu diversos projetos, apoiando o desenvolvimento de soluções em parceria com as instituições demandantes; além disso, está aprimorando sua estrutura de funcionamento e desenvolvendo ações para ampliação de competências e capacidades para inovação dentro do governo, prestando apoio a estratégia de desburocratização do Governo Federal. A seguir são relacionados os projetos do GNova, concluídos e em andamento, e as atividades de fomento a inovação desenvolvidas em caráter continuado pelo laboratório:

Apoio ao Conselho Nacional para a Desburocratização - Brasil Eficiente: O GNova foi designado, pela Casa Civil da Presidência da República, como órgão de apoio técnico-administrativo às atividades do Conselho Nacional para a Desburocratização – Brasil Eficiente. Assim, tem prestado suporte ao Conselho e a seu Comitê Executivo, coordenado pela Casa Civil e composto por outros ministérios (MPDG, MCTIC, CGU e MF) e por representantes do Congresso Nacional e da

sociedade Civil. A instituição do Conselho representa um movimento importante para ampliar a governança e os efeitos das iniciativas de modernização e simplificação administrativa, desburocratização, digitalização de serviços e redução do fardo regulatório imposto à sociedade e ao setor produtivo.

Projeto Anvisa - Formação de Capacidades de Inovação: Em apoio à Anvisa, em sua estratégia para promoção de inovação por meio da “Fábrica de Ideias”, o GNova atuou no desenvolvimento de competências específicas para a equipe da Fábrica de Ideias com vistas à aceleração de projetos de inovação; no apoio à criação de um laboratório de Inovação na Agência; e no suporte à formação de uma rede interna de inovadores.

Formatação de Hackathon para a Campus Party Brasília: Demandado pela SEPLAG/GDF, o GNova desenhou o formato de um Hackathon (realizado em junho de 2017, na Campus Party em Brasília/DF) com o objetivo de gerar capacidade institucional para a organização de eventos de inovação aberta voltados à solução de problemas públicos pelo Governo de Brasília.

Projeto BACEN – Cidadania Financeira: O objetivo do projeto foi ampliar as possibilidades de ações do BACEN para a promoção da cidadania financeira. Foram entregues três protótipos voltados à solução do problema “parcela expressiva da população brasileira não se planeja financeiramente”, quais sejam: (1) Cartão de Poupança e Investimento; (2) Poupança automática vinculada à conta salário; (3) Desafio BC de cidadania. Além destes, o projeto proporcionou resultados extras como a capacitação da equipe do DEPEF-BACEN em Design Thinking e Etnografia e a disseminação de tais metodologias por parte do GNova na Semana de Educação Financeira do BACEN.

Projeto Aplicativo SUS: Destinado ao Ministério da Saúde, o objetivo do projeto foi gerar subsídios para desenvolvimento de um aplicativo de celular para marcação de consultas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O GNova inovou ao apresentar uma nova lógica para o enfrentamento do problema, que promovia o contato com o usuário e experiências *in loco*, através de uma Pesquisa etnográfica. Como resultado, foi apresentado um Mapa com 18 Insights, dos quais três foram considerados críticos para o sucesso da proposta e que enriqueceram o processo de desenvolvimento do aplicativo, pautaram os desenvolvimentos subsequentes, alinhando o produto final às expectativas de seus usuários.

Projeto SUS Legal: Demandado pela Casa Civil da Presidência da República, este projeto tratou da discussão da estrutura de financiamento e gestão do Sistema Único de Saúde envolvendo dirigentes da Casa Civil, Ministério da Saúde, Fundo Nacional de Saúde, Controladoria Geral da União, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O projeto foi concluído com êxito ao construir uma atmosfera adequada para discussão produtiva sobre a proposta e elencar 140 pontos de atenção, agrupados em 07 grandes áreas, que foram submetidos aos dirigentes e formuladores da proposta.

Projeto SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores: O objetivo do projeto foi identificar pontos de melhoria no SICAF (constitui um módulo do Sistema de Serviços Gerais – SISG) e auxiliar no desenho de estratégia de aperfeiçoamento. Entregas: mapeamento de pontos críticos e mapa de personas e insights derivado da pesquisa etnográfica, apontando as possibilidades de intervenção nas áreas de gestão, comunicação e tecnologia do SICAF. Em avaliação pós-projeto, percebeu-se que os subsídios gerados direcionaram os esforços para ajustes na usabilidade do sistema, para ampliar o foco na comunicação com o usuário, na digitalização de serviços, redução de custos (governo/fornecedor) e redução de postos de trabalho dedicados exclusivamente ao SICAF.

Apoio ao Projeto Plataforma de Cidadania Digital: A partir da abordagem do *Design Thinking* os produtos principais foram a ampliação do engajamento dos órgãos na temática, protótipos e insights produzidos na oficina que auxiliaram a aprimorar a estratégia de implantação do governo digital.

Laboratório de Educação: Com o objetivo de promover inovações nos cursos que a Enap oferece foi criado o Lab Educação, cuja questão chave identificada foi: “Como podemos inovar em metodologias e conteúdos para melhorar os processos de ensino aprendizagem com foco nos agentes públicos? Os resultados foram: (1) Benchmarking com 20 plataformas e ferramentas de tecnologias educacionais; (2) 17 problemas mapeados e discutidos com as áreas de ensino; (3) Engajamento de oito Coordenações-Gerais da Enap; (4) Cinco protótipos produzidos.

Concurso Inovação no Setor Público: O Concurso Inovação é uma premiação realizada há 21 anos pela Enap em parceria com MPDG, com o propósito de reconhecer e valorizar os servidores que promovem práticas inovadoras na Administração Pública e de disseminar o conhecimento produzido pelos inovadores em suas soluções. A 21ª edição recebeu 244 iniciativas inscritas. Destaque para a participação expressiva dos Estados e a grande procura dos avaliadores externos para atuarem na etapa de Avaliação Preliminar Externa, que é prestação de serviço público relevante, não remunerada. Foram recebidas 266 inscrições de avaliadores externos e 70 avaliadores engajados.

Bolsas de Inovação - Programa Cátedras Brasil: O GNova participa do Programa Cátedras Brasil com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de projetos inovadores para resolução de problemas na gestão e na implementação de políticas públicas. O primeiro edital ocorreu em 2017 e o projeto selecionado foi “Empurrando juntos – tecnologia livre para consultas governamentais”, uma ferramenta para organizações sociais e governos realizarem consultas e deliberações participativas, sem os riscos das bolhas de opinião e da manipulação das mídias sociais. A entrega de um protótipo de ferramenta está prevista para fevereiro de 2018, ocasião em que será disponibilizada para que órgãos da administração pública federal e prefeituras de cidades médias e pequenas possam utilizar.

GNova Design Café: Com vistas a atender solicitações para conhecer o trabalho do Laboratório, foi criado o GNova Design Café que consiste em uma oficina demonstrativa que usa o método ‘mão na massa’ apresentando, a partir de um problema fictício, as fases clássicas de um projeto de inovação por meio da abordagem do *Design Thinking*. Utilizando atividades e tutoriais, os participantes vivenciam a problematização, ideação, prototipagem e pitch de apresentação, conhecendo ferramentas e técnicas úteis no aperfeiçoamento ou criação de novos produtos e serviços.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

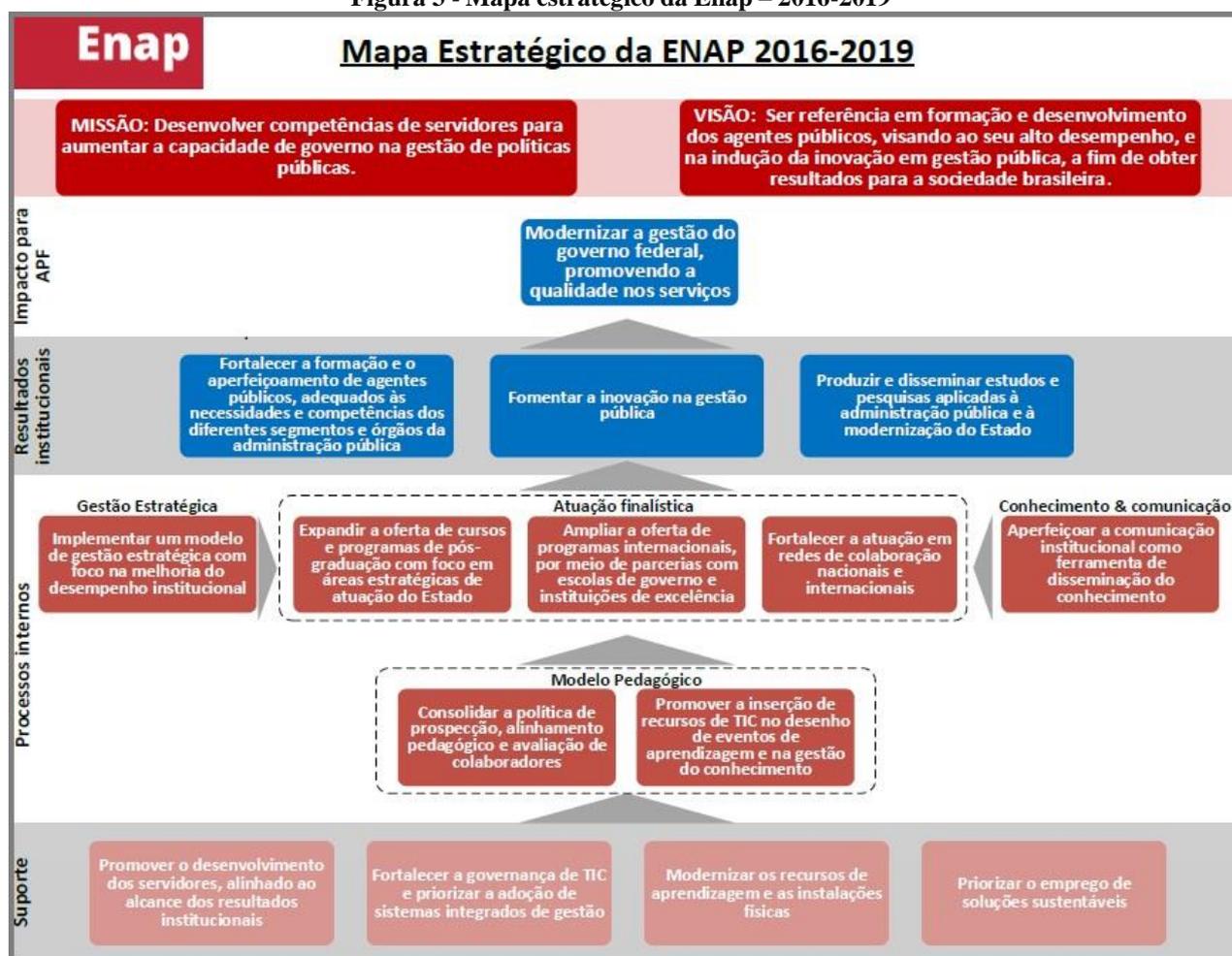
2.1 Planejamento Organizacional

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício e estágio de implementação do planejamento estratégico

Na Enap, os objetivos estratégicos balizam os grandes campos ou eixos de atuação, a partir dos quais o trabalho é organizado e a oferta de serviços à Administração Pública é estruturada, por meio de projetos e/ou iniciativas estratégicas. Tais objetivos estratégicos foram formulados de modo alinhado às declarações estabelecidas para a Missão Institucional, a Visão de Futuro e os Valores Organizacionais da Escola.

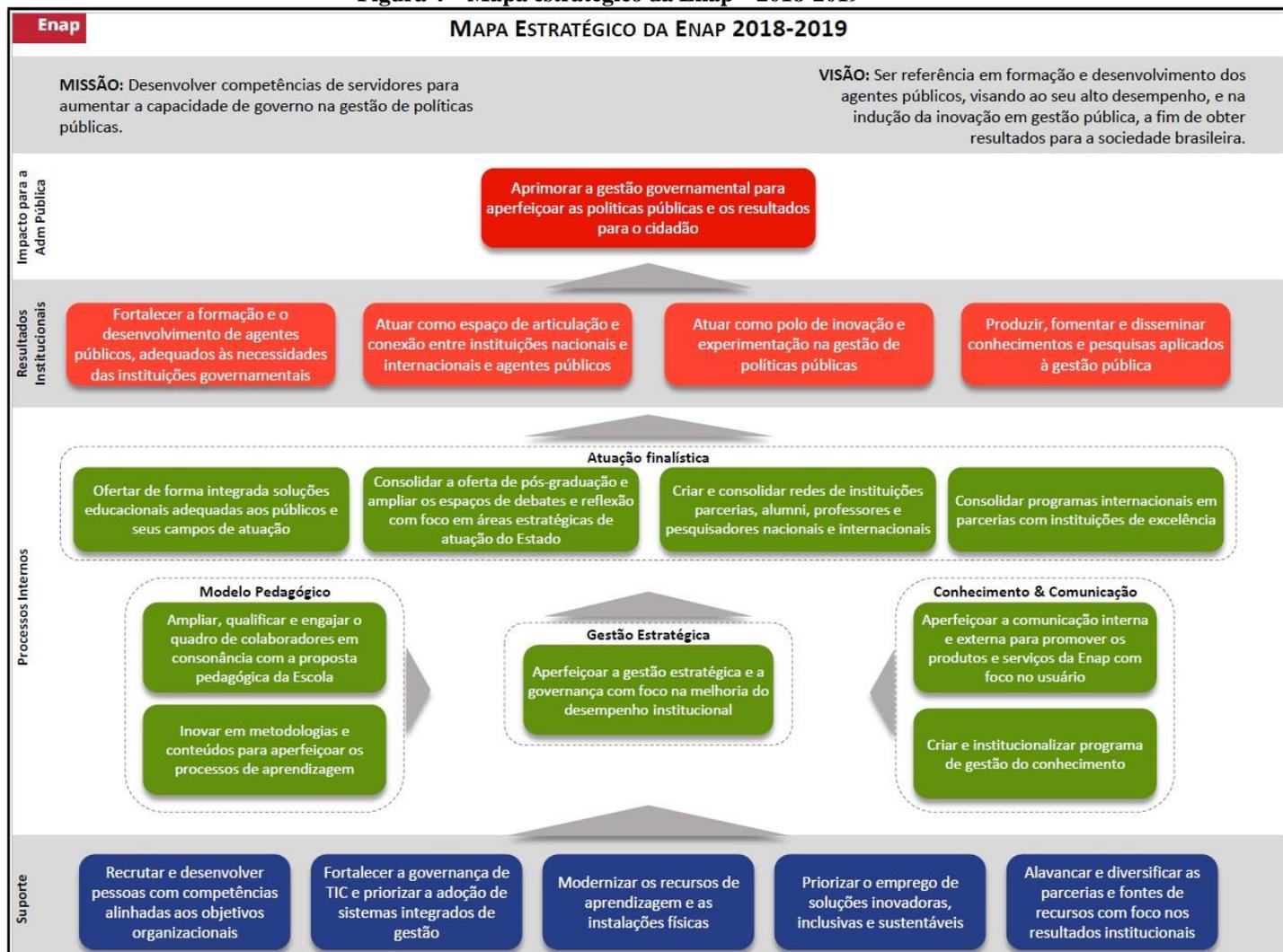
O Mapa Estratégico da Enap, reproduzido a seguir na Figura 3, auxilia a Escola na implementação de sua estratégia organizacional, bem como no desempenho dos seus processos internos.

Figura 3 - Mapa estratégico da Enap – 2016-2019



Contudo, a partir da reestruturação da Escola no fim de 2016, a qual criou uma nova Diretoria e novas Coordenações-Gerais (Ciência de Dados, Articulação Institucional, Mestrado Profissional), foi necessário fazer uma revisão no Mapa Estratégico para que o mesmo representasse melhor essa nova estrutura da Enap. Dessa forma, após reuniões e oficinas que envolveram toda a Escola, definiu-se o Mapa Estratégico para o período 2018-2019, conforme figura a seguir:

Figura 4 – Mapa estratégico da Enap – 2018-2019



A escola durante o ano de 2017 focou em alguns projetos prioritários:

- ✓ Capacitação para Altos Executivos;
- ✓ Especialização;
- ✓ Escola Virtual de Governo (EVG);
- ✓ Mestrados Profissionais;
- ✓ Ciência de Dados
- ✓ Desburocratização
- ✓ Ciclos de Capacitação para Assessorias Ministeriais

Abaixo seguem os resultados de cada um desses projetos:

Capacitação para Altos Executivos

No ano de 2017, a Enap deu um salto qualitativo e quantitativo na sua oferta de programas para altos executivos públicos. As parcerias internacionais que vinham sendo gestadas floresceram, possibilitando a realização de atividades em diferentes temáticas, com diferentes parceiros internacionais mundialmente reconhecidos. Destacam-se as relações com a Universidade de Harvard, a Universidade de Indiana, a Escola Nacional de Administração (ENA) da França, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap Quebec) do Canadá, a Universidade Georgetown e a parceria com o professor Karim J. Chichakly do Instituto Politécnico Worcester e da Capitol Technology University.

Ofertou eventos de aprendizagem em diversas temáticas relacionadas à liderança no setor público. As iniciativas promovidas são fruto de parcerias nacionais e principalmente de parcerias internacionais. São instituições parceiras na oferta dos cursos: École Nationale d'Administration - ENA França, École Nationale d'Administration Publique - ENAP Québec, Harvard Kennedy School, Universidade de Georgetown, Centro de Estudos Sociedade e Tecnologia - CEST-USP, Worcester Polytechnic Institute, Universidade de Roma, Escola da AGU, Universidade de Birgminham/Tony Bovaird.

Especialização

Em 2017 a Enap foi credenciada como Escola de Governo para oferta de cursos de especialização lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, pela Portaria MEC nº 660, de 22 de maio de 2017, aprova um novo Regulamento para seus cursos, continuando a oferta de cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) seguindo a regulamentação estabelecida pela Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação.

Dessa forma, durante o ano de 2017 a Escola buscou desenvolver e ofertar novos cursos que pudessem atender às necessidades do governo e às demandas dos servidores públicos dos diversos segmentos.

A Especialização em Gestão Pública - Gestão Organizacional e Inovação e Especialização em Gestão Pública - Gestão Estratégica de Pessoas tiveram início no ano de 2016 e serão concluídas em 2018. A Especialização Planejamento e Estratégias de Desenvolvimento (1ª ed.) teve início em 2017 e será concluída em 2018.

Além disso, também em 2017 foram lançados quatro novos cursos, cujos cursos foram iniciados ainda em 2017:

- Especialização em Políticas de Infraestrutura;
- Especialização em Gestão de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Especialização em Governança e Controle da Regulação em Infraestrutura (realizada em parceria com o Instituto Serzedello Corrêa - ISC/TCU); e
- Especialização em Fronteiras da Tecnologia da Informação.

No fim de 2017, a Escola lançou Editais de Processo Seletivo para mais três programas de Pós-Graduação Lato Sensu, com início em 2018:

- Desenvolvimento Produtivo - turma fechada para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC);
- Análise de Dados em Políticas; e
- Especialização em Gestão Pública com ênfase em Governo Local (voltada para servidores públicos municipais, com as vagas distribuídas em quatro áreas de concentração: Gestão Pública Local, Gestão Metropolitana, Planejamento Territorial e Infraestrutura Local).

Escola Virtual de Governo

Com uma tradição de oferta de cursos a distância desde 2004, em novembro de 2017 a Escola Virtual da Enap alcançou a marca recorde de um milhão de matrículas realizadas ao longo de sua trajetória de oferta de cursos a distância e a entrega de mais de 500 mil certificados de conclusão. O elevado número de matrículas alcançado nos últimos três anos demonstra o crescente interesse pela modalidade e a necessidade de investir em uma estratégia de oferta que garanta capacidade de resposta da Escola às demandas por capacitação.

Ciente do tamanho do desafio de expandir a oferta de cursos a distância para servidores e cidadãos de todo o país, e no âmbito de sua missão como coordenadora e supervisora dos programas de capacitação gerencial de pessoal civil executados pelas demais escolas de governo da administração pública federal direta, a Enap desenvolveu uma estratégia que articula diferentes entes e instituições comprometidas com os mesmos objetivos.



A Escola Virtual de Governo consiste em um Portal Único de Escolas de Governo que oferecerá, a partir de 2018, um catálogo de cursos unificado das principais escolas de governo e centros de capacitação da Administração Pública.

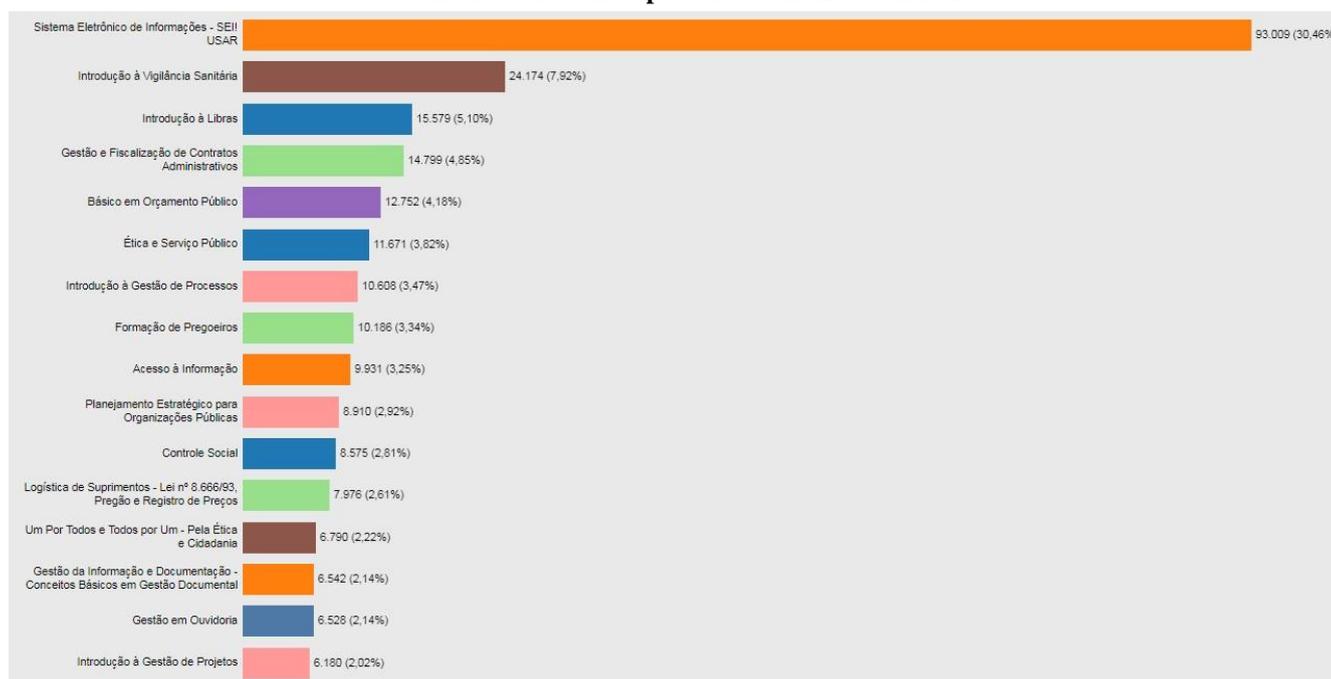
Por meio do compartilhamento de custos e serviços associados à infraestrutura de hospedagem de cursos, gestão acadêmica e gestão de dados, a EVG permite economia de escala nos investimentos em educação a distância, e valor agregado a servidores e sociedade, sem prejudicar a autonomia na gestão de cursos e turmas das escolas associadas. Para servidores e cidadãos, a solução representa a simplificação do processo de busca, acesso e gestão de certificados.

Além disso, o servidor ou cidadão terá acesso a um cadastro e login únicos para a realização de suas capacitações, bem como um histórico escolar unificado.

Gráfico 1: Total de matrículas por trimestre na EVG em 2017



Gráfico 2: Cursos mais procurados na EVG em 2017



Mestrados Profissionais

Em 2017 teve início a 2ª turma do **Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento**. O Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento visa a constituir uma formação profissional abrangente, de modo a desenvolver junto ao corpo discente competências e habilidades técnicas e políticas, favorecendo o entendimento e a construção de mecanismos de governança e promoção do desenvolvimento social e econômico. Nesse sentido, os discentes são convidados a pensar os mecanismos de gestão de políticas públicas e a contextualizar mais sistematicamente o processo de formulação e implementação de políticas públicas.

Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento contou, em 2017, com dois professores estrangeiros, permitindo o fortalecimento do intercâmbio e a experiência de ensino em língua inglesa aos alunos.

Ainda dentro da estratégia de institucionalização e internacionalização do Mestrado, foram ofertados aos alunos sete cursos internacionais, em parceria com a *International Public Policy Association* (IPPA). Ademais, em função da cooperação internacional da Enap com a *Indiana University*, a Escola recebeu cinco alunos de Indiana e, em retribuição, a *Indiana University* recebeu cinco alunos do mestrado para intercâmbio, podendo eles participar das atividades de ensino em referida universidade

Também em 2017, teve início a 2ª turma do **Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento**, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). O objetivo é capacitar servidores da Administração Pública Federal para formular, implementar e avaliar políticas públicas com base em conhecimento interdisciplinar atualizado, que municie esses servidores com conceitos e instrumental analítico adequado para o exercício da prática profissional altamente qualificada.

A Enap apresentou junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) o projeto pedagógico para a constituição de um novo mestrado profissional, o **Mestrado Profissional em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas**, com vistas a suprir uma demanda de capacitação de profissionais dedicados ao exercício da avaliação de políticas públicas no contexto dos órgãos da Administração Pública.

Dessa forma, pretende-se que esse novo curso supra uma formação abrangente neste campo, constituindo junto ao corpo discente competências e habilidades voltadas para dois campos: (1) – a execução direta de avaliação e monitoramento de políticas públicas, tendo em vista uma formação em pesquisa sólida que instrumentalize os problemas avaliativos; (2) – a governança e desenho de sistemas de monitoramento e avaliação de políticas públicas

A previsão de oferta da primeira turma do Mestrado Profissional em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas será para o primeiro semestre de 2019.

Ciência de Dados

Dentro do projeto de desenvolvimento institucional da Enap, foi criada a Coordenação-Geral de Ciência de Dados. O objetivo dessa coordenação é proporcionar o desenvolvimento de *evidence-based policy* no âmbito da Enap através de duas iniciativas importantes:

- i - a organização, estruturação e disseminação de dados e informações governamentais de modo a ampliar as capacidades analíticas do setor público, fortalecer a transparência de dados e proporcionar o desenvolvimento de informação estratégica;

ii - proporcionar formas de estudo e capacitação na área de Ciência de Dados, de forma a constituir novas capacidades que auxiliem o governo no desenvolvimento de capacidades analíticas e ferramentas para a análise de dados governamentais.

Em 2017 essa nova área focou em duas estratégias: o INFOGOV e o Censo de Serviços Públicos de Atendimento.

O **INFOGOV** é um portal de acesso e análise de dados governamentais, voltado para a disseminação de informação estratégica sobre diversas questões do serviço público federal. Já foi implementada a visualização das bases do SIAPE e do Censo de Serviços Públicos de Atendimento.

O **Censo de Serviços Públicos de Atendimento** é um projeto construído sob demanda da Secretaria de Gestão (SEGES) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento de Gestão, cujo objetivo é levantar informações sobre todos os serviços prestados pela Administração Direta e Indireta aos cidadãos. Ao todo, foram levantados 1.806 serviços quanto a um conjunto de informações estratégicas que possibilitarão estudos e pesquisas relevantes para a Administração Pública Federal.

Desburocratização

Por designação da Casa Civil da Presidência da República, o Laboratório de Inovação em Governo da Enap (GNova) foi designado como órgão de apoio técnico-administrativo às atividades do Conselho Nacional para a Desburocratização – Brasil Eficiente. Nesta condição, tem prestado suporte ao Conselho e a seu Comitê Executivo, coordenado pela Casa Civil e composto por outros ministérios - Ministério do Planejamento, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e Ministério da Fazenda e por representantes do Congresso Nacional e da sociedade Civil.

A instituição do Conselho representa um movimento importante para ampliar a governança – e os efeitos – das iniciativas de modernização e simplificação administrativa, desburocratização, digitalização de serviços e redução do fardo regulatório imposto à sociedade e ao setor produtivo.

As atividades do GNova/Enap em apoio ao Conselho abrangem:

- Prospecção e triagem de iniciativas de desburocratização junto aos Comitês Permanentes de Desburocratização dos Ministérios;
- Oferecimento de cursos e capacitações em novas metodologias e em estratégias de aceleração de projetos aos responsáveis por projetos de desburocratização;
- Identificação de tendências, metodologias e tecnologias úteis para as iniciativas dos Ministérios;
- Interlocução com atores da academia, terceiro setor e setor produtivo, em busca de parcerias para a aceleração de iniciativas;
- Consultoria à Casa Civil na estruturação do cronograma, planejamento e condução das atividades do Comitê Executivo;
- Incubação, mentoria e priorização de projetos relacionados a desburocratização no âmbito das atividades do laboratório.
- Realização de eventos e seminários em apoio à temática.

A Enap tem conduzido, em parceria com a Casa Civil e os ministérios da Fazenda, Planejamento e CGU, reuniões com os Comitês Permanentes de Desburocratização dos ministérios, com o objetivo de conhecer melhor as iniciativas setoriais de desburocratização e levantar demandas e casos de sucesso para pautar as reuniões do Comitê Executivo.

Em 2017, foram realizadas reuniões sobre desburocratização com 13 ministérios.

Ministério
MAPA (Agricultura, Pecuária e Abastecimento)
MT (Transportes, Portos e Aviação Civil)
MS (Saúde)
MEC (Educação)
MME (Minas e Energia)
MJSP (Justiça e Segurança Pública)
MMA (Meio Ambiente)
MDIC (Indústria, Comércio Exterior e Serviços)
MCTIC (Ciência, Tecnologia e Comunicações)
MTE (Ministério do Trabalho e Emprego)
MI (Ministério da Integração)
MCID (Ministério das Cidades)
MDS (Ministério do Desenvolvimento Social)

A Escola vem atuando também junto aos Comitês Permanentes no sentido de oferecer eventos de capacitação que acelerem as iniciativas e os programas de desburocratização de caráter setorial. Nesse sentido, para além do calendário tradicional voltado aos servidores públicos, foram oferecidos dois cursos exclusivamente para os membros de comitês permanentes e servidores envolvidos em iniciativas de desburocratização.

Os cursos “Abordagem para desenho” e “Aceleração de Programas de Desburocratização” tiveram como objetivo oferecer aos servidores ferramenta útil à promoção da transformação em seus órgãos através de estratégia de análise de *stakeholders*, cronograma de entregas rápidas e frequentes, antevisão de gargalos e seleção de prioridades. No total os cursos atingiram 90 servidores diretamente envolvidos em projetos de desburocratização.

Além disso, o GNova está contribuindo com atividades de inovação em suporte a projetos prioritários voltados à desburocratização. São exemplos a realização de oficinas para a definição de estratégia de endomarketing do portal “Simplifique” e a proposta de realização de pesquisa de design etnográfico com usuários do Diário Oficial da União, para melhor entender os impactos da transformação do DOU para o formato digital nos usuários e permitir a melhor adequação do novo serviço.

Ciclos de Capacitação para Assessorias Ministeriais

A atuação eficiente e efetiva dos Chefes de Gabinete e Assessorias dos Ministros de Estado do Poder Executivo Federal requer, cada vez mais, acesso permanente desses profissionais à capacitação. No entanto, tal acesso nem sempre é viabilizado, o que se deve em parte à própria dinâmica do trabalho, que consome boa parte do tempo desses servidores, mas também à baixa oferta de soluções de capacitação para esse público específico.

Dessa forma, a Enap desenvolveu uma solução de capacitação dinâmica e voltada para as necessidades de trabalho dos Chefes de Gabinete, Assessores de Comunicação e Imprensa, Assessores Internacionais, Assessores de Controle Interno e Assessores Parlamentares, criando-se um ambiente dinâmico de discussão dirigida, com estímulo de elementos teóricos e experiências práticas relacionadas à atividade.

Foram desenvolvidos ciclos de aprendizagem, com a abordagem de temas específicos a atuação de cada Assessoria Ministerial.

Ainda no que se refere a este tópico de Planejamento, a Enap se insere no Programa Temático 2038 (Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública) do Plano Plurianual (PPA). Nesse Programa, a Escola contribui com os seguintes objetivos:

- *Objetivo 1157: Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos;*
- *Objetivo 1159: Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade;*

Há uma relação estreita entre os Objetivos, Metas, Iniciativas e Ações contidas no PPA e o Planejamento Estratégico desenvolvido pela Escola. O PPA dispõe em grandes linhas as atribuições da Escola e as suas contribuições para dois grandes objetivos do Governo Federal. Contudo, e por se tratar de um documento de planejamento geral do Governo, o PPA não versa sobre o caminho que cada organização deve seguir para alcançar os resultados que contribuirão para os seus objetivos. O esforço de construção da estratégia e do modelo de gestão que levará aos resultados desejados é delegado a cada uma das instituições públicas integrantes do PPA. Nesse sentido, as opções feitas pela Enap em seu Planejamento Estratégico, cuja lógica pode ser visualizada no Mapa Estratégico anteriormente apresentado, constituem importante esforço para direcionar os seus recursos da forma que melhor atenda os objetivos gerais dos Programas do Governo Federal.

2.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Os projetos estratégicos definidos pela Escola contribuíram diretamente para o alcance dos objetivos traçados, com a finalidade de realização da sua missão “*desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade de governo na gestão de políticas públicas*”. Essas ações e resultados evidenciam a consolidação institucional da Enap e o fortalecimento de seu papel na preparação e capacitação de quadros competentes para a administração pública.

A visão de futuro da Escola “*ser referência em formação e desenvolvimento dos agentes públicos, visando ao seu alto desempenho, e na indução da inovação em gestão pública, a fim de obter resultados para a sociedade brasileira*” demonstra a ideia de que a consolidação do Estado democrático vem incorporando crescentemente cidadãos com responsabilidades e atribuições de representação política que demandam conhecimentos e competências de gestão nos processos de elaboração e implementação das políticas públicas, e nos mecanismos de controle social da gestão governamental.

Por sua vez, os valores organizacionais (profissionalização dos servidores públicos, qualidade dos resultados, públicos, compromisso com a democracia, respeito à diversidade, compromisso com o diálogo, difusão do conhecimento, criatividade e inovação, incentivo à reflexão) referem-se ao conjunto de princípios que orientam os processos de trabalho, o sistema de gestão e a relação da Escola com seus colaboradores e usuários.

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Em 2017 a Enap fez o acompanhamento dos seus principais indicadores por meio de planilhas em Excel. A Assessoria da Presidência solicitou, a cada semestre, às áreas finalísticas da Escola os seus resultados para os indicadores “Aluno-equivalente”, “Capacitação realizada”, “Satisfação do aluno” e “Percepção do aluno sobre a aplicabilidade do curso”. Dessa forma, os resultados de todas as áreas foram consolidados em uma única planilha Excel. Esses resultados serão melhor detalhados no tópico “2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho” deste Relatório.

No final de 2017, paralelamente às atividades de revisão do Mapa Estratégico, foram realizadas Oficinas, utilizando-se uma metodologia integradora, nas quais as áreas definiram seus projetos para o ano seguinte (2018). Esses projetos foram apresentados às demais áreas, as quais tiveram a oportunidade de conhecer estrategicamente as ações que serão desenvolvidas por toda a Escola em 2018. Esse processo permitiu também às áreas identificar os projetos/ações que podem ser desenvolvidos de forma integrada, o que contribui para o alcance de resultados mais eficientes.

2.3 Desempenho orçamentário

2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro 1 - Ação relacionada a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS – Ação 20U9

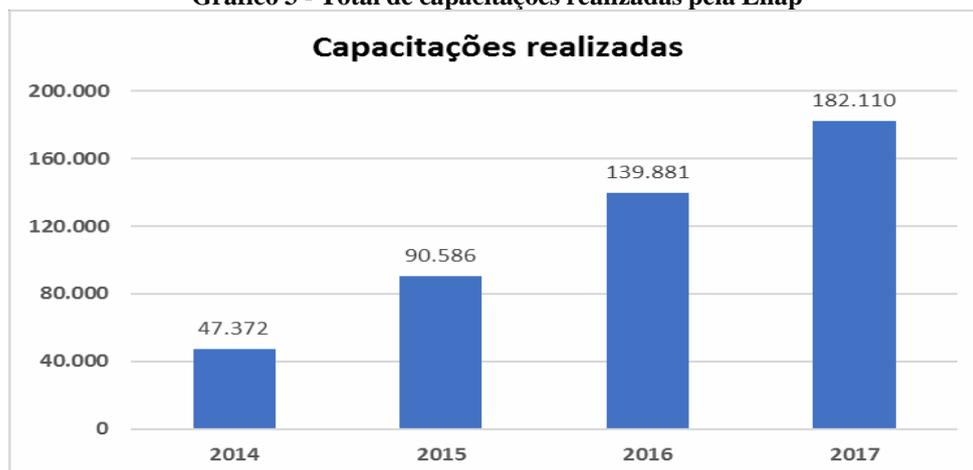
Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	20U9		Tipo: Atividade			
Título	Desenvolvimento de Competências de Agentes Públicos					
Iniciativa	Ampliação da oferta de capacitação de agentes públicos em gestão pública em todo o território por meio de realização de parcerias nacionais e internacionais					
Objetivo	Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade				Código: 1159	
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública				Código: 2038	
Unidade Orçamentária	47210 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.058.693	8.666.693	8.645.888	7.268.447	7.268.447	0	1.377.441
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Aluno-equivalente – é o concluinte, ponderado por um fator de equiparação de carga horária e um fator de esforço de curso. Ponderação pela carga horária de 30h e por fator de esforço de curso variável (pesos) por tipo de curso		unidade	54.091	54.091	198.868	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.071.493	1.029.278	25.540	Aluno-Equivalente	unidade	1,00	

Abaixo, segue quadro detalhando a execução dos Planos Orçamentários da Ação 20U9, que pertence ao Programa Temático 2038:

Quadro 2 - Planos orçamentários (PO)

Descrição	Produto	Meta	
		Prevista	Realizada
PO 0001 – Desenvolvimento Gerencial da Administração Pública	Capacitação realizada	9.892	13.137
PO 0002 - Formação Inicial de Carreiras	Aluno formado	0	80
PO 0004 – Seminários, oficinas e eventos para disseminação de cultura de inovação	Capacitação realizada	500	1.633
PO 0005 - Atividades de Cooperação Técnica e Participações em Fóruns Internacionais	Capacitação realizada	610	924
PO 0006 - Aperfeiçoamento de Carreiras	Capacitação realizada	1.600	1.694
PO 0008 – Educação Mediada por Tecnologias	Capacitação realizada	50.000	163.000
PO 0009 – Especialização para Servidores Públicos	Aluno pós-graduado	0	77
PO 000A – Pós-Graduação Strictu Sensu para Servidores Públicos	Mestre titulado	38	0

Gráfico 3 - Total de capacitações realizadas pela Enap



Análise Situacional da Ação 20U9

Na Ação 20U9 a dotação orçamentária inicial do exercício foi de R\$ 7.058.693,00 e a final de R\$ 8.666.693,00. A diferença entre a dotação inicial e final, da ordem de R\$ 1.608.000,00, foi objeto de remanejamento da Ação 2000 – Administração da Unidade, principalmente para execução de despesas inerentes à ampliação da oferta de cursos de Especialização, Pós-Graduação e do Programa de Aperfeiçoamento de Carreiras do serviço público federal.

Ao final do exercício, o valor executado (empenhado) foi de R\$ 8.645.888,00, ou seja, 99,8% da dotação final destinada à Ação. Desse montante, foi efetivamente liquidado R\$ 7.268.447,00 (84%) e inscritos em Restos a Pagar R\$ 1.377,441 (16%). O expressivo valor inscrito em restos a pagar se deve, principalmente, à expressiva demanda de capacitação ocorrida no último trimestre do exercício. Vale destacar, na execução dessa Ação, o valor de R\$ 1.755.930,00 comprometido com a realização do curso de Formação para a Carreira de Analistas de Planejamento e Orçamento.

Em 2017, foram capacitados 14.379 servidores em cursos presenciais, um aumento de 20,2% em relação ao ano anterior. A temática Logística e Compras Públicas foi a de maior interesse, com 6.425

capacitações. As parcerias realizadas com outras instituições contribuíram para um aumento no número de capacitações sem impacto no orçamento da Escola, utilizando-se recursos de outros órgãos ou sem qualquer ônus financeiro para o governo.

Outro resultado importante diz respeito a capacitação de servidores lotados em órgãos fora do DF: das 470 turmas ofertadas ao longo do ano, 180 foram realizadas em outras unidades da federação. Somente o Programa Enap em Rede, do qual fazem parte escolas de governo e Institutos Federais de 17 unidades da federação, capacitou 1.673 servidores em 2017. Além disso, observa-se uma participação significativa de servidores em posições gerenciais nos cursos presenciais de educação continuada, perfazendo 16% do total de capacitações.

Já no ensino a distância, o crescimento nos últimos anos tem sido exponencial. A popularidade e conveniência dos cursos MOOC¹ somadas às novas tecnologias e estratégias de comunicação implementadas, contribuíram para que as capacitações saltassem de 34 mil em 2014 para 172 mil em 2017, alcançando servidores de todos os níveis e esferas, em todo território nacional.

A distribuição das capacitações por temática aponta que a procura de cursos é maior nas temáticas de Gestão de Documentos, Informação e Conhecimento (38,19%), em virtude da oferta do curso Sei Usar, e de Desenvolvimento de Capacidades Locais (22,85%), onde estão localizados cursos voltados para estados, municípios e cidadãos, relativos à transferências de recursos, controle social, entre outros.

A diversificação da oferta de cursos também foi outro resultado importante. Nos cursos presenciais, foram lançados 22 novos cursos em 2017, focando em temas como gestão pública liderança, inovação. Já no ensino a distância, foram 15 novos cursos desenvolvidos, especialmente voltados para desenvolvimento de capacidades locais e controle social.

Em 2017 foi realizada a 18ª edição do curso de formação para APO, entre os meses de março e junho, com duração de 400 horas, para o provimento de 80 cargos de APO. O curso foi comum para as duas áreas do concurso: a área de Planejamento e Orçamento e a área de Tecnologia de Informação. Também foi estruturado em três eixos programáticos: Gestão e Avaliação de Políticas Públicas (132h), Políticas Públicas e Desenvolvimento (92h), Planejamento e Orçamento (116h), além de palestras (36h) e elaboração de trabalho final sobre planejamento e orçamento em políticas públicas (20h).

PO 0004 – Seminários, oficinas e eventos para disseminação de cultura de inovação

Foram realizados vários eventos na temática Inovação. A 3ª Semana de Inovação em Gestão Pública contou com 582 participantes. Durante o evento 13 palestrantes internacionais (EUA, Bélgica, França, Reino Unido, Dinamarca, Portugal) e pesquisadores brasileiros que compartilharam experiências e desafios da transformação digital em governos.

O GNpapo – Conversa com Inovadores é um Espaço aberto e dinâmico para realização de rodas de conversas com inovadores e empreendedores de áreas diversas, que têm potencial de gerar valor, reflexão, ou mesmo, inquietação para/no o setor público. Em 2017 foram realizados 7 (sete) GNPapos, nas temáticas “O uso da tecnologia certa para engajar cidadãos e avaliar impactos de políticas”, “O uso inteligente de dados para melhoria de políticas públicas”, “Design thinking e educação financeira”, “O uso inteligente de dados para melhoria de políticas públicas”, “A construção de um laboratório de inovação e suas metodologias”, “Ubs de inovação”, “A experimentação em políticas públicas”, “Tecnologias assistivas e inclusão”. Esses eventos ao todo contaram com 400 participantes.

¹ Curso On Line Aberto e Massivo - é um tipo de curso aberto oferecido por meio de ambientes virtuais de aprendizagem que visam oferecer para um grande número de alunos a oportunidade de ampliar seus conhecimentos num processo de co-produção.

PO 0005 - Atividades de Cooperação Técnica e Participações em Fóruns Internacionais

A Enap realizou diversas atividades em parceria com instituições internacionais.

- ✓ Cursos Internacionais
 - Políticas Públicas - *Summer School*;
 - Ética y Administración Pública en América Latina.
- ✓ Seminário Internacional
 - Workshop BID e Enap Governo Centrado nos Cidadãos;
 - Seminário para alto escalão. *Peer Reveiw* da OCDE sobre governo digital;
 - Seminário de Abertura para a revisão dos pares. *Peer review* OCDE;
 - Construindo Capacidades Estatais: os desafios do serviço público.
- ✓ Sessão Informativa
 - Sessão Informativa *MGG Academy*. Bolsas de Estudos na Alemanha;
 - Encontro com a Universidade de Columbia.
- ✓ Encontro Internacional de Escolas de Governo - Seminário Desafios no Campo da Administração Pública: Ensino, Profissionalização e Pesquisa – Enap & FGV/Rio de Janeiro.

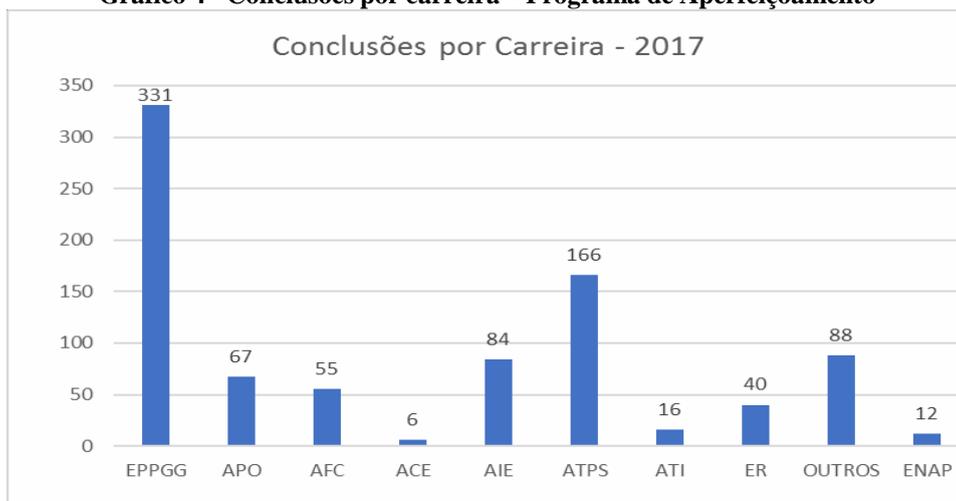
PO 0006 - Aperfeiçoamento de Carreiras

No programa de aperfeiçoamento foram trazidos novos temas e assuntos, relevantes, atuais e estratégicos sobre políticas públicas e gestão governamental nos contextos nacional e internacional para os cursos e seminários do Programa, com destaque para os cursos internacionais. A nova oferta correspondeu a 53% dos cursos oferecidos em 2017 (13 cursos nacionais e 05 internacionais). Os seminários e palestras também abordaram temas inéditos no Programa e ocorreram em maior número (06 eventos).

Houve uma ampliação das carreiras atendidas em 2017. Além dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), Analistas de Planejamento e Orçamento (APO), Auditores Federais de Finanças e Controle (AFFC), Analistas de Comércio Exterior (ACE), Analistas e Especialistas em Infraestrutura (AIE/EIE), Analistas Técnicos de Políticas Sociais (ATPS), Analistas em Tecnologia da Informação (ATI), foram incluídos os Especialistas em Regulação (ER). O Programa constitui-se também em requisito para a promoção na carreira de EPPGG, conforme Decreto nº 5.176, de 10 de agosto de 2004.

Em 2017, a oferta de cursos do Programa foi organizada e direcionada a públicos prioritários, de acordo com o tema tratado e campo de atuação das carreiras atendidas.

No âmbito do Programa, foram realizados cursos, seminários e palestras por oferta própria da Enap; cursos em parceria com o MDS, por meio de TED; e cursos em parceria com o GDF, por meio de Acordo de Cooperação Técnica. No total, foram ofertadas 40 turmas, totalizando 1.694 capacitações no Programa de Aperfeiçoamento em 2017. Esse total se divide em 52% de capacitações realizadas em cursos de oferta própria da Enap, 37% em seminários e palestras, 9% via TED/MDS e 2% em parceria com o GDF.

Gráfico 4 - Conclusões por carreira – Programa de Aperfeiçoamento

PO 0008 – Educação Mediada por Tecnologias

O crescimento do ensino a distância nos últimos anos tem sido exponencial. A popularidade e conveniência dos cursos, somadas às novas tecnologias e estratégias de comunicação implementadas, contribuíram para que as capacitações saltassem de 34 mil em 2014 para 172 mil em 2017, alcançando servidores de todos os níveis e esferas, em todo território nacional.

PO 0009 – Especialização para Servidores Públicos

Em 2017 foi concluída a Especialização em Gestão Pública (10ª edição). Também em 2017 estavam em andamento a Especialização em Gestão Pública - Gestão Organizacional e Inovação e a Especialização em Gestão Pública - Gestão Estratégica de Pessoas, além da Especialização em Planejamento e Estratégias de Desenvolvimento.

Foram abertos processos seletivos para os novos cursos: Políticas de Infraestrutura; Gestão de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação; Governança e Controle da Regulação em Infraestrutura; e Fronteiras da Tecnologia da Informação.

No fim de 2017, a Escola lançou Editais de Processo Seletivo para mais três programas de Pós-Graduação Lato Sensu, que deverão acontecer no início de 2018: Desenvolvimento Produtivo (turma fechada para o MDIC); Análise de Dados em Políticas; e Especialização em Gestão Pública com ênfase em Governo Local (voltada para servidores públicos municipais, 120 vagas distribuídas em 4 áreas de concentração).

PO 000A – Pós-Graduação Strictu Sensu para Servidores Públicos

Como estratégia nova de capacitação de servidores públicos, o desenvolvimento da pós-graduação stricto sensu exigiu uma nova rotina de processos e concepção pedagógica que possa constituir os insumos necessários para o desenvolvimento de mestrados profissionais. A concepção é alinhar um ensino de qualidade, voltado para o enfrentamento de problemas públicos, que possa coadunar teorias e perspectivas acadêmicas e aplicação de conhecimento

Neste contexto, além do desenvolvimento institucional da oferta de mestrados profissionais, a Enap possibilitou, em paralelo, o início de um processo de internacionalização de sua oferta, tendo em vista três perspectivas: (1) – promover a integração do corpo discente dos mestrados profissionais com

professores visitantes de universidades estrangeiras; (2) – proporcionar formas de intercâmbio em que os discentes participem de atividades em universidades estrangeiras; (3) – promover cursos e escolas com professores internacionais, envolvendo alunos dos mestrados profissionais e *practitioners* do serviço público. As três formas visam a promover o desenvolvimento institucional da pós-graduação por via de um processo de intercâmbio permanente com universidades e centros de pesquisa, de modo a possibilitar a integração do conhecimento produzido na Escola.

Nesse sentido, em abril de 2017 teve início a 1ª turma do Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento. O curso tem como objetivo dotar a Administração Pública Federal de competências técnico-políticas de gestão, por meio da formação de servidoras/es públicas/os para um alto desempenho em funções estratégicas no Estado Brasileiro. A 2ª turma tem previsão de início em março de 2018.

Ainda em 2017 foi lançado o edital para a seleção da 2ª turma do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento. O objetivo do Mestrado é capacitar servidores da Administração Pública Federal para formular, implementar e avaliar políticas públicas com base em conhecimento interdisciplinar atualizado, que municie esses servidores com conceitos e instrumental analítico adequado para o exercício da prática profissional altamente qualificada. A 1ª turma será concluída em 2018.

Quadro 3 - Ação relacionada a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS – Ação 216R

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	216R		Tipo: Atividade			
Título	Desenvolvimento de Pesquisas, Projetos e Publicações					
Iniciativa	Ampliação da oferta de capacitação de agentes públicos em gestão pública em todo o território por meio de realização de parcerias nacionais e internacionais					
Objetivo	Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade					Código: 1159
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública					Código: 2038
Unidade Orçamentária	47210 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
489.444	659.444	659.337	611.814	611.814	0	47.523
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Estudo disseminado – Número de publicações realizadas (Revista do Serviço Público, Cadernos Enap, livros e coletâneas). Estudos/protótipos de projetos de inovação realizados em parcerias com outros órgãos nacionais e internacionais.			unidade	20	20	59
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	Estudo disseminado	unidade	0,00	

Abaixo, segue quadro detalhando a execução do Plano Orçamentário da Ação 216R, que pertence ao Programa Temático 2038:

Quadro 4 - Plano orçamentário (PO)

Descrição	Produto	Meta	
		Prevista	Realizada
PO 0001 – Pesquisa e Disseminação de Conhecimento em Gestão Pública	Estudo disseminado	20	59

Análise Situacional

Na Ação 216R a dotação orçamentária inicial foi de R\$ 489.444,00 e a final de R\$ 659.444,00. A diferença entre a dotação inicial e final, da ordem de R\$ 170.000,00 foi objeto de remanejamento da Ação 20U9, para execução de despesas inerentes ao Programa Cátedras Brasil que concede bolsa com o objetivo de fomentar pesquisas científicas na área de gestão pública e para a disseminação do conhecimento gerado. Ao final do exercício, o valor executado (empenhado) foi de R\$ 659.337,00, ou seja, 99,9% da dotação final destinada à Ação. Desse montante foi efetivamente liquidado R\$ 611.814,00 (92,8%) e inscritos em Restos a Pagar R\$ 47.523 (7,2%).

Com a estratégia de constituir uma atividade sólida de pesquisa na Enap, foram adotadas as seguintes medidas:

- comissionar a pesquisadores internacionais e nacionais, por meio de uma política de bolsas, a realização de atividades de pesquisa aplicada, tendo em vista a definição de temas candentes de interesse público em torno da questão da prestação de serviços públicos pelo governo, assim como sobre o desenho e processos de implementação de políticas públicas;
- capacitação da equipe interna da Enap para que também fosse realizadora de pesquisa aplicada, de modo que a força de trabalho da Escola pudesse se constituir como propulsora de metodologias e análises em torno de temas de interesse público. Ao longo do ano de 2017 foram realizados treinamentos e construção de capacidades que pudesse favorecer a construção de pesquisa pela própria Enap.

A estratégia de comissionar pesquisa visa o estabelecimento de projetos orientados a constituir evidências e análise a respeito das condições do serviço público. Privilegiou-se, sobretudo, a abordagem de estudos comparativos, de forma a promover perspectivas de análise inovadoras, centradas em uma metodologia que permita compreender as especificidades e diferenças do serviço público no Brasil, assim como promover processos de aprendizado com outras experiências.

O comissionamento destes relatórios ocorreu por meio de um projeto de Catedras, que possibilitou atrair pesquisadores internacionais baseados em universidades, centros de pesquisa ou *think tanks* capazes de produzir conhecimento aplicado e útil para o governo brasileiro. Os projetos selecionados e comissionados seguem um processo seletivo e têm a duração de 6 meses. A previsão de entrega dos relatórios finais é para 2018.

A mesma estratégia foi adotada no caso do comissionamento de pesquisa aplicada a pesquisadores brasileiros. Por meio de edital público, o processo seletivo procura captar pesquisadores que possam responder a questões de interesse público, com foco na resolução de problemas.

Ao longo do ano de 2017 foram publicados: 4 (quatro) Revistas do Serviço Público (RSP); 8 (oito) Cadernos Enap - apresentando os relatórios de pesquisas comissionadas de pesquisadores nacionais; os livros “Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil” e “Implementação de políticas sociais no Brasil”.

Em 2016 a Enap inaugurou o Laboratório de Inovação – Gnova. Concebido para ser um espaço para a exploração de ferramentas e intervenções de suporte e fomento a processos inovadores no setor público. Ao longo de 2016-2017, o GNova desenvolveu 15 projetos, apoiando o desenvolvimento de soluções em parceria com 8 instituições demandantes; além disso, está aprimorando sua estrutura de funcionamento e desenvolvendo ações para ampliação de competências e capacidades para inovação dentro do governo, prestando apoio a estratégia de desburocratização do Governo Federal.

2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Como fator interveniente ao desempenho orçamentária da Escola pode-se citar a tardia liberação do saldo de limite para movimentação e empenho, limite de crédito orçamentário a utilizar pela Escola, que ocorreu somente no último trimestre do ano, fazendo com que muitas despesas empenhadas não pudessem ser liquidadas/pagas dentro do próprio exercício, ocasionando a inscrição em Restos a Pagar da ordem de R\$ 5.746.016,00, que, vale ressaltar, é aproximadamente 12% inferior ao montante inscrito no ano anterior (2016).

As demais ocorrências inerentes à gestão orçamentária e financeira, ou seja, liberação de recursos financeiros, remanejamentos de créditos (“créditos suplementares”), emissão de documentos de execução orçamentária e financeira, dentre outros, não ocasionaram nenhuma descontinuidade à utilização dos créditos consignados à Escola na Lei Orçamentária Anual do Exercício (LOA).

2.3.3 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 5 - Despesas por grupo e elemento de despesa – modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	9.294.929,94	18,79%	11.867.332,04	25,54%	9.294.929,94	18,79%	11.867.332,04	25,54%
a) Convite	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Concorrência	168.438,93	0,34%	68.319,19	0,15%	168.438,93	0,34%	68.319,19	0,15%
d) Pregão	9.126.491,01	18,45%	11.799.012,85	25,39%	9.126.491,01	18,45%	11.799.012,85	25,39%
e) Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	4.115.949,87	8,32%	1.961.608,88	4,22%	4.115.949,87	8,32%	1.961.608,88	4,22%
h) Dispensa	1.257.926,17	2,54%	167.849,86	0,36%	1.257.926,17	2,54%	167.849,86	0,36%
i) Inexigibilidade	2.858.023,70	5,78%	1.793.759,02	3,86%	2.858.023,70	5,78%	1.793.759,02	3,86%
3. Regime de Execução Especial	3.034,55	0,01%	4.085,15	0,01%	3.034,55	0,01%	4.085,15	0,01%
j) Suprimento de Fundos	3.034,55	0,01%	4.085,15	0,01%	3.034,55	0,01%	4.085,15	0,01%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	29.111.146,59	58,85%	28.891.882,27	62,18%	29.110.866,28	58,85%	28.891.882,27	62,18%
k) Pagamento em Folha	28.895.342,62	58,41%	28.792.548,37	61,97%	28.895.062,31	58,41%	28.792.548,37	61,97%
l) Diárias	215.803,97	0,44%	99.333,90	0,21%	215.803,97	0,44%	99.333,90	0,21%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	42.525.060,95	85,96%	42.724.908,34	93,46%	42.524.780,64	85,96%	42.724.908,34	93,46%
6. Outros	6.943.049,97	14,04%	2.990.662,30	6,54%	6.943.049,97	14,04%	2.990.662,30	6,54%
6. Total das Despesas da UPC	49.468.110,92	100	45.715.570,64	100	49.467.830,61	100	45.715.570,64	100

Análise crítica da realização da despesa

Ao comparar a execução do ano de 2017 com o anterior (2016), verifica-se um aumento da despesa executada da ordem de R\$ 3.752.540,00, que percentualmente representa um incremento próximo a 8,2%.

As Despesas Correntes representaram 98,6% do valor liquidado pela Escola no exercício, sendo que, neste grupo, as “Despesas de Pessoal” totalizaram R\$ 28.895.343,00, aproximadamente 58,4%; as “Outras Despesas Correntes” totalizaram R\$ 19.897.072,00, correspondente a 40,2%; e os “Investimentos” R\$ 675.697, apenas 1,4%.

Contratações realizadas por meio de dispensa de licitação totalizaram R\$ 167.849,86 (cento e sessenta e sete mil oitocentos e quarenta e nove reais e oitenta e seis centavos). As inexigibilidades somaram o valor de R\$ 1.793.759,02 (um milhão setecentos e noventa e três mil setecentos e cinquenta e nove reais e dois centavos). Destaca-se que as contratações de docentes colaboradores para os cursos e oficinas ofertados pela Enap ocorrem por meio de inexigibilidade, o que explica o alto valor.

Ao final do exercício, a Enap teve o seu orçamento totalmente descontingenciado. Entretanto, esta liberação só ocorreu no mês de dezembro. Sendo assim, diversas despesas empenhadas ao final do exercício não puderam ser liquidadas e pagas. O total inscrito em restos a pagar no final do exercício foi de R\$ 6.529.390,15 (seis milhões quinhentos e vinte e nove mil trezentos e noventa reais e quinze centavos).

Quanto ao desempenho financeiro da Unidade no exercício, vale registrar que a Programação Financeira da Escola (recebimento de recursos financeiros) não sofreu intervenções que causassem descontinuidade na realização de pagamentos devidos pela contratação de bens e serviços ou pagamento de pessoal, de forma que toda a despesa liquidada foi efetivamente paga.

2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Seguem descritos no quadro abaixo os indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da gestão:

Quadro 7 - Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice Alcançado	Apurado em	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Número de servidores capacitados	182.110	Jan/18	mensal	Soma total de participantes nos eventos de aprendizagem
Aluno equivalente	198.868	Jan/18	mensal	Corresponde ao aluno concluinte, ponderado por um fator de equiparação de carga horária e um fator de esforço de curso. A ponderação pela carga horária é de 30h e o fator de esforço de curso variável (pesos) por tipo de curso
Percepção do aluno sobre a aplicabilidade do curso	79,9%	Jan/18	semestral	Equivale à porcentagem de respondentes que responderam a nota máxima ‘5’ dos itens sobre a aplicabilidade do curso na Avaliação de Reação aplicada ao final de cada curso realizado
Índice de satisfação do aluno	9	Jan/18	semestral	Média de todos os itens do formulário de avaliação de reação

Número de Capacitações realizadas em diferentes tipos de curso

Esse indicador apura o número total de servidores capacitados por toda a Escola. Incluem-se aqui as capacitações a distância, técnico-gerenciais (presenciais), os cursos de aperfeiçoamento para as carreiras, a formação inicial para a Carreira Analista de Planejamento e Orçamento, as especializações, seminários, eventos internacionais, etc.

Aluno Equivalente

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e deu outras providências. A Portaria nº 818, de 13 de agosto de 2015, do Ministério da Educação (MEC), por sua vez, regulamentou o conceito de Aluno-Equivalente, no âmbito da Rede Federal Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Segundo a Portaria “Aluno-Equivalente é o aluno matriculado em um determinado curso, ponderado pelo Fator de Equiparação de Carga Horária e pelo Fator de Esforço de Curso”. A Portaria da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) nº 25, de 13 de agosto de 2015, define os conceitos e estabelece fatores para fins de cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Dessa forma, a Enap, que também oferta educação, assim como os Institutos Federais, optou por instituir o indicador de gestão “aluno-equivalente” adaptado à sua realidade. A carga horária de 30 horas foi definida com base na carga horária média dos cursos da Escola e os pesos para o fator de esforço de curso foram estabelecidos conforme quadro abaixo:

Quadro 8 - Pesos por tipo de evento

Tipo de evento	Peso (E)	Peso Turma Piloto (E)
Cursos à distância sem tutoria	1	4
Cursos presenciais sem avaliação de aprendizagem; Cursos à distância com tutoria (Cursos de catálogo)	2	4
Cursos com avaliação de aprendizagem	3	6
Seminários nacionais	3	3
Oficinas	4	4
Cursos customizados; cursos regulares de alta complexidade	4	8
Programas com disciplinas integradas (Especialização, Formação, Liderança: Reflexão e Ação (LRA), Desenvolvimento de Gerentes Operacionais (DGO), etc)	4	8
Seminário Internacional	4	4
Mestrado	5	10

Fórmula Aluno-Equivalente:

$$A = \frac{\sum C_n \cdot H_n}{E_n}$$

Onde:

C_n – quantidade de capacitações em cursos de carga horária n.

H_n – quantidade de carga horária n.

E_n – peso referente aos cursos com carga horária n.

Percepção do aluno sobre a aplicabilidade do curso

Neste indicador pretende-se que o aluno avalie o quanto o curso realizado pode ser aplicável ao seu trabalho. O resultado é obtido por meio da Avaliação de Reação, que é disponibilizada no final de cada curso. O aluno responde alguns itens específicos sobre a aplicação do curso no seu trabalho, optando por notas de 0 a 5. Para se chegar ao resultado são computados somente as respostas iguais a 5. Assim, em 2017, os cursos realizados na Enap foram considerados aplicáveis às realidades de 79,9% dos alunos.

Índice de Satisfação do Aluno

Na Avaliação de Reação consta uma pergunta sobre a satisfação do aluno com relação ao curso e a resposta é uma escala de 1 a 10. O resultado é obtido a partir da média das respostas de todos os alunos participantes de todos dos cursos.

Esse indicador será mais bem detalhado na seção “Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários”.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

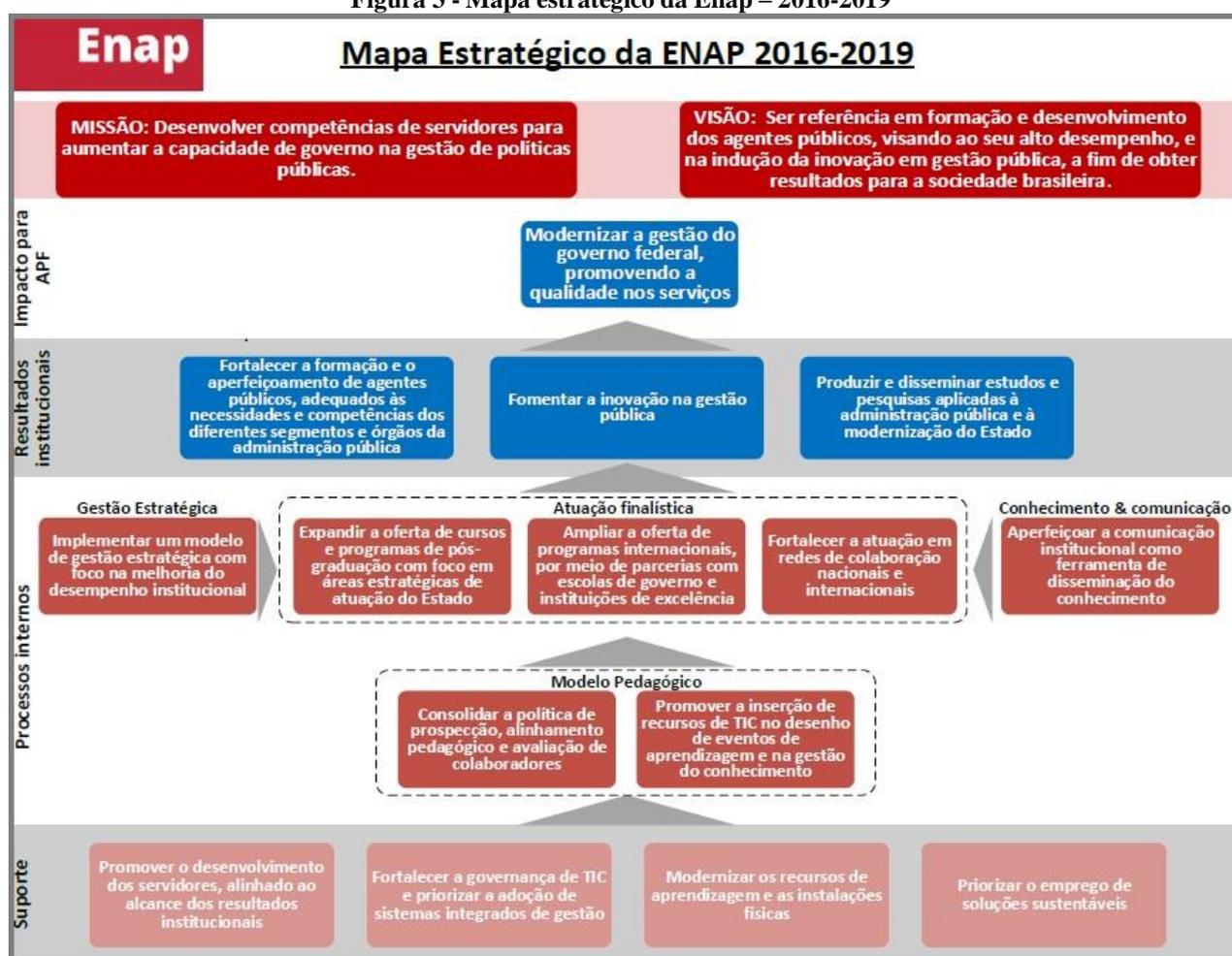
2.1 Planejamento Organizacional

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício e estágio de implementação do planejamento estratégico

Na Enap, os objetivos estratégicos balizam os grandes campos ou eixos de atuação, a partir dos quais o trabalho é organizado e a oferta de serviços à Administração Pública é estruturada, por meio de projetos e/ou iniciativas estratégicas. Tais objetivos estratégicos foram formulados de modo alinhado às declarações estabelecidas para a Missão Institucional, a Visão de Futuro e os Valores Organizacionais da Escola.

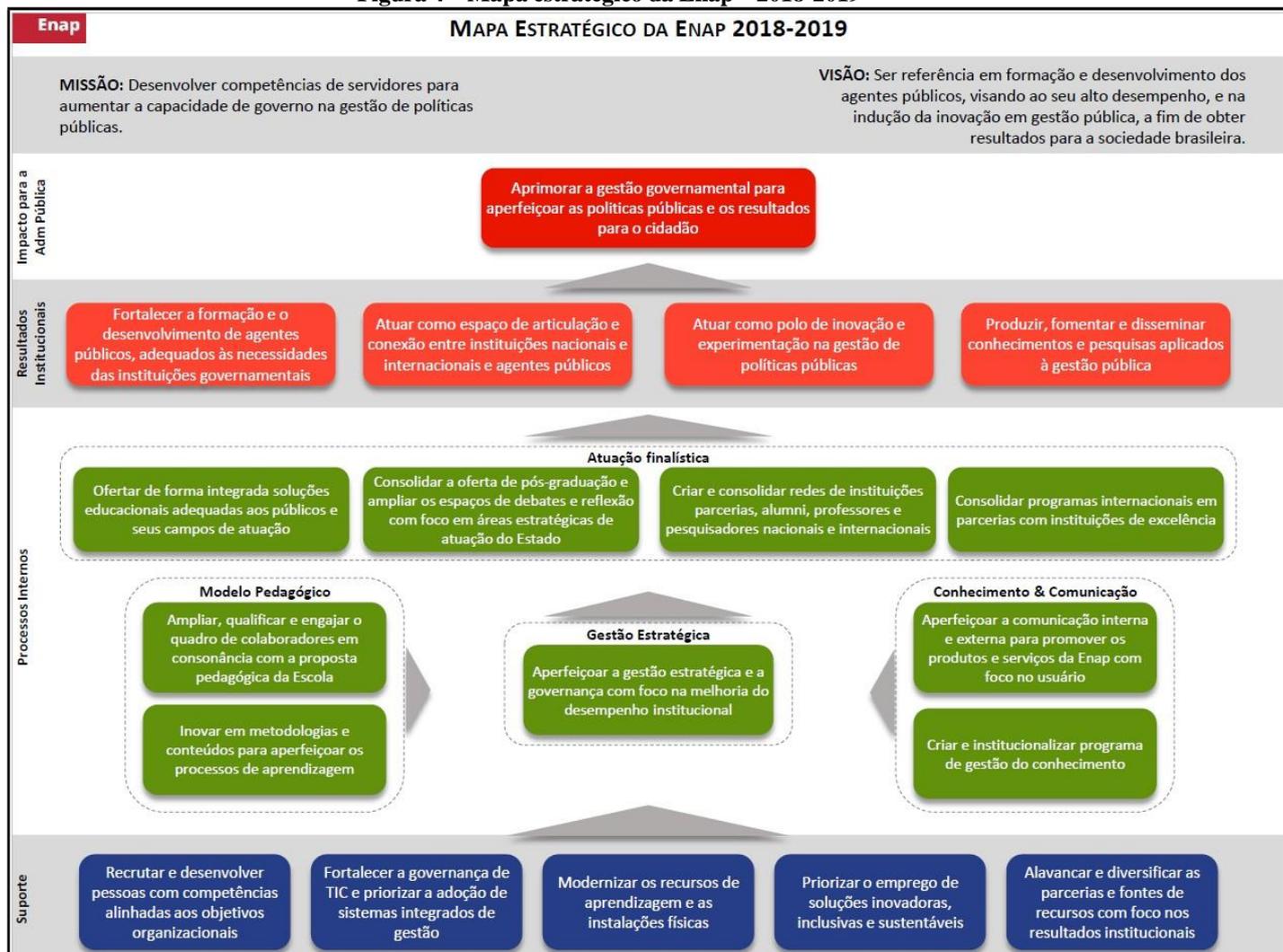
O Mapa Estratégico da Enap, reproduzido a seguir na Figura 3, auxilia a Escola na implementação de sua estratégia organizacional, bem como no desempenho dos seus processos internos.

Figura 3 - Mapa estratégico da Enap – 2016-2019



Contudo, a partir da reestruturação da Escola no fim de 2016, a qual criou uma nova Diretoria e novas Coordenações-Gerais (Ciência de Dados, Articulação Institucional, Mestrado Profissional), foi necessário fazer uma revisão no Mapa Estratégico para que o mesmo representasse melhor essa nova estrutura da Enap. Dessa forma, após reuniões e oficinas que envolveram toda a Escola, definiu-se o Mapa Estratégico para o período 2018-2019, conforme figura a seguir:

Figura 4 – Mapa estratégico da Enap – 2018-2019



A escola durante o ano de 2017 focou em alguns projetos prioritários:

- ✓ Capacitação para Altos Executivos;
- ✓ Especialização;
- ✓ Escola Virtual de Governo (EVG);
- ✓ Mestrados Profissionais;
- ✓ Ciência de Dados
- ✓ Desburocratização
- ✓ Ciclos de Capacitação para Assessorias Ministeriais

Abaixo seguem os resultados de cada um desses projetos:

Capacitação para Altos Executivos

No ano de 2017, a Enap deu um salto qualitativo e quantitativo na sua oferta de programas para altos executivos públicos. As parcerias internacionais que vinham sendo gestadas floresceram, possibilitando a realização de atividades em diferentes temáticas, com diferentes parceiros internacionais mundialmente reconhecidos. Destacam-se as relações com a Universidade de Harvard, a Universidade de Indiana, a Escola Nacional de Administração (ENA) da França, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap Quebec) do Canadá, a Universidade Georgetown e a parceria com o professor Karim J. Chichakly do Instituto Politécnico Worcester e da Capitol Technology University.

Ofertou eventos de aprendizagem em diversas temáticas relacionadas à liderança no setor público. As iniciativas promovidas são fruto de parcerias nacionais e principalmente de parcerias internacionais. São instituições parceiras na oferta dos cursos: École Nationale d'Administration - ENA França, École Nationale d'Administration Publique - ENAP Québec, Harvard Kennedy School, Universidade de Georgetown, Centro de Estudos Sociedade e Tecnologia - CEST-USP, Worcester Polytechnic Institute, Universidade de Roma, Escola da AGU, Universidade de Birgminham/Tony Bovaird.

Especialização

Em 2017 a Enap foi credenciada como Escola de Governo para oferta de cursos de especialização lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, pela Portaria MEC nº 660, de 22 de maio de 2017, aprova um novo Regulamento para seus cursos, continuando a oferta de cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) seguindo a regulamentação estabelecida pela Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação.

Dessa forma, durante o ano de 2017 a Escola buscou desenvolver e ofertar novos cursos que pudessem atender às necessidades do governo e às demandas dos servidores públicos dos diversos segmentos.

A Especialização em Gestão Pública - Gestão Organizacional e Inovação e Especialização em Gestão Pública - Gestão Estratégica de Pessoas tiveram início no ano de 2016 e serão concluídas em 2018. A Especialização Planejamento e Estratégias de Desenvolvimento (1ª ed.) teve início em 2017 e será concluída em 2018.

Além disso, também em 2017 foram lançados quatro novos cursos, cujos cursos foram iniciados ainda em 2017:

- Especialização em Políticas de Infraestrutura;
- Especialização em Gestão de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Especialização em Governança e Controle da Regulação em Infraestrutura (realizada em parceria com o Instituto Serzedello Corrêa - ISC/TCU); e
- Especialização em Fronteiras da Tecnologia da Informação.

No fim de 2017, a Escola lançou Editais de Processo Seletivo para mais três programas de Pós-Graduação Lato Sensu, com início em 2018:

- Desenvolvimento Produtivo - turma fechada para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC);
- Análise de Dados em Políticas; e
- Especialização em Gestão Pública com ênfase em Governo Local (voltada para servidores públicos municipais, com as vagas distribuídas em quatro áreas de concentração: Gestão Pública Local, Gestão Metropolitana, Planejamento Territorial e Infraestrutura Local).

Escola Virtual de Governo

Com uma tradição de oferta de cursos a distância desde 2004, em novembro de 2017 a Escola Virtual da Enap alcançou a marca recorde de um milhão de matrículas realizadas ao longo de sua trajetória de oferta de cursos a distância e a entrega de mais de 500 mil certificados de conclusão. O elevado número de matrículas alcançado nos últimos três anos demonstra o crescente interesse pela modalidade e a necessidade de investir em uma estratégia de oferta que garanta capacidade de resposta da Escola às demandas por capacitação.

Ciente do tamanho do desafio de expandir a oferta de cursos a distância para servidores e cidadãos de todo o país, e no âmbito de sua missão como coordenadora e supervisora dos programas de capacitação gerencial de pessoal civil executados pelas demais escolas de governo da administração pública federal direta, a Enap desenvolveu uma estratégia que articula diferentes entes e instituições comprometidas com os mesmos objetivos.



A Escola Virtual de Governo consiste em um Portal Único de Escolas de Governo que oferecerá, a partir de 2018, um catálogo de cursos unificado das principais escolas de governo e centros de capacitação da Administração Pública.

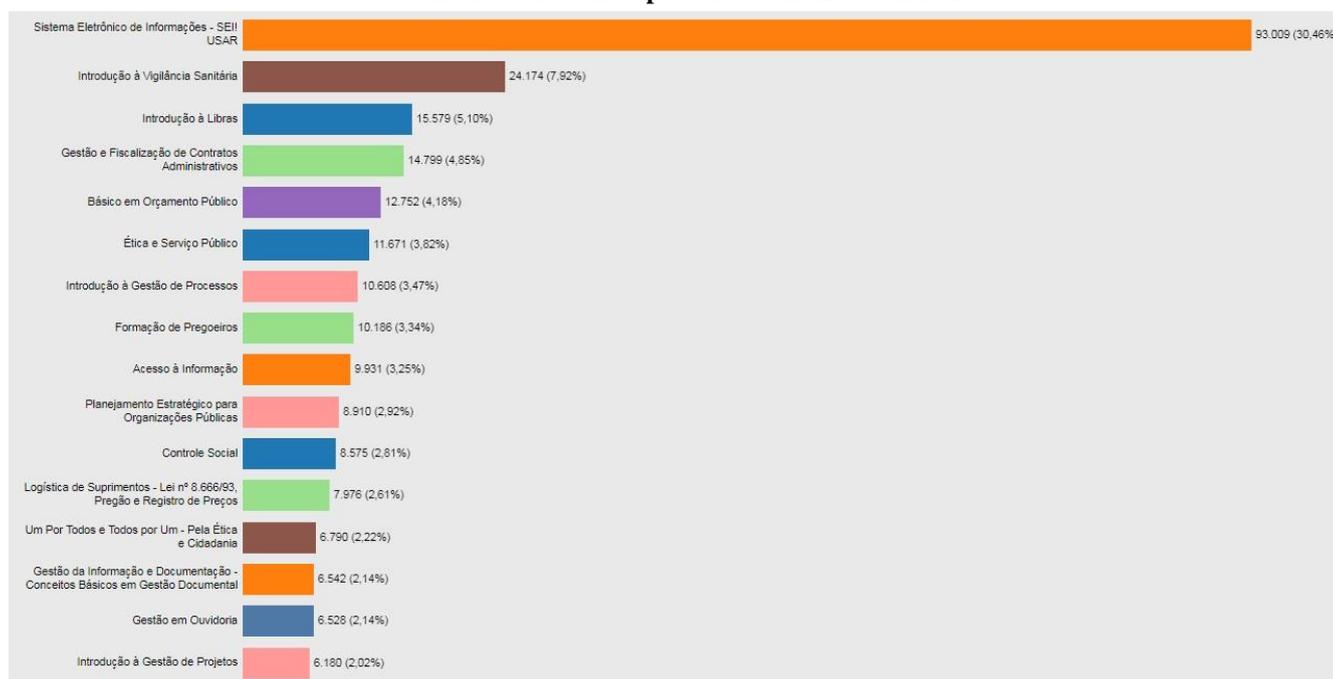
Por meio do compartilhamento de custos e serviços associados à infraestrutura de hospedagem de cursos, gestão acadêmica e gestão de dados, a EVG permite economia de escala nos investimentos em educação a distância, e valor agregado a servidores e sociedade, sem prejudicar a autonomia na gestão de cursos e turmas das escolas associadas. Para servidores e cidadãos, a solução representa a simplificação do processo de busca, acesso e gestão de certificados.

Além disso, o servidor ou cidadão terá acesso a um cadastro e login únicos para a realização de suas capacitações, bem como um histórico escolar unificado.

Gráfico 1: Total de matrículas por trimestre na EVG em 2017



Gráfico 2: Cursos mais procurados na EVG em 2017



Mestrados Profissionais

Em 2017 teve início a 2ª turma do **Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento**. O Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento visa a constituir uma formação profissional abrangente, de modo a desenvolver junto ao corpo discente competências e habilidades técnicas e políticas, favorecendo o entendimento e a construção de mecanismos de governança e promoção do desenvolvimento social e econômico. Nesse sentido, os discentes são convidados a pensar os mecanismos de gestão de políticas públicas e a contextualizar mais sistematicamente o processo de formulação e implementação de políticas públicas.

Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento contou, em 2017, com dois professores estrangeiros, permitindo o fortalecimento do intercâmbio e a experiência de ensino em língua inglesa aos alunos.

Ainda dentro da estratégia de institucionalização e internacionalização do Mestrado, foram ofertados aos alunos sete cursos internacionais, em parceria com a *International Public Policy Association* (IPPA). Ademais, em função da cooperação internacional da Enap com a *Indiana University*, a Escola recebeu cinco alunos de Indiana e, em retribuição, a *Indiana University* recebeu cinco alunos do mestrado para intercâmbio, podendo eles participar das atividades de ensino em referida universidade

Também em 2017, teve início a 2ª turma do **Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento**, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). O objetivo é capacitar servidores da Administração Pública Federal para formular, implementar e avaliar políticas públicas com base em conhecimento interdisciplinar atualizado, que municie esses servidores com conceitos e instrumental analítico adequado para o exercício da prática profissional altamente qualificada.

A Enap apresentou junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) o projeto pedagógico para a constituição de um novo mestrado profissional, o **Mestrado Profissional em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas**, com vistas a suprir uma demanda de capacitação de profissionais dedicados ao exercício da avaliação de políticas públicas no contexto dos órgãos da Administração Pública.

Dessa forma, pretende-se que esse novo curso supra uma formação abrangente neste campo, constituindo junto ao corpo discente competências e habilidades voltadas para dois campos: (1) – a execução direta de avaliação e monitoramento de políticas públicas, tendo em vista uma formação em pesquisa sólida que instrumentalize os problemas avaliativos; (2) – a governança e desenho de sistemas de monitoramento e avaliação de políticas públicas

A previsão de oferta da primeira turma do Mestrado Profissional em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas será para o primeiro semestre de 2019.

Ciência de Dados

Dentro do projeto de desenvolvimento institucional da Enap, foi criada a Coordenação-Geral de Ciência de Dados. O objetivo dessa coordenação é proporcionar o desenvolvimento de *evidence-based policy* no âmbito da Enap através de duas iniciativas importantes:

- i - a organização, estruturação e disseminação de dados e informações governamentais de modo a ampliar as capacidades analíticas do setor público, fortalecer a transparência de dados e proporcionar o desenvolvimento de informação estratégica;

ii - proporcionar formas de estudo e capacitação na área de Ciência de Dados, de forma a constituir novas capacidades que auxiliem o governo no desenvolvimento de capacidades analíticas e ferramentas para a análise de dados governamentais.

Em 2017 essa nova área focou em duas estratégias: o INFOGOV e o Censo de Serviços Públicos de Atendimento.

O **INFOGOV** é um portal de acesso e análise de dados governamentais, voltado para a disseminação de informação estratégica sobre diversas questões do serviço público federal. Já foi implementada a visualização das bases do SIAPE e do Censo de Serviços Públicos de Atendimento.

O **Censo de Serviços Públicos de Atendimento** é um projeto construído sob demanda da Secretaria de Gestão (SEGES) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento de Gestão, cujo objetivo é levantar informações sobre todos os serviços prestados pela Administração Direta e Indireta aos cidadãos. Ao todo, foram levantados 1.806 serviços quanto a um conjunto de informações estratégicas que possibilitarão estudos e pesquisas relevantes para a Administração Pública Federal.

Desburocratização

Por designação da Casa Civil da Presidência da República, o Laboratório de Inovação em Governo da Enap (GNova) foi designado como órgão de apoio técnico-administrativo às atividades do Conselho Nacional para a Desburocratização – Brasil Eficiente. Nesta condição, tem prestado suporte ao Conselho e a seu Comitê Executivo, coordenado pela Casa Civil e composto por outros ministérios - Ministério do Planejamento, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e Ministério da Fazenda e por representantes do Congresso Nacional e da sociedade Civil.

A instituição do Conselho representa um movimento importante para ampliar a governança – e os efeitos – das iniciativas de modernização e simplificação administrativa, desburocratização, digitalização de serviços e redução do fardo regulatório imposto à sociedade e ao setor produtivo.

As atividades do GNova/Enap em apoio ao Conselho abrangem:

- Prospecção e triagem de iniciativas de desburocratização junto aos Comitês Permanentes de Desburocratização dos Ministérios;
- Oferecimento de cursos e capacitações em novas metodologias e em estratégias de aceleração de projetos aos responsáveis por projetos de desburocratização;
- Identificação de tendências, metodologias e tecnologias úteis para as iniciativas dos Ministérios;
- Interlocação com atores da academia, terceiro setor e setor produtivo, em busca de parcerias para a aceleração de iniciativas;
- Consultoria à Casa Civil na estruturação do cronograma, planejamento e condução das atividades do Comitê Executivo;
- Incubação, mentoria e priorização de projetos relacionados a desburocratização no âmbito das atividades do laboratório.
- Realização de eventos e seminários em apoio à temática.

A Enap tem conduzido, em parceria com a Casa Civil e os ministérios da Fazenda, Planejamento e CGU, reuniões com os Comitês Permanentes de Desburocratização dos ministérios, com o objetivo de conhecer melhor as iniciativas setoriais de desburocratização e levantar demandas e casos de sucesso para pautar as reuniões do Comitê Executivo.

Em 2017, foram realizadas reuniões sobre desburocratização com 13 ministérios.

Ministério
MAPA (Agricultura, Pecuária e Abastecimento)
MT (Transportes, Portos e Aviação Civil)
MS (Saúde)
MEC (Educação)
MME (Minas e Energia)
MJSP (Justiça e Segurança Pública)
MMA (Meio Ambiente)
MDIC (Indústria, Comércio Exterior e Serviços)
MCTIC (Ciência, Tecnologia e Comunicações)
MTE (Ministério do Trabalho e Emprego)
MI (Ministério da Integração)
MCID (Ministério das Cidades)
MDS (Ministério do Desenvolvimento Social)

A Escola vem atuando também junto aos Comitês Permanentes no sentido de oferecer eventos de capacitação que acelerem as iniciativas e os programas de desburocratização de caráter setorial. Nesse sentido, para além do calendário tradicional voltado aos servidores públicos, foram oferecidos dois cursos exclusivamente para os membros de comitês permanentes e servidores envolvidos em iniciativas de desburocratização.

Os cursos “Abordagem para desenho” e “Aceleração de Programas de Desburocratização” tiveram como objetivo oferecer aos servidores ferramenta útil à promoção da transformação em seus órgãos através de estratégia de análise de *stakeholders*, cronograma de entregas rápidas e frequentes, antevisão de gargalos e seleção de prioridades. No total os cursos atingiram 90 servidores diretamente envolvidos em projetos de desburocratização.

Além disso, o GNova está contribuindo com atividades de inovação em suporte a projetos prioritários voltados à desburocratização. São exemplos a realização de oficinas para a definição de estratégia de endomarketing do portal “Simplifique” e a proposta de realização de pesquisa de design etnográfico com usuários do Diário Oficial da União, para melhor entender os impactos da transformação do DOU para o formato digital nos usuários e permitir a melhor adequação do novo serviço.

Ciclos de Capacitação para Assessorias Ministeriais

A atuação eficiente e efetiva dos Chefes de Gabinete e Assessorias dos Ministros de Estado do Poder Executivo Federal requer, cada vez mais, acesso permanente desses profissionais à capacitação. No entanto, tal acesso nem sempre é viabilizado, o que se deve em parte à própria dinâmica do trabalho, que consome boa parte do tempo desses servidores, mas também à baixa oferta de soluções de capacitação para esse público específico.

Dessa forma, a Enap desenvolveu uma solução de capacitação dinâmica e voltada para as necessidades de trabalho dos Chefes de Gabinete, Assessores de Comunicação e Imprensa, Assessores Internacionais, Assessores de Controle Interno e Assessores Parlamentares, criando-se um ambiente dinâmico de discussão dirigida, com estímulo de elementos teóricos e experiências práticas relacionadas à atividade.

Foram desenvolvidos ciclos de aprendizagem, com a abordagem de temas específicos a atuação de cada Assessoria Ministerial.

Ainda no que se refere a este tópico de Planejamento, a Enap se insere no Programa Temático 2038 (Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública) do Plano Plurianual (PPA). Nesse Programa, a Escola contribui com os seguintes objetivos:

- *Objetivo 1157: Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos;*
- *Objetivo 1159: Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade;*

Há uma relação estreita entre os Objetivos, Metas, Iniciativas e Ações contidas no PPA e o Planejamento Estratégico desenvolvido pela Escola. O PPA dispõe em grandes linhas as atribuições da Escola e as suas contribuições para dois grandes objetivos do Governo Federal. Contudo, e por se tratar de um documento de planejamento geral do Governo, o PPA não versa sobre o caminho que cada organização deve seguir para alcançar os resultados que contribuirão para os seus objetivos. O esforço de construção da estratégia e do modelo de gestão que levará aos resultados desejados é delegado a cada uma das instituições públicas integrantes do PPA. Nesse sentido, as opções feitas pela Enap em seu Planejamento Estratégico, cuja lógica pode ser visualizada no Mapa Estratégico anteriormente apresentado, constituem importante esforço para direcionar os seus recursos da forma que melhor atenda os objetivos gerais dos Programas do Governo Federal.

2.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Os projetos estratégicos definidos pela Escola contribuíram diretamente para o alcance dos objetivos traçados, com a finalidade de realização da sua missão “*desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade de governo na gestão de políticas públicas*”. Essas ações e resultados evidenciam a consolidação institucional da Enap e o fortalecimento de seu papel na preparação e capacitação de quadros competentes para a administração pública.

A visão de futuro da Escola “*ser referência em formação e desenvolvimento dos agentes públicos, visando ao seu alto desempenho, e na indução da inovação em gestão pública, a fim de obter resultados para a sociedade brasileira*” demonstra a ideia de que a consolidação do Estado democrático vem incorporando crescentemente cidadãos com responsabilidades e atribuições de representação política que demandam conhecimentos e competências de gestão nos processos de elaboração e implementação das políticas públicas, e nos mecanismos de controle social da gestão governamental.

Por sua vez, os valores organizacionais (profissionalização dos servidores públicos, qualidade dos resultados, públicos, compromisso com a democracia, respeito à diversidade, compromisso com o diálogo, difusão do conhecimento, criatividade e inovação, incentivo à reflexão) referem-se ao conjunto de princípios que orientam os processos de trabalho, o sistema de gestão e a relação da Escola com seus colaboradores e usuários.

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Em 2017 a Enap fez o acompanhamento dos seus principais indicadores por meio de planilhas em Excel. A Assessoria da Presidência solicitou, a cada semestre, às áreas finalísticas da Escola os seus resultados para os indicadores “Aluno-equivalente”, “Capacitação realizada”, “Satisfação do aluno” e “Percepção do aluno sobre a aplicabilidade do curso”. Dessa forma, os resultados de todas as áreas foram consolidados em uma única planilha Excel. Esses resultados serão melhor detalhados no tópico “2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho” deste Relatório.

No final de 2017, paralelamente às atividades de revisão do Mapa Estratégico, foram realizadas Oficinas, utilizando-se uma metodologia integradora, nas quais as áreas definiram seus projetos para o ano seguinte (2018). Esses projetos foram apresentados às demais áreas, as quais tiveram a oportunidade de conhecer estrategicamente as ações que serão desenvolvidas por toda a Escola em 2018. Esse processo permitiu também às áreas identificar os projetos/ações que podem ser desenvolvidos de forma integrada, o que contribui para o alcance de resultados mais eficientes.

2.3 Desempenho orçamentário

2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro 1 - Ação relacionada a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS – Ação 20U9

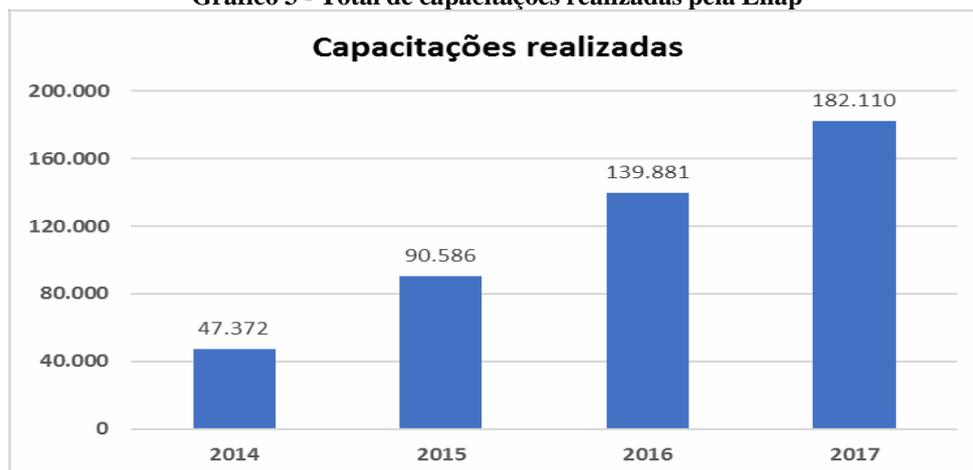
Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	20U9		Tipo: Atividade			
Título	Desenvolvimento de Competências de Agentes Públicos					
Iniciativa	Ampliação da oferta de capacitação de agentes públicos em gestão pública em todo o território por meio de realização de parcerias nacionais e internacionais					
Objetivo	Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade				Código: 1159	
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública				Código: 2038	
Unidade Orçamentária	47210 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.058.693	8.666.693	8.645.888	7.268.447	7.268.447	0	1.377.441
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Aluno-equivalente – é o concluinte, ponderado por um fator de equiparação de carga horária e um fator de esforço de curso. Ponderação pela carga horária de 30h e por fator de esforço de curso variável (pesos) por tipo de curso		unidade	54.091	54.091	198.868	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.071.493	1.029.278	25.540	Aluno-Equivalente	unidade	1,00	

Abaixo, segue quadro detalhando a execução dos Planos Orçamentários da Ação 20U9, que pertence ao Programa Temático 2038:

Quadro 2 - Planos orçamentários (PO)

Descrição	Produto	Meta	
		Prevista	Realizada
PO 0001 – Desenvolvimento Gerencial da Administração Pública	Capacitação realizada	9.892	13.137
PO 0002 - Formação Inicial de Carreiras	Aluno formado	0	80
PO 0004 – Seminários, oficinas e eventos para disseminação de cultura de inovação	Capacitação realizada	500	1.633
PO 0005 - Atividades de Cooperação Técnica e Participações em Fóruns Internacionais	Capacitação realizada	610	924
PO 0006 - Aperfeiçoamento de Carreiras	Capacitação realizada	1.600	1.694
PO 0008 – Educação Mediada por Tecnologias	Capacitação realizada	50.000	163.000
PO 0009 – Especialização para Servidores Públicos	Aluno pós-graduado	0	77
PO 000A – Pós-Graduação Strictu Sensu para Servidores Públicos	Mestre titulado	38	0

Gráfico 3 - Total de capacitações realizadas pela Enap



Análise Situacional da Ação 20U9

Na Ação 20U9 a dotação orçamentária inicial do exercício foi de R\$ 7.058.693,00 e a final de R\$ 8.666.693,00. A diferença entre a dotação inicial e final, da ordem de R\$ 1.608.000,00, foi objeto de remanejamento da Ação 2000 – Administração da Unidade, principalmente para execução de despesas inerentes à ampliação da oferta de cursos de Especialização, Pós-Graduação e do Programa de Aperfeiçoamento de Carreiras do serviço público federal.

Ao final do exercício, o valor executado (empenhado) foi de R\$ 8.645.888,00, ou seja, 99,8% da dotação final destinada à Ação. Desse montante, foi efetivamente liquidado R\$ 7.268.447,00 (84%) e inscritos em Restos a Pagar R\$ 1.377,441 (16%). O expressivo valor inscrito em restos a pagar se deve, principalmente, à expressiva demanda de capacitação ocorrida no último trimestre do exercício. Vale destacar, na execução dessa Ação, o valor de R\$ 1.755.930,00 comprometido com a realização do curso de Formação para a Carreira de Analistas de Planejamento e Orçamento.

Em 2017, foram capacitados 14.379 servidores em cursos presenciais, um aumento de 20,2% em relação ao ano anterior. A temática Logística e Compras Públicas foi a de maior interesse, com 6.425

capacitações. As parcerias realizadas com outras instituições contribuíram para um aumento no número de capacitações sem impacto no orçamento da Escola, utilizando-se recursos de outros órgãos ou sem qualquer ônus financeiro para o governo.

Outro resultado importante diz respeito a capacitação de servidores lotados em órgãos fora do DF: das 470 turmas ofertadas ao longo do ano, 180 foram realizadas em outras unidades da federação. Somente o Programa Enap em Rede, do qual fazem parte escolas de governo e Institutos Federais de 17 unidades da federação, capacitou 1.673 servidores em 2017. Além disso, observa-se uma participação significativa de servidores em posições gerenciais nos cursos presenciais de educação continuada, perfazendo 16% do total de capacitações.

Já no ensino a distância, o crescimento nos últimos anos tem sido exponencial. A popularidade e conveniência dos cursos MOOC¹ somadas às novas tecnologias e estratégias de comunicação implementadas, contribuíram para que as capacitações saltassem de 34 mil em 2014 para 172 mil em 2017, alcançando servidores de todos os níveis e esferas, em todo território nacional.

A distribuição das capacitações por temática aponta que a procura de cursos é maior nas temáticas de Gestão de Documentos, Informação e Conhecimento (38,19%), em virtude da oferta do curso Sei Usar, e de Desenvolvimento de Capacidades Locais (22,85%), onde estão localizados cursos voltados para estados, municípios e cidadãos, relativos à transferências de recursos, controle social, entre outros.

A diversificação da oferta de cursos também foi outro resultado importante. Nos cursos presenciais, foram lançados 22 novos cursos em 2017, focando em temas como gestão pública liderança, inovação. Já no ensino a distância, foram 15 novos cursos desenvolvidos, especialmente voltados para desenvolvimento de capacidades locais e controle social.

Em 2017 foi realizada a 18ª edição do curso de formação para APO, entre os meses de março e junho, com duração de 400 horas, para o provimento de 80 cargos de APO. O curso foi comum para as duas áreas do concurso: a área de Planejamento e Orçamento e a área de Tecnologia de Informação. Também foi estruturado em três eixos programáticos: Gestão e Avaliação de Políticas Públicas (132h), Políticas Públicas e Desenvolvimento (92h), Planejamento e Orçamento (116h), além de palestras (36h) e elaboração de trabalho final sobre planejamento e orçamento em políticas públicas (20h).

PO 0004 – Seminários, oficinas e eventos para disseminação de cultura de inovação

Foram realizados vários eventos na temática Inovação. A 3ª Semana de Inovação em Gestão Pública contou com 582 participantes. Durante o evento 13 palestrantes internacionais (EUA, Bélgica, França, Reino Unido, Dinamarca, Portugal) e pesquisadores brasileiros que compartilharam experiências e desafios da transformação digital em governos.

O GNpapo – Conversa com Inovadores é um Espaço aberto e dinâmico para realização de rodas de conversas com inovadores e empreendedores de áreas diversas, que têm potencial de gerar valor, reflexão, ou mesmo, inquietação para/no o setor público. Em 2017 foram realizados 7 (sete) GNPapos, nas temáticas “O uso da tecnologia certa para engajar cidadãos e avaliar impactos de políticas”, “O uso inteligente de dados para melhoria de políticas públicas”, “Design thinking e educação financeira”, “O uso inteligente de dados para melhoria de políticas públicas”, “A construção de um laboratório de inovação e suas metodologias”, “Ubs de inovação”, “A experimentação em políticas públicas”, “Tecnologias assistivas e inclusão”. Esses eventos ao todo contaram com 400 participantes.

¹ Curso On Line Aberto e Massivo - é um tipo de curso aberto oferecido por meio de ambientes virtuais de aprendizagem que visam oferecer para um grande número de alunos a oportunidade de ampliar seus conhecimentos num processo de co-produção.

PO 0005 - Atividades de Cooperação Técnica e Participações em Fóruns Internacionais

A Enap realizou diversas atividades em parceria com instituições internacionais.

- ✓ Cursos Internacionais
 - Políticas Públicas - *Summer School*;
 - Ética y Administración Pública en América Latina.

- ✓ Seminário Internacional
 - Workshop BID e Enap Governo Centrado nos Cidadãos;
 - Seminário para alto escalão. *Peer Reveiw* da OCDE sobre governo digital;
 - Seminário de Abertura para a revisão dos pares. *Peer review* OCDE;
 - Construindo Capacidades Estatais: os desafios do serviço público.

- ✓ Sessão Informativa
 - Sessão Informativa *MGG Academy*. Bolsas de Estudos na Alemanha;
 - Encontro com a Universidade de Columbia.

- ✓ Encontro Internacional de Escolas de Governo - Seminário Desafios no Campo da Administração Pública: Ensino, Profissionalização e Pesquisa – Enap & FGV/Rio de Janeiro.

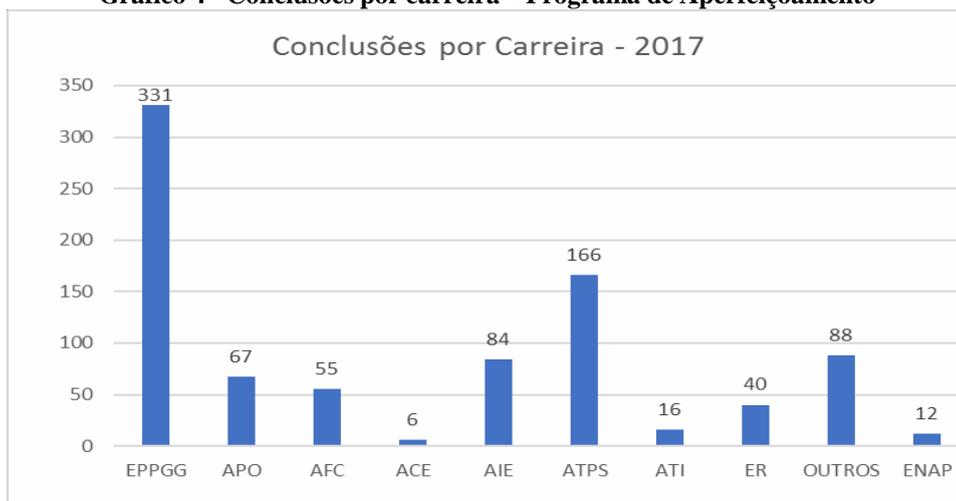
PO 0006 - Aperfeiçoamento de Carreiras

No programa de aperfeiçoamento foram trazidos novos temas e assuntos, relevantes, atuais e estratégicos sobre políticas públicas e gestão governamental nos contextos nacional e internacional para os cursos e seminários do Programa, com destaque para os cursos internacionais. A nova oferta correspondeu a 53% dos cursos oferecidos em 2017 (13 cursos nacionais e 05 internacionais). Os seminários e palestras também abordaram temas inéditos no Programa e ocorreram em maior número (06 eventos).

Houve uma ampliação das carreiras atendidas em 2017. Além dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), Analistas de Planejamento e Orçamento (APO), Auditores Federais de Finanças e Controle (AFFC), Analistas de Comércio Exterior (ACE), Analistas e Especialistas em Infraestrutura (AIE/EIE), Analistas Técnicos de Políticas Sociais (ATPS), Analistas em Tecnologia da Informação (ATI), foram incluídos os Especialistas em Regulação (ER). O Programa constitui-se também em requisito para a promoção na carreira de EPPGG, conforme Decreto nº 5.176, de 10 de agosto de 2004.

Em 2017, a oferta de cursos do Programa foi organizada e direcionada a públicos prioritários, de acordo com o tema tratado e campo de atuação das carreiras atendidas.

No âmbito do Programa, foram realizados cursos, seminários e palestras por oferta própria da Enap; cursos em parceria com o MDS, por meio de TED; e cursos em parceria com o GDF, por meio de Acordo de Cooperação Técnica. No total, foram ofertadas 40 turmas, totalizando 1.694 capacitações no Programa de Aperfeiçoamento em 2017. Esse total se divide em 52% de capacitações realizadas em cursos de oferta própria da Enap, 37% em seminários e palestras, 9% via TED/MDS e 2% em parceria com o GDF.

Gráfico 4 - Conclusões por carreira – Programa de Aperfeiçoamento

PO 0008 – Educação Mediada por Tecnologias

O crescimento do ensino a distância nos últimos anos tem sido exponencial. A popularidade e conveniência dos cursos, somadas às novas tecnologias e estratégias de comunicação implementadas, contribuíram para que as capacitações saltassem de 34 mil em 2014 para 172 mil em 2017, alcançando servidores de todos os níveis e esferas, em todo território nacional.

PO 0009 – Especialização para Servidores Públicos

Em 2017 foi concluída a Especialização em Gestão Pública (10ª edição). Também em 2017 estavam em andamento a Especialização em Gestão Pública - Gestão Organizacional e Inovação e a Especialização em Gestão Pública - Gestão Estratégica de Pessoas, além da Especialização em Planejamento e Estratégias de Desenvolvimento.

Foram abertos processos seletivos para os novos cursos: Políticas de Infraestrutura; Gestão de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação; Governança e Controle da Regulação em Infraestrutura; e Fronteiras da Tecnologia da Informação.

No fim de 2017, a Escola lançou Editais de Processo Seletivo para mais três programas de Pós-Graduação Lato Sensu, que deverão acontecer no início de 2018: Desenvolvimento Produtivo (turma fechada para o MDIC); Análise de Dados em Políticas; e Especialização em Gestão Pública com ênfase em Governo Local (voltada para servidores públicos municipais, 120 vagas distribuídas em 4 áreas de concentração).

PO 000A – Pós-Graduação Strictu Sensu para Servidores Públicos

Como estratégia nova de capacitação de servidores públicos, o desenvolvimento da pós-graduação stricto sensu exigiu uma nova rotina de processos e concepção pedagógica que possa constituir os insumos necessários para o desenvolvimento de mestrados profissionais. A concepção é alinhar um ensino de qualidade, voltado para o enfrentamento de problemas públicos, que possa coadunar teorias e perspectivas acadêmicas e aplicação de conhecimento

Neste contexto, além do desenvolvimento institucional da oferta de mestrados profissionais, a Enap possibilitou, em paralelo, o início de um processo de internacionalização de sua oferta, tendo em vista três perspectivas: (1) – promover a integração do corpo discente dos mestrados profissionais com

professores visitantes de universidades estrangeiras; (2) – proporcionar formas de intercâmbio em que os discentes participem de atividades em universidades estrangeiras; (3) – promover cursos e escolas com professores internacionais, envolvendo alunos dos mestrados profissionais e *practitioners* do serviço público. As três formas visam a promover o desenvolvimento institucional da pós-graduação por via de um processo de intercâmbio permanente com universidades e centros de pesquisa, de modo a possibilitar a integração do conhecimento produzido na Escola.

Nesse sentido, em abril de 2017 teve início a 1ª turma do Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento. O curso tem como objetivo dotar a Administração Pública Federal de competências técnico-políticas de gestão, por meio da formação de servidoras/es públicas/os para um alto desempenho em funções estratégicas no Estado Brasileiro. A 2ª turma tem previsão de início em março de 2018.

Ainda em 2017 foi lançado o edital para a seleção da 2ª turma do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento. O objetivo do Mestrado é capacitar servidores da Administração Pública Federal para formular, implementar e avaliar políticas públicas com base em conhecimento interdisciplinar atualizado, que municie esses servidores com conceitos e instrumental analítico adequado para o exercício da prática profissional altamente qualificada. A 1ª turma será concluída em 2018.

Quadro 3 - Ação relacionada a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS – Ação 216R

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	216R		Tipo: Atividade			
Título	Desenvolvimento de Pesquisas, Projetos e Publicações					
Iniciativa	Ampliação da oferta de capacitação de agentes públicos em gestão pública em todo o território por meio de realização de parcerias nacionais e internacionais					
Objetivo	Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade					Código: 1159
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública					Código: 2038
Unidade Orçamentária	47210 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
489.444	659.444	659.337	611.814	611.814	0	47.523
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Estudo disseminado – Número de publicações realizadas (Revista do Serviço Público, Cadernos Enap, livros e coletâneas). Estudos/protótipos de projetos de inovação realizados em parcerias com outros órgãos nacionais e internacionais.			unidade	20	20	59
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	Estudo disseminado	unidade	0,00	

Abaixo, segue quadro detalhando a execução do Plano Orçamentário da Ação 216R, que pertence ao Programa Temático 2038:

Quadro 4 - Plano orçamentário (PO)

Descrição	Produto	Meta	
		Prevista	Realizada
PO 0001 – Pesquisa e Disseminação de Conhecimento em Gestão Pública	Estudo disseminado	20	59

Análise Situacional

Na Ação 216R a dotação orçamentária inicial foi de R\$ 489.444,00 e a final de R\$ 659.444,00. A diferença entre a dotação inicial e final, da ordem de R\$ 170.000,00 foi objeto de remanejamento da Ação 20U9, para execução de despesas inerentes ao Programa Cátedras Brasil que concede bolsa com o objetivo de fomentar pesquisas científicas na área de gestão pública e para a disseminação do conhecimento gerado. Ao final do exercício, o valor executado (empenhado) foi de R\$ 659.337,00, ou seja, 99,9% da dotação final destinada à Ação. Desse montante foi efetivamente liquidado R\$ 611.814,00 (92,8%) e inscritos em Restos a Pagar R\$ 47.523 (7,2%).

Com a estratégia de constituir uma atividade sólida de pesquisa na Enap, foram adotadas as seguintes medidas:

- comissionar a pesquisadores internacionais e nacionais, por meio de uma política de bolsas, a realização de atividades de pesquisa aplicada, tendo em vista a definição de temas candentes de interesse público em torno da questão da prestação de serviços públicos pelo governo, assim como sobre o desenho e processos de implementação de políticas públicas;
- capacitação da equipe interna da Enap para que também fosse realizadora de pesquisa aplicada, de modo que a força de trabalho da Escola pudesse se constituir como propulsora de metodologias e análises em torno de temas de interesse público. Ao longo do ano de 2017 foram realizados treinamentos e construção de capacidades que pudesse favorecer a construção de pesquisa pela própria Enap.

A estratégia de comissionar pesquisa visa o estabelecimento de projetos orientados a constituir evidências e análise a respeito das condições do serviço público. Privilegiou-se, sobretudo, a abordagem de estudos comparativos, de forma a promover perspectivas de análise inovadoras, centradas em uma metodologia que permita compreender as especificidades e diferenças do serviço público no Brasil, assim como promover processos de aprendizado com outras experiências.

O comissionamento destes relatórios ocorreu por meio de um projeto de Catedras, que possibilitou atrair pesquisadores internacionais baseados em universidades, centros de pesquisa ou *think tanks* capazes de produzir conhecimento aplicado e útil para o governo brasileiro. Os projetos selecionados e comissionados seguem um processo seletivo e têm a duração de 6 meses. A previsão de entrega dos relatórios finais é para 2018.

A mesma estratégia foi adotada no caso do comissionamento de pesquisa aplicada a pesquisadores brasileiros. Por meio de edital público, o processo seletivo procura captar pesquisadores que possam responder a questões de interesse público, com foco na resolução de problemas.

Ao longo do ano de 2017 foram publicados: 4 (quatro) Revistas do Serviço Público (RSP); 8 (oito) Cadernos Enap - apresentando os relatórios de pesquisas comissionadas de pesquisadores nacionais; os livros “Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil” e “Implementação de políticas sociais no Brasil”.

Em 2016 a Enap inaugurou o Laboratório de Inovação – Gnova. Concebido para ser um espaço para a exploração de ferramentas e intervenções de suporte e fomento a processos inovadores no setor público. Ao longo de 2016-2017, o GNova desenvolveu 15 projetos, apoiando o desenvolvimento de soluções em parceria com 8 instituições demandantes; além disso, está aprimorando sua estrutura de funcionamento e desenvolvendo ações para ampliação de competências e capacidades para inovação dentro do governo, prestando apoio a estratégia de desburocratização do Governo Federal.

2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Como fator interveniente ao desempenho orçamentária da Escola pode-se citar a tardia liberação do saldo de limite para movimentação e empenho, limite de crédito orçamentário a utilizar pela Escola, que ocorreu somente no último trimestre do ano, fazendo com que muitas despesas empenhadas não pudessem ser liquidadas/pagas dentro do próprio exercício, ocasionando a inscrição em Restos a Pagar da ordem de R\$ 5.746.016,00, que, vale ressaltar, é aproximadamente 12% inferior ao montante inscrito no ano anterior (2016).

As demais ocorrências inerentes à gestão orçamentária e financeira, ou seja, liberação de recursos financeiros, remanejamentos de créditos (“créditos suplementares”), emissão de documentos de execução orçamentária e financeira, dentre outros, não ocasionaram nenhuma descontinuidade à utilização dos créditos consignados à Escola na Lei Orçamentária Anual do Exercício (LOA).

2.3.3 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 5 - Despesas por grupo e elemento de despesa – modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	9.294.929,94	18,79%	11.867.332,04	25,54%	9.294.929,94	18,79%	11.867.332,04	25,54%
a) Convite	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Concorrência	168.438,93	0,34%	68.319,19	0,15%	168.438,93	0,34%	68.319,19	0,15%
d) Pregão	9.126.491,01	18,45%	11.799.012,85	25,39%	9.126.491,01	18,45%	11.799.012,85	25,39%
e) Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	4.115.949,87	8,32%	1.961.608,88	4,22%	4.115.949,87	8,32%	1.961.608,88	4,22%
h) Dispensa	1.257.926,17	2,54%	167.849,86	0,36%	1.257.926,17	2,54%	167.849,86	0,36%
i) Inexigibilidade	2.858.023,70	5,78%	1.793.759,02	3,86%	2.858.023,70	5,78%	1.793.759,02	3,86%
3. Regime de Execução Especial	3.034,55	0,01%	4.085,15	0,01%	3.034,55	0,01%	4.085,15	0,01%
j) Suprimento de Fundos	3.034,55	0,01%	4.085,15	0,01%	3.034,55	0,01%	4.085,15	0,01%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	29.111.146,59	58,85%	28.891.882,27	62,18%	29.110.866,28	58,85%	28.891.882,27	62,18%
k) Pagamento em Folha	28.895.342,62	58,41%	28.792.548,37	61,97%	28.895.062,31	58,41%	28.792.548,37	61,97%
l) Diárias	215.803,97	0,44%	99.333,90	0,21%	215.803,97	0,44%	99.333,90	0,21%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	42.525.060,95	85,96%	42.724.908,34	93,46%	42.524.780,64	85,96%	42.724.908,34	93,46%
6. Outros	6.943.049,97	14,04%	2.990.662,30	6,54%	6.943.049,97	14,04%	2.990.662,30	6,54%
6. Total das Despesas da UPC	49.468.110,92	100	45.715.570,64	100	49.467.830,61	100	45.715.570,64	100

Análise crítica da realização da despesa

Ao comparar a execução do ano de 2017 com o anterior (2016), verifica-se um aumento da despesa executada da ordem de R\$ 3.752.540,00, que percentualmente representa um incremento próximo a 8,2%.

As Despesas Correntes representaram 98,6% do valor liquidado pela Escola no exercício, sendo que, neste grupo, as “Despesas de Pessoal” totalizaram R\$ 28.895.343,00, aproximadamente 58,4%; as “Outras Despesas Correntes” totalizaram R\$ 19.897.072,00, correspondente a 40,2%; e os “Investimentos” R\$ 675.697, apenas 1,4%.

Contratações realizadas por meio de dispensa de licitação totalizaram R\$ 167.849,86 (cento e sessenta e sete mil oitocentos e quarenta e nove reais e oitenta e seis centavos). As inexigibilidades somaram o valor de R\$ 1.793.759,02 (um milhão setecentos e noventa e três mil setecentos e cinquenta e nove reais e dois centavos). Destaca-se que as contratações de docentes colaboradores para os cursos e oficinas ofertados pela Enap ocorrem por meio de inexigibilidade, o que explica o alto valor.

Ao final do exercício, a Enap teve o seu orçamento totalmente descontingenciado. Entretanto, esta liberação só ocorreu no mês de dezembro. Sendo assim, diversas despesas empenhadas ao final do exercício não puderam ser liquidadas e pagas. O total inscrito em restos a pagar no final do exercício foi de R\$ 6.529.390,15 (seis milhões quinhentos e vinte e nove mil trezentos e noventa reais e quinze centavos).

Quanto ao desempenho financeiro da Unidade no exercício, vale registrar que a Programação Financeira da Escola (recebimento de recursos financeiros) não sofreu intervenções que causassem descontinuidade na realização de pagamentos devidos pela contratação de bens e serviços ou pagamento de pessoal, de forma que toda a despesa liquidada foi efetivamente paga.

2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Seguem descritos no quadro abaixo os indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da gestão:

Quadro 7 - Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice Alcançado	Apurado em	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Número de servidores capacitados	182.110	Jan/18	mensal	Soma total de participantes nos eventos de aprendizagem
Aluno equivalente	198.868	Jan/18	mensal	Corresponde ao aluno concluinte, ponderado por um fator de equiparação de carga horária e um fator de esforço de curso. A ponderação pela carga horária é de 30h e o fator de esforço de curso variável (pesos) por tipo de curso
Percepção do aluno sobre a aplicabilidade do curso	79,9%	Jan/18	semestral	Equivale à porcentagem de respondentes que responderam a nota máxima ‘5’ dos itens sobre a aplicabilidade do curso na Avaliação de Reação aplicada ao final de cada curso realizado
Índice de satisfação do aluno	9	Jan/18	semestral	Média de todos os itens do formulário de avaliação de reação

Número de Capacitações realizadas em diferentes tipos de curso

Esse indicador apura o número total de servidores capacitados por toda a Escola. Incluem-se aqui as capacitações a distância, técnico-gerenciais (presenciais), os cursos de aperfeiçoamento para as carreiras, a formação inicial para a Carreira Analista de Planejamento e Orçamento, as especializações, seminários, eventos internacionais, etc.

Aluno Equivalente

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e deu outras providências. A Portaria nº 818, de 13 de agosto de 2015, do Ministério da Educação (MEC), por sua vez, regulamentou o conceito de Aluno-Equivalente, no âmbito da Rede Federal Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Segundo a Portaria “Aluno-Equivalente é o aluno matriculado em um determinado curso, ponderado pelo Fator de Equiparação de Carga Horária e pelo Fator de Esforço de Curso”. A Portaria da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) nº 25, de 13 de agosto de 2015, define os conceitos e estabelece fatores para fins de cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Dessa forma, a Enap, que também oferta educação, assim como os Institutos Federais, optou por instituir o indicador de gestão “aluno-equivalente” adaptado à sua realidade. A carga horária de 30 horas foi definida com base na carga horária média dos cursos da Escola e os pesos para o fator de esforço de curso foram estabelecidos conforme quadro abaixo:

Quadro 8 - Pesos por tipo de evento

Tipo de evento	Peso (E)	Peso Turma Piloto (E)
Cursos à distância sem tutoria	1	4
Cursos presenciais sem avaliação de aprendizagem; Cursos à distância com tutoria (Cursos de catálogo)	2	4
Cursos com avaliação de aprendizagem	3	6
Seminários nacionais	3	3
Oficinas	4	4
Cursos customizados; cursos regulares de alta complexidade	4	8
Programas com disciplinas integradas (Especialização, Formação, Liderança: Reflexão e Ação (LRA), Desenvolvimento de Gerentes Operacionais (DGO), etc)	4	8
Seminário Internacional	4	4
Mestrado	5	10

Fórmula Aluno-Equivalente:

$$A = \frac{\sum C_n \cdot H_n}{E_n}$$

Onde:

C_n – quantidade de capacitações em cursos de carga horária n.

H_n – quantidade de carga horária n.

E_n – peso referente aos cursos com carga horária n.

Percepção do aluno sobre a aplicabilidade do curso

Neste indicador pretende-se que o aluno avalie o quanto o curso realizado pode ser aplicável ao seu trabalho. O resultado é obtido por meio da Avaliação de Reação, que é disponibilizada no final de cada curso. O aluno responde alguns itens específicos sobre a aplicação do curso no seu trabalho, optando por notas de 0 a 5. Para se chegar ao resultado são computados somente as respostas iguais a 5. Assim, em 2017, os cursos realizados na Enap foram considerados aplicáveis às realidades de 79,9% dos alunos.

Índice de Satisfação do Aluno

Na Avaliação de Reação consta uma pergunta sobre a satisfação do aluno com relação ao curso e a resposta é uma escala de 1 a 10. O resultado é obtido a partir da média das respostas de todos os alunos participantes de todos dos cursos.

Esse indicador será mais bem detalhado na seção “Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários”.

3. GOVERNANÇA

3.1 Descrição das estruturas de governança

Usando alguns conceitos do Referencial Básico de Governança do TCU (2014) aplicáveis à realidade da Enap e considerando que “*governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de **liderança, estratégia e controle** postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade*” (**grifo nosso**), este item demonstra a situação atual de governança da Enap, no que tange a direção, controle e monitoramento, com vistas à prestação dos serviços que lhe competem.

Com relação aos mecanismos de **liderança**, há dois componentes que merecem destaque:

- Sobre o componente “liderança organizacional”, a Enap realiza a prática de “avaliar, direcionar e monitorar a gestão da organização, especialmente quanto ao alcance de metas organizacionais” e “avaliar os resultados das atividades de controle e dos trabalhos de auditoria e, se necessário, determinar que sejam adotadas providências”;
- Sobre o componente “sistema de governança”, a Enap “estabelece as instâncias internas de governança da organização”, como pode ser observado mais adiante.

Com relação aos mecanismos de **estratégia**, ressaltam-se os componentes “relacionamento com partes interessadas” e “estratégia organizacional”, quais sejam:

- Relacionamento com partes interessadas: “estabelecer e divulgar canais de comunicação com as diferentes partes interessadas e assegurar sua efetividade, consideradas as características e possibilidades de acesso de cada público-alvo”;
- Estratégia Organizacional:
 - “Estabelecer a estratégia da organização” e
 - “Monitorar e avaliar a execução da estratégia, os principais indicadores e o desempenho da organização”.

Os mecanismos de **controle** adotados pela Enap envolvem os componentes de auditoria interna e de *accountability* e transparência. Com relação ao primeiro, as práticas adotadas pela Escola consistem em “estabelecer a função de auditoria interna”, “prover condições para que a auditoria interna seja independente e proficiente” e “assegurar que a auditoria interna adicione valor à organização”. Com relação ao componente *accountability* e transparência, as práticas adotadas referem-se a “dar transparência da organização às partes interessadas, admitindo-se o sigilo, como exceção, nos termos da lei” e “avaliar a imagem da organização e a satisfação das partes interessadas com seus serviços e produtos”.

A respeito dos mecanismos de **liderança** e do seu componente sistema de governança, especificamente sobre a prática de estabelecer as instâncias internas de governança, estão relacionadas a seguir as *instâncias de governança* e as *instâncias de apoio à governança*, a respectiva base normativa e a forma como executam as funções básicas de governança de avaliar, direcionar e monitorar.

As **instâncias internas de governança** responsáveis por definir e avaliar a estratégia e os objetivos institucionais, bem como monitorar a conformidade e o desempenho, agindo nos casos das inconformidades identificadas, garantindo o atendimento do interesse público, correspondem, na Enap, ao **Conselho Diretor**, ao **Conselho Consultivo** e à **Unidade de Auditoria Interna**.

As **instâncias internas de apoio à governança** que realizam a comunicação entre as partes interessadas, auditorias internas, comunicando desvios à alta administração correspondem na Enap ao seguinte:

- Comitê de Tecnologia da Informação (CTI);
- Conselho Editorial da Revista do Serviço Público;
- Comissão Editorial Permanente;
- Comissão de Acervo Bibliográfico;
- Comitê Gestor do Plano de Gestão de Logística Sustentável da Enap;
- Comissão de Assessoramento a Classificação de Informações Sigilosas da Enap;
- Comissão de Avaliação dos Servidores (CAS);
- Comissão de Apoio ao Programa de Incentivo ao Estudo de Línguas Estrangeiras (Piele);
- Comissão de Inventário Anual;
- Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- Comissão de Ética;
- Comitê de Segurança da Informação e Comunicação (CSIC); e
- Comitê Gestor do Sistema de Gestão Acadêmica (CG SGA).
- Comitê de Gênero
- Comitê de Desenvolvimento de Pessoas (CDP)

Sobre as instâncias internas de governança

O **Conselho Diretor** é órgão colegiado da Enap conforme o Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.902, de 10 de novembro de 2016. São de sua competência a apreciação dos assuntos que lhe são submetidos; a aprovação das normas gerais da Escola; a manifestação sobre programa geral de trabalho, planos anuais, a proposta orçamentária e a programação dos recursos; a análise do relatório de atividades e da prestação anual de contas; o exame e o acompanhamento da execução orçamentária e financeira da Escola; a análise de convênios, contratos e acordos (quando solicitado pelo Presidente); e a determinação dos critérios para a composição e funcionamento do Conselho Consultivo. O Conselho Diretor é presidido pelo Presidente da Enap e integrado por seus Diretores. Suas normas de funcionamento são definidas no regimento interno da Enap.

O **Conselho Consultivo** também é órgão colegiado da Enap, conforme consta do seu Estatuto. É presidido pelo Presidente da Enap e tem a competência de opinar sobre políticas, diretrizes e estratégias da Enap e sugerir linhas de ação, programas, estudos, projetos ou outras medidas para apoiar o Conselho Diretor nas questões relacionadas ao ensino, à pesquisa e à inovação. Sua estruturação, as competências e as normas de funcionamento dependem de ato do Conselho Diretor.

A **Unidade de Auditoria Interna** orienta tecnicamente as atividades de controle interno, correição, transparência e ouvidoria, bem como avalia e propõe melhorias nos processos de gerenciamento de riscos, de integridade e de governança.

Sobre as instâncias internas de apoio à governança

O **Comitê de Tecnologia da Informação (CTI)** é uma instância de caráter estratégico e deliberativo, com o objetivo de promover o alinhamento da área de Tecnologia da Informação com as áreas de negócio, em consonância com o Programa de Modernização do Poder Executivo Federal, com a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do Governo Federal (EGTI), e com o que determinam os Acórdãos nº 1.603/2008 e 2.308/2010 do TCU. O Comitê de TI foi instituído inicialmente pela Portaria Enap nº 135, de 24 de setembro de 2009, revogada pela Portaria Enap nº 42, de 02 de abril de 2015. A Portaria nº 43, de 2 de abril de 2015, definiu a nova composição do Comitê.

O Conselho Editorial da Revista do Serviço Público previsto na Portaria Enap nº 214, de 20 de julho de 2016, que aprovou o regulamento da Revista do Serviço Público (RSP), sua estrutura editorial e as normas de submissão editorial. O Conselho Editorial é parte integrante da estrutura editorial da RSP, juntamente com o Editor-Chefe; a Editoria Adjunta; o Editor Executivo; o Corpo Editorial Científico e Consultores *Ad Hoc*. O Conselho é composto pelo Editor-Chefe da RSP e por 15 a 20 pesquisadores e/ou profissionais renomados nas áreas de conhecimento da RSP, de origem nacional e internacional, distribuídos de forma a assegurar ampla diversidade e representatividade nacional e internacional, entre linhas de pesquisa, filiação institucional e origem geográfica. Suas competências são: (1) opinar sobre decisões relativas à política editorial da RSP; (2) zelar pelo cumprimento das atribuições dos editores; (3) auxiliar na divulgação da Revista e na prospecção de artigos; (4) contribuir com o envio de artigo ou resenha inéditos para publicação.

A **Comissão Editorial Permanente**, cuja instituição foi atualizada nos termos da Portaria Enap nº 182, de 17 de julho de 2013, tem como primeira atribuição acompanhar a implementação da política editorial da Enap, seguindo as linhas de atuação e produtos definidos pelo Conselho Diretor. A política editorial da Enap, aprovada pela Portaria Enap nº 181, de 17 de julho de 2013, estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades que orientam a produção editorial da Escola de modo a ofertar produtos editoriais que complementem a formação de servidores públicos e que contribuam para o debate sobre a consolidação do Estado democrático e a prestação de serviços públicos eficientes e de qualidade à sociedade brasileira. Também cabe a esta Comissão, definir o conjunto de indicadores quantitativos da produção editorial da Escola e sua estratégia de disseminação; elaborar relatório avaliativo anual, com indicadores quantitativos e qualitativos, para apreciação do Conselho Diretor; avaliar e aprovar as publicações da Enap, excetuado o material didático e publicações específicas para os cursos da Escola; aprovar projetos gráficos das publicações da Enap; e propor, avaliar e aprovar temas e pautas de matérias para a Revista do Serviço Público e demais publicações da Enap.

A origem da **Comissão de Acervo Bibliográfico**, em 2004, está ligada à necessidade de uma instância para atuar na formação de coleções do acervo da Biblioteca Graciliano Ramos de acordo com a missão e os objetivos da Escola observando a disponibilidade dos recursos financeiros, permitindo um processo de seleção sistematizado e consistente, propiciando o crescimento racional e equilibrado das diferentes áreas do conhecimento do acervo para dar suporte aos cursos e pesquisas da Enap. Suas atribuições são o planejamento anual para as aquisições de publicações; o levantamento das reais necessidades de material bibliográfico, junto aos professores, colaboradores e coordenadores de cursos, visando à otimização no aprendizado de alunos e suporte informacional necessário ao corpo docente; a avaliação do material bibliográfico que pode ser descartado e, posteriormente, ser destinado à baixa patrimonial e alienação; e a proposição, ao Conselho Diretor, de aquisições de publicações para compor o acervo da Biblioteca, de títulos de livros estrangeiros para possíveis traduções, de celebração de instrumentos de cooperação técnica com instituições congêneres, e de normas de acesso e utilização do acervo da Biblioteca.

O **Comitê Gestor do Plano de Gestão de Logística Sustentável** tem a atribuição de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), o qual consiste em uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos.

A **Comissão de Assessoramento à Classificação de Informações Sigilosas** da Escola foi instituída pela Portaria Enap nº 83, de 27 de abril de 2012, em decorrência da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI), com a atribuição de assessorar as autoridades classificadoras quanto à correta classificação das informações sensíveis, segundo os

dispositivos da Lei, bem como propor à autoridade classificadora ou autoridade hierarquicamente superior competente para dispor sobre a desclassificação ou reclassificação das informações sigilosas produzidas e acumuladas no âmbito da Escola de acordo com a LAI. A Comissão é composta pelo Chefe de Gabinete da Presidência, responsável por sua coordenação, pelo Procurador-Chefe, pelo Auditor Interno, e pelo Diretor de Gestão Interna, que substitui o coordenador da comissão na sua ausência.

A **Comissão de Avaliação dos Servidores (CAS)**, instituída pela Resolução nº 08, de 07 de junho de 2011, tem como atribuição, no decorrer dos processos de avaliação de desempenho dos servidores da Enap, (1) acompanhá-los com o objetivo de aprimorar sua aplicação e verificar se todos os procedimentos estão sendo cumpridos; (2) manifestar-se a qualquer momento sobre eventuais questionamentos de servidores sobre os procedimentos de avaliação e encaminhar relatório para providências do Conselho Diretor; (3) acompanhar os procedimentos de avaliação em Estágio Probatório e ratificar os resultados para homologação pelo Conselho Diretor; e (4) julgar, em última instância, os eventuais recursos interpostos aos resultados das avaliações individuais nos casos da avaliação da - Gratificação de desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), Estágio Probatório, Progressão Funcional e Função Comissionada Técnica e, no caso da Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo (GAEG), manifestar-se por meio de análise técnica a respeito de recursos interpostos para subsidiar a decisão do Conselho Diretor, responsável, nesse caso, pelo julgamento do recurso. Além do acompanhamento do processo, cabe à CAS, também, planejar e propor ao Conselho Diretor os procedimentos gerais referentes à operacionalização de toda e qualquer avaliação a que se submetem os servidores da Escola, observando-se os requisitos legais específicos; revisar e propor alterações, sempre que necessário, dos instrumentais de cada avaliação, respeitada a legislação específica vigente; e realizar, continuamente, estudos e projetos visando o aperfeiçoamento da sistemática de avaliação. A Comissão é composta por dez servidores (titulares e suplentes), nomeados por meio de portaria da Presidência da Escola a cada início do período avaliativo (que na Escola ocorre de 1º de agosto a 31 de julho do ano seguinte).

A **Comissão de Apoio ao Programa de Incentivo ao Estudo de Línguas Estrangeiras (Piele)** foi estabelecida pela Portaria Enap nº 194, de 18 de dezembro de 2014, em atendimento à Resolução do Conselho Diretor nº 13, de 19 de dezembro de 2014, que instituiu o Programa, sob a forma de concessão de bolsas de estudos, aos servidores da Enap, para o custeio parcial de cursos de línguas estrangeiras. A Comissão é composta por representantes das áreas da Escola, sob a coordenação da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP). São atribuições: (1) conduzir, sob a coordenação da CGGP, processos seletivos dos servidores para participação no Programa; (2) analisar e classificar as solicitações de participação, de acordo com os critérios estabelecidos em Edital; (3) averiguar o registro de pessoa jurídica das instituições indicadas nas solicitações de participação no Programa; (4) elaborar relação de classificados no processo seletivo para ampla divulgação na Enap; (5) proceder à análise de recursos, quando for o caso, com posterior divulgação do resultado final; (6) realizar visitas técnicas às instituições de ensino de línguas estrangeiras, constantes do cadastro de servidores habilitados ao Programa, para efetuar confirmação de documentos emitidos ou quando julgar necessário; (7) analisar pedidos de mudança de instituição de ensino que não sejam por motivo de mudança de domicílio; e (8) deliberar sobre situações omissas, mediante apresentação de pauta pela CGGP.

A **Comissão de Inventário Anual** foi constituída pela Portaria nº 378, de 21 de novembro de 2017, para realizar o inventário do material de consumo existente no almoxarifado, bens móveis e imóveis da Enap, relativo ao exercício de 2017.

A **Comissão Própria de Avaliação (CPA)** foi criada a partir de uma exigência da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, para fins de obtenção de Credenciamento e Recredenciamento Educacional.

A CPA é responsável pela condução e articulação dos processos de avaliação internos da instituição, bem como pela sistematização e prestação das informações solicitadas pelo Ministério da Educação (MEC), no âmbito das etapas avaliativas estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A Comissão Própria de Avaliação da Enap é uma unidade autônoma e permanente, responsável pela condução do processo de autoavaliação da instituição, sendo composta por representantes indicados e aprovados pelo Conselho Diretor da Enap: I- dois representantes docentes; II - um representante discente; III - dois representantes técnico-administrativos; e IV - um representante da sociedade civil organizada.

A **Comissão de Ética da Enap**, nos termos do art. 7º §§ 1º e 2º do Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, é constituída por três membros titulares, três suplentes e um Secretário Executivo. A atuação da Comissão é regida, principalmente, pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, e pela Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008, da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, e consiste em orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura. A Comissão pode ser acionada presencialmente ou por endereço de e-mail próprio (etica@enap.gov.br). Uma das principais contribuições da Comissão de Ética para a Enap está relacionada ao trabalho de promoção da ética pública, especialmente por meio de ações de comunicação, educação e aconselhamento, que objetiva evitar desvios de comportamento ético dos servidores, bem como prevenir o afastamento das finalidades da Escola.

O **Comitê de Segurança da Informação e Comunicação (CSIC)** foi instituído pela Portaria nº 157, de 27 de maio de 2016, com as seguintes competências: Assessorar na implementação das ações de segurança da informação e comunicações; Propor normas e procedimentos relativos à segurança da informação e comunicações, em conformidade com a legislação e regulamentação interna sobre o tema; Constituir grupos de trabalho para tratar temas e propor soluções específicas sobre segurança da informação e comunicações; e Promover a melhoria contínua nos processos e controles de SIC. O CSIC também poderá promover convocação de servidores para colaborar no desenvolvimento dos trabalhos.

Ao **Comitê Gestor do Sistema de Gestão Acadêmica**, instituído pela Portaria nº 154, de 27 de maio de 2016, compete: i - Participar de todas as reuniões de decisão do projeto previstos no cronograma ou quando convocadas pelo GT; ii - Aprovar as decisões do projeto: deve, a partir das informações apresentadas pelo GT do projeto, avaliar a situação do projeto e sua capacidade de avançar para a próxima fase do seu ciclo de vida (a avaliação dá-se de forma qualitativa, sempre medindo o benefício de prosseguir com o projeto em relação aos riscos apresentados); iii - Prover suporte para resolução de desvios: o CG deve avaliar os desvios e as estratégias de resolução apresentadas pelo GT e prover suporte para a sua implementação, seja por meio de recursos humanos, financeiros ou da integração de áreas envolvidas, ou escalando os problemas para as instâncias superiores das entidades interessadas; iv - Aprovar mudanças nos compromissos do projeto: o CG possui a autoridade de, a partir da avaliação dos impactos sobre o projeto, aprovar ou reprovar mudanças sugeridas, que podem envolver escopo, prazo, custos, alocação de recursos, entre outros aspectos do planejamento; v - Garantir a alocação dos recursos: o CG deve se comprometer em alocar os recursos necessários para o projeto, conforme requisitados e acordados com o GT; vi - Realizar a gestão do SGA em seus aspectos técnicos, procedimentais e normativos na Enap.

O **Comitê de Desenvolvimento de Pessoas (CDP)** foi instituído com a finalidade de conduzir o processo de seleção de servidores da Escola inscritos no Programa Incentivo Educacional à Pós-Graduação, entre outros.

O **Comitê de Gênero** da Enap foi criado em 2017 com o objetivo de promover capacitação orientada para o tema da igualdade de gênero por meio de cursos, rodas de conversas, seminários e outras atividades.

O **Comitê de Inclusão** da Enap foi constituído em 2016 com a finalidade de instituir na Escola medidas de inclusão, tais como sugerir a capacitação dos servidores na temática da inclusão de pessoas com deficiência, reserva de vagas para estagiários com deficiência, e a aplicação das normas de acessibilidade arquitetônica nas reformas do prédio central. O Comitê contribuiu também para a instituição, em 2017, do Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência da Enap.

3.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados

De acordo com o Artigo 3º, inciso IV, do Estatuto da Enap, Decreto nº 8.902, de 10 de novembro de 2016, são órgãos colegiados da Enap o Conselho Diretor e o Conselho Consultivo, ambos já detalhados no tópico anterior sobre estruturas de governança.

3.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna (Audin) da Enap está sob orientação normativa e supervisão técnica do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme previsto no Artigo 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.

O Decreto nº 8.902, de 10 de novembro de 2016, que aprovou o Estatuto da Enap, posiciona a Audin como órgão seccional da entidade. O Artigo 9º do referido Decreto descreve as competências:

- Verificar a conformidade, com as normas vigentes, dos atos de gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos e operacionais;
- Planejar e executar auditorias preventivas e corretivas;
- Acompanhar a execução física e financeira e os resultados obtidos na aplicação dos recursos; e
- Prestar informações e acompanhar solicitações oriundas dos órgãos de controle interno e externo.

O Regimento Interno, aprovado por meio da Resolução nº 10, de 6 de março de 2017, atualizou e modernizou as competências da AUDIN, ao inserir o Parágrafo Único ao Art. 9º, com a seguinte redação:

Para o desempenho de suas competências, poderá a Auditoria Interna orientar tecnicamente as atividades de controle interno, correição, transparência e ouvidoria, bem como avaliar e propor melhorias nos processos de gerenciamento de riscos, de integridade e de governança.

Para a consecução de suas competências a Audin elaborou o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) para o ano de 2017, conforme Instrução Normativa (IN) nº 24 da CGU, de 17 de novembro de 2015. Foram previstas 11 (onze) ações que buscavam atuar em questões balizares, tanto internamente, voltadas para a própria unidade, no sentido de sistematizar seus processos, normatizar sua atuação e divulgar suas competências; como externamente, voltadas para

a Enap, que possibilitassem o conhecimento da instituição e o mapeamento do ambiente de controle.

Ainda, foram previstas ações de caráter ordinário, no sentido de comporem as atribuições básicas de uma Auditoria Interna e/ou serem frutos de determinações legais, como o acompanhamento das recomendações e determinações dos órgãos de controle, bem como o assessoramento em assuntos afetos às competências da Audin. Registra-se que o prazo consignado para o PAINT foi de abril a dezembro de 2017, dado que o novo Auditor-Chefe começou suas atividades na Enap em março de 2017.

De maneira geral verificaram-se avanços significativos, em menor ou maior grau, em todas as ações previstas no PAINT. Pode-se afirmar que bases sólidas para o fortalecimento da Auditoria Interna da Enap começaram a ser construídas, a começar pelo incremento nos recursos humanos destinados para a unidade, que na atualidade é formada pelo Auditor-Chefe, 2 (dois) servidores da própria instituição atuando na área finalística e 1 (um) terceirizado na área de apoio.

Ainda em relação a estruturação da própria unidade, definiu-se o mapa estratégico e houve o mapeamento do fluxo operacional. Também está em andamento a elaboração do Estatuto, uma exigência trazida pela Portaria n° 2.737 da CGU, de 20 de dezembro de 2017, e que já estará alinhado com os novos normativos expedidos pela CGU sobre o tema, notadamente a Instrução Normativa n° 3, de 9 de junho de 2017, que aprovou o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.

Houve um incremento no conhecimento do ambiente de atuação da Enap, fundamental para a atuação da Audin, com a elaboração de levantamentos dos gastos dos últimos anos, dos normativos que impactam diretamente a atuação da fundação e pela análise de documentos como o Planejamento Estratégico, visando delimitar quais os produtos e serviços estão sendo entregues, seu valor dentro instituição e para a sociedade.

Para fortalecer o ambiente de controle da escola a Audin optou por focar inicialmente seus esforços na temática da transparência, tanto passiva como ativa, tendo destaque como resultados a correta designação da autoridade de monitoramento da Lei de Acesso à Informação e a regulamentação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que passou a contar com a orientação técnica direta da unidade de Auditoria Interna.

Em relação a gestão de riscos, a Audin definiu metodologia própria para análise dos 5 (cinco) macroprocessos finalísticos da escola, com base em critérios associados a materialidade, relevância e criticidade, com o objetivo de, entre outros, melhor definir o escopo de atuação da unidade. O macroprocesso “Gestão Acadêmica” foi o que apresentou maior risco, com índice de 3,93, o que representa 34%, sendo que o processo “Planejar evento de aprendizagem” entrou no escopo para avaliação.

3.4 Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos

Não houve na Enap, no exercício de 2017, instauração de processos para apuração de irregularidades cometidas por servidores públicos e nem a consequente aplicação de penalidades. Além disso, não existe nesta UPC área especializada na matéria correicional. Contudo, caso seja necessária a apuração de ilícitos administrativos pela Escola, com base no Artigo 62, inciso XV, do seu Regimento Interno, compete ao Presidente da Enap “instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares, designar os membros das comissões de sindicância e de inquérito administrativo e proceder aos julgamentos”.

3.5 Gestão de riscos e controles internos

Inicialmente consigna-se que a Enap ainda não possui, em sua integralidade, uma gestão de riscos de riscos e de controles internos implementada, nos termos da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n° 01/2016, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, e mais recentemente do Decreto n° 9.203/2017, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal, autárquica e fundacional.

Porém há iniciativas em curso pela Auditoria Interna (Audin) com este objetivo, a começar pelo mapeamento dos riscos associados ao ambiente de controle da escola em suas 4 (quatro) macro funções essenciais – controle, transparência, ouvidoria e transparência, com a análise do impacto e da probabilidade associados, graduando o risco em elevado, moderado e baixo. Este trabalho acabou por demonstrar a necessidade da priorização da temática transparência em 2017 e de controle e ouvidoria para 2018.

Ainda, foram avaliados os 5 (cinco) macroprocessos finalísticos da escola, baseado nos critérios de criticidade (maturidade da área, envolvimento de áreas e necessidade de insumos), relevância (alinhamento estratégico, magnitude do portfólio e número de parcerias ponderado) e materialidade (volume de oferta, indicadores de desempenho e volume de demanda). Ao final o macroprocesso “Gestão Acadêmica” apresentou o maior risco associado, sendo assim objeto de priorização pela Audin para 2018.

Por fim, está em andamento os estudos visando a criação do Comitê de Governança, Riscos e Controle da Enap, com vistas a institucionalizar a implementação e a manutenção de processos, estruturas e mecanismos adequados aos princípios e diretrizes relacionados a gestão de riscos e controles internos, entre outros temas correlatos.

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão de Pessoas

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 9 - Força de trabalho

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	241	241	31	26
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	241	241	31	26
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	142	142	03	10
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	46	46	12	09
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	00	00	00	00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	53	53	16	07
2. Servidores com Contratos Temporários	00	00	00	00
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	08	08	02	04
4. Total de Servidores (1+2+3)	249	249	33	30

Fonte: SIAPE

Quadro 10 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Area Meio	Area Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	103	138
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	103	138
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	74	68
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	11	35
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	00	00
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	18	35
2. Servidores com Contratos Temporários	00	00
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	03	05
4. Total de Servidores (1+2+3)	106	143

Fonte: SIAPE

Quadro 11 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	59	58	19	14
1.1. Cargos Natureza Especial	00	00	00	00
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	59	58	19	14
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	17	17	03	00
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	12	12	05	03

1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	21	21	08	06
1.2.4. Sem Vínculo	08	08	03	05
1.2.5. Aposentados	00	00	00	00
2. Funções Gratificadas	32	32	04	03
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	32	32	04	03
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	00	00	00	00
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	00	00	00	00
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	91	90	23	17

Fonte: SIAPE

Análise Crítica

Os três quadros apresentados demonstram as movimentações de pessoal registradas no transcorrer do exercício de 2017, levando-se em consideração as entradas e saídas de servidores.

Em 31 de dezembro de 2017, a Enap contava com 249 servidores, de diversos vínculos com a Administração Pública Federal. Desses, 07 servidores estão cedidos para outros órgãos. Para cumprir com sua missão institucional, a Escola conta também com a colaboração de servidores requisitados de outros órgãos e servidores sem vínculo. Ressalta-se que cerca de 36,54% da força de trabalho da Enap tem mais de 51 anos, estando próxima de completar os requisitos para solicitação de aposentadoria, o que nos leva à necessidade de operacionalizar um planejamento estratégico de gestão de pessoas, prevendo e trabalhando no sentido de obter autorização para futuras contratações, a fim de suprir suas demandas institucionais, e institucionalizando a gestão da sucessão, garantindo o repasse de informações essenciais e formando novos gestores.

4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Em 31 de dezembro de 2017, a Enap contava com uma força de trabalho nominal de 249 servidores de diversos vínculos. Desse total, 07 servidores estavam cedidos.

Cumpre-nos ressaltar que, para suprir a lacuna no quadro próprio, a Escola conta com a colaboração de servidores requisitados e sem vínculo que, em vista do vínculo precário que estabelecem, acabam por intensificar a alta rotatividade de servidores e a evasão do conhecimento adquirido.

A Enap contava, em 31/12/2017, com 141 servidores do quadro próprio, sendo que, desses, cerca de 52% possui faixa etária acima dos 51 anos de idade, o que representa uma enorme parcela de servidores em vias de cumprimento de requisitos para solicitar a aposentadoria, sem perspectiva imediata de reposição.

Diante disso, já está sendo feito levantamento de necessidades de gestão de pessoas e temos tentado novas pautas com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão no intuito de realizar novos concursos, ainda que o cenário econômico não nos seja favorável.

Além disso, há a intenção de apresentar uma proposta de nova carreira para os servidores do quadro da Enap, com vistas à valorização e fortalecimento da instituição e a consequente retenção de bons profissionais no quadro.

No que concerne aos afastamentos prejudiciais ao desenvolvimento das atividades institucionais, abaixo apresentamos um quadro construído com base nos dados da Rede Sistema Integrado de Assistência à Saúde do Servidor (SIASS), que demonstra a redução da força de trabalho, gerando, em casos específicos, a necessidade de redistribuição das atividades diárias, considerando o quantitativo de servidores da Escola.

Quantitativo de afastamentos para tratamento de saúde por trimestre				
Janeiro a março	Abril a junho	Julho a setembro	Outubro a Dezembro	Total
75	76	78	63	292

Fonte: SIASS

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

A Enap possui contratos de terceirização de mão de obra para a prestação de serviços de limpeza, vigilância armada, condução de veículos automotivos, recepcionistas, copeiragem, agente de portaria, manutenção predial e manutenção de ar condicionado.

Quadro 13 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação de Administração						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Prestação de serviços de condução de veículos automotores para dispor de 05 (cinco) postos de trabalho de motorista executivo, visando suprir as necessidades da Escola Nacional de Administração Pública, no que tange ao transporte de autoridades, servidores em geral e transporte de documentos, em veículos oficiais de propriedade da CONTRATANTE.	WR- CNPJ: 06093.637/0001-17	2012	2017	Nível médio	E
2015	Prestação de serviços de vigilância armada e desarmada tendo em vista garantir a segurança nas instalações da Enap	AC Segurança LTDA EPP - CNPJ nº 09.459.901/0001-10	21/08/2015	22/08/2018		P
2015	Prestação de serviços de apoio administrativo, por meio de recepcionista	LIMA E SILVA SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA. – ME, inscrita no CNPJ/MF nº 20.204.491/0001-08	28/08/2015	10/09/2018	Médio	P
2015	Contratação de serviços de copeiragem por empresa especializada, com fornecimento de mão de obra, executados de forma continuada nas dependências da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.	Premiere Consultoria e Terceirização de serviços Ltda ME – CNPJ: 01.558.672/0001-22	05/01/2015	12/04/2017	Médio/Fundamental	E
2014	Contratação de empresa especializada em serviços de limpeza, asseio, conservação e jardinagem, camareiro(a) e de carregador de móveis, nas áreas da ENAP. com fornecimento de toda a mão de obra. materiais e equipamentos, em regime de execução indireta por empreitada por preço global, conforme especificações e quantidades constantes do ANEXO I do Edital.	APECÊ Serviços Gerais LTDA - CNPJ nº 00.087.163/0001-53	13/01/2014	13/01/2019	Fundamental	P
2017	Contratação de serviços de condução de veículos automotores para trabalho de motorista, visando suprir as necessidades da Escola Nacional de Administração Pública, conforme condições e especificações constantes neste	LIMA E SILVA SERVIÇOS E TRANSPORTE LTDA - ME , inscrita no CNPJ/MF	09/07/2017	09/07/2018	Médio	A

	Termo de Referência, seus anexos e legislação correlata.	nº 20.204.491/0001-08				
2017	Contratação de serviços de copeiragem (copeira, garçom e carregador), com fornecimento de todo material necessário à prestação dos serviços, para atender as necessidades da Escola Nacional de Administração Pública - Enap, nas condições e especificações descritas neste instrumento e em todos os seus anexos.	SOUSA & SILVA SUPERA SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF nº 15.797.9330001-29	12/04/2017	12/04/2018	Fundamental/médio	A
2017	Contratação de serviços terceirizados, na forma de execução indireta, para atender às demandas administrativas e operacionais/auxiliares de natureza complementar e acessórias da Escola Nacional de Administração Pública - Enap, conforme condições e especificações constantes neste instrumento, seu anexo e legislação correlata.	NOVA ESPERANÇA CONSERVADORA E ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.042.487/0001-48	04/01/2017	17/06/2017	Médio/Superior	E
2017	Contratação de remanescente para prestação de serviços terceirizados, na forma de execução indireta, para atender às demandas administrativas e operacionais/auxiliares de natureza complementar e acessórias da Escola Nacional de Administração Pública - Enap, conforme condições e especificações constantes neste instrumento, seu anexo e legislação correlata.	DEFENDER CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.370.244/0001-30	17/07/2017	04/01/2019	Médio/Superior	P

Contratação de estagiários

A Escola possui o Programa de Estágio, cujas ações foram sistematizadas a partir de 2014, contemplando diretrizes, orientações técnicas, manual do estagiário e projeto de ambientação, com o objetivo principal de incorporar valor à formação profissional dos estagiários, que agregam novas práticas, inovação e conhecimento acadêmico para Escola.

O mencionado Programa tem como principais fundamentos legais a Lei nº 11.788/2008 e a Orientação Normativa nº 02, de 24 de junho de 2016, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, onde são estabelecidas orientações para aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública, destacando-se as responsabilidades dos supervisores e estagiários, cálculo do quantitativo de vagas, recrutamento, forma de ingresso e permanência no Programa, entre outros.

A Escola mantém o contrato administrativo nº 15/2014, desde setembro de 2014, com a empresa Agência de Integração Empresa Escola Ltda. (Agiel) que presta serviço de integração entre as instituições de ensino intermediário e superior e a Enap e administra o Programa de Estágio não obrigatório para estudantes.

A seguir serão apresentados os números referentes à distribuição de vagas entre as áreas meio e fim e as despesas com o Programa em 2017, ressaltando-se que não houve variação no quantitativo de vagas de estágio por ser definido nos termos dos normativos anteriormente citados e por estar previsto em contrato administrativo.

Quadro 14 – Distribuição de vagas

Distribuição das vagas de estagiários de nível superior entre áreas meio e fim Estagiários de Nível Superior		Execução Orçamentária Estagiários (a)	Execução orçamentária Agente de Integração – Agência de Estágio (AGIEL) (b)	Execução Total Estagiários (a+b)
Área fim	27	R\$ 299.888,76	R\$ 31.158,27	R\$ 331.047,03
Área meio	15			
Total	42			

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGPES)

4.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

4.2.1 Gestão da Frota de Veículos

A frota de veículos da Enap é fundamental para suas atividades externas, no transporte de servidores e de material. A constituição e a forma de utilização da frota de veículos são pautadas pelo Decreto nº 8.541, de 13 de outubro de 2015, e pela Instrução Normativa da SLTI/MP nº 3, de 15 de maio de 2008.

Cabe ressaltar que a escola não contrata frota de veículos automotores de terceiros. Devido ao fato de possuir quantidade otimizada de veículos para atendimento das demandas, a locação se torna economicamente inviável, razão pela qual se escolheu a aquisição em detrimento da locação.

A quantidade atual de veículos em uso pela Escola é a seguinte:

- ✓ grupo III: um veículo de transporte institucional – transporte de autoridade em serviço;
- ✓ grupo IV: treze veículos de serviços comuns, sendo:
 - dez veículos de transporte de pessoal;
 - um veículo de transporte carga leve;

- dois veículos de transporte coletivo.

A idade média da frota é de 9 anos para o veículo do Grupo III e de 8,07 anos para os veículos do Grupo IV. A quantidade quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação acima é a seguinte:

- ✓ grupo III – 13.802 km anual;
- ✓ grupo IV – média de 5.023,33 km anual.

Os custos associados à manutenção da frota consistem em:

- ✓ Combustíveis: R\$ 37.347,77
- ✓ Manutenção preventiva e corretiva: R\$ 21.152,76
- ✓ Seguro obrigatório: R\$ 2.233,53
- ✓ Seguro total: R\$ 7.395,83
- ✓ Sobre a estrutura de controles, para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, a Enap dispõe do Sistema Frotas, que permite a solicitação de veículos via intranet e de planilhas mensais para consolidar as informações. Contudo, o referido Sistema encontra-se em desenvolvimento para uma melhor gestão do serviço de transporte.

4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A destinação de veículos inservíveis, de propriedade da Enap, segue as orientações e determinações do Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990.

4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

A Enap não é gestora de bens imóveis classificados como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locados de terceiros. A Enap possui três imóveis, sendo um imóvel o local onde funciona a sede da Escola. Outros dois, são imóveis de propriedade da Enap e estão sendo geridos de acordo com o que disciplina os artigos 4º e 17 do Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993.

Os imóveis funcionais relacionados no tópico “Imóveis funcionais sob responsabilidade da UPC” também são de propriedade da Enap e são geridos conforme orienta o Decreto nº 980/1993. Esses imóveis estão ocupados regularmente, de acordo com o que disciplina a Resolução Enap nº 02, de 24 de fevereiro de 2011.

Não há bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União em decorrência da existência de algum impedimento para regularização.

Para os três imóveis relacionados, a estrutura de controle e de gestão do patrimônio é adequada e a manutenção devida é realizada regularmente. Mensalmente as taxas são recolhidas, conforme orienta a legislação, e a vistoria é feita a cada troca de ocupante ou, se necessário for, por demanda do ocupante ou do condomínio.

Os registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) obedecem aos critérios de qualidade e completude, bem como os registros contábeis referentes aos três imóveis.

4.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas

Não há bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União em decorrência da existência de algum impedimento para regularização.

Os registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) obedecem aos critérios de qualidade e completude, bem como os registros contábeis referentes aos três imóveis.

A Enap cede espaço físico para as seguintes entidades privadas:

- Banco do Brasil, para ocupação com um posto de atendimento eletrônico (PAE), um terminal de autoatendimento e um posto de atendimento bancário (PAB). Contudo, a ocupação do local encontra-se em processo de entrega à Enap.
- Comercial Munique de Alimentos Ltda., por meio de concessão de área para exploração do serviço de lanchonete e restaurante - tem como objetivo apoiar a Escola no desempenho de suas atividades administrativas e de ensino, por intermédio da oferta de lanches e refeições nas melhores condições possíveis quanto ao preço e à qualidade, em suas instalações. A partir de 30 de agosto de 2017, a concessão de área para exploração do serviço de lanchonete e restaurante foi celebrada junto à empresa Cozinha do Mundo Buffet LTDA.
- Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial (Cetefe): O Acordo de Cooperação objetiva implementar e realizar atividades nas áreas de cultura, educação, saúde, esporte, reabilitação, estimulação funcional corporal, acessibilidade, trabalho e lazer, mediante a realização de eventos, cursos e múltiplas atividades, na instalação da Enap, de forma gratuita e planejada, direcionadas aos servidores, seus dependentes e terceirizados, mediante o Plano de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT), bem como às pessoas com deficiência, núcleo familiar, profissionais, convidados, entidades parceiras dos programas sociais do Cetefe e às pessoas ou entidades autorizadas pela Escola.
- Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso): cessão de uso, em caráter precário, de uma sala administrativa para atuação em projetos, programas e eventos abrangidos pelo Protocolo de Intenções firmado com a Enap.

4.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

A Enap não possui qualquer contrato de locação de imóvel.

4.3 Gestão da Tecnologia da Informação

4.3.1 Principais sistemas de informação

Quadro 15 - Principais sistemas de informação

Nome Sistema (Sigla)	Descrição ou Objetivo	Principais Funcionalidades	Responsável Técnico	Total em Desenvolvimento (R\$)	Total em Sustentação (R\$)	Total Anual (R\$)
Portal Internet Enap	Portal institucional da Enap para internet.	- Publicação de notícias e informações institucionais; - Cadastro de Alunos; - Divulgação de informações sobre os cursos; - Inscrições nos cursos; - Histórico escolar.	Sergio Soares da Silva	38.772,00	98.568,96	137.340,96
Portal Intranet	Portal institucional da Enap para a intranet.	- Publicação de notícias e informações institucionais;	Sergio Soares da Silva	0,00	26.540,80	26.540,80
Portal Biblioteca Enap	Portal da Biblioteca Graciliano Ramos.	- Cadastro de Usuários; - Publicação de notícias e informações sobre livros do acervo.	Sergio Soares da Silva	19.924,50	41.017,60	60.942,10
Sistema Eletrônico de Informação (SEI)	Sistema de processo eletrônico da Enap.	- Gerenciar processo eletrônicos; - Gerenciar documentos eletrônicos; - Assinaturas eletrônica.	Sergio Soares da Silva	0,00	167.443,20	167.443,20
Webcef	Sistema de gestão acadêmica da Enap.	- Gerenciar cursos; - Gerenciar turmas; - Gerenciar inscrições e matrículas; - Emissão de certificados.	Luis Octávio Jorge de Vasconcelos Lima	5.097,45	140.637,60	145.735,05
Hospedagem Enap	Sistema de reservas de quartos e hospedagem da Enap.	- Gerenciar quartos; - Cadastro de usuários; - Gerenciar reservas; - Gerenciar check in; - Gerenciar check out.	Sergio Soares da Silva	19.614,60	22.103,40	41.718,00
AvaliEnap	Sistema de avaliação de desempenho profissional dos servidores da Enap.	- Gerenciar avaliações; - Gerenciar avaliadores; - Gerenciar avaliados.	Regina Celia Zanella Pires de Oliveira	101.089,65		142.216,05
Inscrições Enap	Sistema de inscrições para processos seletivos da Enap.	- Cadastro de usuários; - Gerenciar processos seletivos; - Emissão de boletos para pagamentos.	Sergio Soares da Silva	10.847,70	7.038,00	17.885,70
Suap – Gestão de Pessoas	Sistema de gestão de pessoas.	- Gerenciar servidores; - Gerenciar unidades e setores; - Relatórios gerais; - Ponto.	Regina Celia Zanella Pires de Oliveira	215.277,51	R\$ 0,00	215.277,51
Suap - Educacional	Sistema de gestão educacional que substituirá o atual Webcef.	- Gerenciar cursos; - Gerenciar turmas; - Gerenciar alunos; - Gerenciar professores; - Relatórios gerais.	Luis Octávio Jorge de Vasconcelos Lima	215.277,51	119.054,40	334.331,91

4.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O PDTI 2016-2017 abrange todas as necessidades de tecnologia da informação da Enap, além do conteúdo tático, também contém elementos estratégicos, típicos de um Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), foi elaborado por solicitação do Comitê de Tecnologia da Informação da Enap, sob a liderança da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) e a participação ativa de membros de todas as diretorias e assessorias da Escola. Foi aprovado pelo Comitê de TI (CTI) em 14/04/2016 e publicado por meio da Portaria nº 116, de 02 de maio de 2016. As demandas levantadas estão alinhadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019 adotadas pela Escola como norteadora de suas ações. O PDTI 2016-2017 está disponibilizado no Portal da Enap, no link:

<http://www.enap.gov.br/pt/web/pt-br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacoes-tic->

Em 21/12/2017 foi realizado a 8ª Reunião Extraordinária do CTI, que deliberou por unanimidade pela prorrogação do atual PDTI (2016/2017) pelo prazo de 180 dias, contados a partir da data final de sua vigência. Então por meio da Portaria 411 de 26/12/2017 foi formalizado a extensão da vigência do PDTI pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias) e foi instituído o processo administrativo (SEI nº 04600.000014/2018-52) com a composição de Grupo de Trabalho por meio da Portaria nº 31 de 29/01/2018, com representantes de todas as diretorias e presidência da Enap, para elaboração do novo PDTIC 2018-2019 (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação), em conformidade com o Guia de Elaboração de PDTIC do SISP versão 2.0 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A primeira reunião ordinária do Grupo de Trabalho foi realizada em 29/01/2018 onde foi apresentado o processo de elaboração do PDTIC, o formulário de levantamento de necessidades e a minuta do Plano de Trabalho.

A análise e o levantamento de execução do PDTI no ano de 2017 está sendo elaborado pelo Grupo de Trabalho e será uma seção dentro do PDTIC 2018-2019.

Segue abaixo o cronograma previsto de elaboração do PDTIC 2018-2019, constante no Plano de Trabalho já aprovado pelo CTI:

Fase: Diagnóstico				
Atividade	Início	Término	Duração (dias úteis)	Responsável
Convocar reunião CTI	22/12/2017	22/12/2017	01	DGI
Encaminhar memorando circular solicitando indicação de integrante planejamento do PDTIC	05/01/2018	24/01/2018	24	DGI e CGTI
Publicar Equipe de planejamento do PDTIC 2018-2019	29/01/2018	29/01/2018	1	DGI
Elaborar o Plano de Trabalho	29/01/2018	09/02/2018	10	Equipe de Elaboração do PDTI
2.1 Analisar resultados do PDTI anterior	29/01/18	27/02/18	20	Equipe de Elaboração do PDTI
2.2 Analisar o referencial estratégico de TI	30/01/18	09/02/18	9	Equipe da CGTI
2.3 Analisar a organização da TI	30/01/18	09/02/18	9	Equipe da CGTI
2.4 Realizar Análise SWOT da TI	30/01/18	09/02/18	9	Equipe da CGTI
2.5 Estimar a capacidade da execução da TI	30/01/18	09/02/18	9	Equipe da CGTI
2.6 Planejar o levantamento das necessidades	29/01/18	09/02/18	10	Equipe de Elaboração do PDTI
2.7 Identificar necessidades de Informação	29/01/18	09/02/18	10	Equipe de Elaboração do PDTI
2.8 Identificar necessidades de Serviços	29/01/18	09/02/18	10	Equipe de Elaboração do PDTI
2.9 Identificar necessidades de Infraestrutura	29/01/18	09/02/18	10	Equipe de Elaboração do PDTI
2.10 Identificar necessidades de Contratação	29/01/18	09/02/18	10	Equipe de Elaboração do PDTI
2.11 Identificar necessidades de Pessoal	30/01/18	09/02/18	9	Equipe da CGTI
2.12 Consolidar o Inventário de Necessidades	15/02/18	16/02/18	2	Equipe de Elaboração do PDTI
2.13 Alinhar as necessidades de TI às estratégias da org.;	19/02/18	19/02/18	1	Equipe de Elaboração do PDTI
2ª Reunião Ordinária da Equipe de Planejamento PDTIC	20/02/18	20/02/18	1	Equipe de Elaboração do PDTI
2.14 Aprovar o Inventário de Necessidades. Reunião Extraordinária do CTI	20/02/18	20/02/18	1	Comitê de TI
Fase: Planejamento				
Atividade	Início	Término	Duração (dias úteis)	Responsável
3.1 Atualizar critérios de priorização	21/02/18	21/02/18	1	Equipe de Elaboração do PDTI
3.2 Priorizar as necessidades inventariadas	22/02/18	23/02/18	2	Equipe de Elaboração do PDTI
3.3 Definir metas e ações	26/02/18	16/03/18	15	Equipe de Elaboração do PDTI
3.4 Planejar ações de pessoal	08/03/18	09/03/18	2	Equipe da CGTI
3.5 Planejar orçamento das ações do PDTIC	19/03/18	23/03/18	5	Equipe de Elaboração do PDTI

3.6 Identificar os fatores críticos de sucesso	08/03/18	08/03/18	1	Equipe de Elaboração do PDTI
3.7 Planejar o gerenciamento de riscos	26/02/18	16/03/18	15	Equipe de Elaboração do PDTI
3.8 Consolidar a Minuta do PDTIC	05/03/18	23/03/18	15	Equipe de Elaboração do PDTI
3.9 Aprovar a Minuta do PDTIC	26/03/18	26/03/18	1	Comitê de TI
3.10 Diagramação do PDTIC	26/03/18	29/03/18	4	ASCOM
3.11 Publicar o PDTIC	02/04/18	02/04/18	1	Autoridade Máxima

4.3.2.1 Comitê Gestor de TI

O Comitê de Tecnologia da Informação foi instituído pela Portaria nº 135, de 24 de setembro de 2009. Sua atual composição foi definida no ano de 2016, através da Portaria nº 273, de 06 de setembro de 2016, com caráter **deliberativo**, objetivando a promoção do alinhamento da área de Tecnologia da Informação com as áreas de negócio, em consonância com Estratégia de Governança Digital (EGD).

Composição do CTI:

O Comitê de Tecnologia da Informação será composto pelos seguintes membros:

I - Representante da Presidência da Enap;

II - Representante da Diretoria de Formação Profissional e Especialização (DFPE);

III - Representante da Diretoria de Educação Continuada (DEC);

IV - Representante da Coordenação-Geral da Educação a Distância (CGEAD);

V - Representante da Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação Stricto Sensu (DPPG);

VI - Representante da Diretoria de Inovação e Gestão do Conhecimento (DIGC);

VII - Representante da Diretoria de Gestão Interna (DGI).

Reunião do Comitê de TI em 2017		
Data	Categoria	Pauta
21/12/2017	Extraordinária	- Prorrogação da vigência do PDTI 2016/2017, - Início dos trabalhos de elaboração do PDTIC 2018/2019

4.3.2.2 Quantitativo de pessoas na força de trabalho de TI em 2017

Quadro 16 - Quantitativo de pessoas na força de trabalho de TI

Área	Papéis	Quantitativo de pessoal em 2017				
		Efetivos	Temporários	Cedidos	Estagiário	Subtotal
DIG - Divisão de Infraestrutura e Governança	Integrante/Fiscal Técnico de Contratos de TI Apoio ao CTI/PDTIC	1	0	2	0	3
DS - Divisão de Sistemas	Integrante/Fiscal Técnico de Contratos de TI / Gerente de Projetos	0	0	3	2	5
Chefia, Secretaria e Apoio administrativo	Chefe Apoio administrativo	0	0	3	1	4
TOTAL		1	0	8	3	12

4.3.2.3 Plano de Capacitação - Cursos realizados em 2017

Quadro 17 – Cursos realizados pela equipe de TI

Curso	Categoria	Qtd Servidores Capacitados
Inglês instrumental	Idiomas escrita	1
Programa de competências Diretivas Genéricas – Desenvolvimento de Lideranças aplicando ferramentas do Coaching Ontológico Organizacional	Liderança	1
Gerência de Projetos (Teoria e Prática)	Elaboração e gerenciamento de projetos	2
Semana de Análise de Ponto de Função	Tecnologia e Inovação	2
Seminário Desafios para Implantação da Estratégia de Governança Digital	Tecnologia e Inovação	1
Engenharia de Requisito Software Orientado ao Negócio em Brasília	Tecnologia e Inovação	2
TOTAL		9

4.3.2.4 Projetos de TI desenvolvidos no período

Quadro 18 – Projetos de TI desenvolvidos

Seq	Necessidade	Descrição	Eixo	Situação da demanda
1	Aquisição Storage	01 storage com gavetas	Infraestrutura	Concluída
2	Aquisição de Switches SAN para Datacenter	02 switches SAN	Infraestrutura	Aguardando entrega de equipamentos
3	Contratação de Suporte Firewall	Serviço de suporte ao firewall	Infraestrutura	Concluída
4	Serviços de Suporte de TI	Serviço de suporte a infraestrutura (atendimento, rede e banco de dados)	Infraestrutura	Concluída
5	Modernização de Estações de Trabalho	Aquisição de 81 desktop	Infraestrutura	Concluída
6	Modernização de Datacenter (Servidores de Rack)	02 servidores de rack	Infraestrutura	Aguardando entrega de equipamentos
7	Expansão da Capacidade de Virtualização	08 licenças VMWare	Infraestrutura	Concluída
8	Aquisição de licenças do Griaule (Leitor Biométrico)	08 licenças	Infraestrutura	Concluída
9	Serviços de Suporte à Ativos (Storage e Switch SAN)	Serviço de suporte técnico com troca de peça	Infraestrutura	Concluída
10	Contratação e Atualização de Licenciamento Microsoft	Pacote Office 365, Windows Server e System Center	Infraestrutura	Em andamento
11	Contratação de manutenção preventiva e corretiva do datacenter	Serviço de suporte técnico com troca de peça	Infraestrutura	Em andamento
12	Contratação de suporte às Salas de Alta Performance	Serviço de suporte técnico por demanda	Infraestrutura	Em andamento
13	SUAP - Gestão de Pessoas	Sistema de gestão de pessoas.	Sistemas	Implantado o módulo de cadastro de pessoas, unidade e organização e está em fase de implantação o ponto eletrônico.
14	SUAP - Educacional	Sistema de gestão educacional que	Sistemas	Implantado para cursos de longa duração e em

		substituirá o atual Webcef.		fase de implantação para os cursos continuados e de curta duração.
15	Hospedagem - Alojamento	Desenvolvimento de Sistema de Alojamento.	Sistemas	Concluído
16	Desenvolvimento de novo Portal da Biblioteca	Reformular interface do portal da Biblioteca com integração a base de dados da Procast	Sistemas	Concluído

4.3.2.5 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

A Instrução Normativa nº 4, de 11 de setembro de 2015, estabelece que, durante a fase de planejamento das contratações e, conseqüentemente, na elaboração do documento denominado Estudo Técnico Preliminar, seja realizada a “definição dos mecanismos para continuidade do fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação em eventual interrupção contratual”. Assim, antes de qualquer contratação ser realizada, são concretizadas todas as etapas prévias de planejamento de acordo com a referida norma. Ou seja, são elencados os recursos materiais, humanos e tecnológicos necessários à continuidade do negócio, bem como são estabelecidas as atividades a realizar em caso de eventual transição ou encerramento contratual.

Adicionalmente, todas as atividades desenvolvidas pelos prestadores de serviço são documentadas nos sistemas internos de controle de demandas e incidentes. A título de informação, a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação utiliza as ferramentas *Redmine* e *CITSmart* para acompanhar a execução dos serviços demandados e, em todas as entregas, as atividades executadas são registradas e validadas pelos servidores da Escola. Ademais, a utilização das ferramentas citadas garante o compartilhamento de informações e a formação de base de conhecimento mitigando riscos de dependência em relação a pessoas e empresas.

4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Quadro 19 – Gestão ambiental e as licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		SIM	NÃO
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
1.	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano	http://www.enap.gov.br/web/pt-	

	pode ser acessado.	br//plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel	
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
1.	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.	http://www.ena.gov.br/web/pt-br//plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel	
Considerações Gerais			
Endereço na Intranet (Enap Net) onde as informações estão publicadas: http://enapnet.ena.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1836&Itemid=27			

Análise Crítica

A Enap possui um trabalho consolidado em Gestão Sustentável.

Comprometida com a agenda socioambiental e com a gestão transparente, a Enap possui, desde 2012, parceria com o Ministério do Meio Ambiente, por meio do Termo de Adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Em 2017, um novo Termo de Adesão à Agenda A3P foi assinado, com vigência por mais 5 anos, objetivando a continuação da política de sustentabilidade da instituição, a qual retrata preocupação com a adoção de ações sustentáveis no ambiente de trabalho, desde pequenas mudanças de hábito, até atitudes que geram economia, com base em cinco eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão adequada dos resíduos gerados, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação e licitações sustentáveis.

Desde 2014, a Enap possui adesão ao Projeto Esplanada Sustentável (PES) e, desde 2016, a Enap é cadastrada como órgão participante do ResSoa – Sistema de Monitoramento Socioambiental do Ministério do Meio Ambiente. Esses projetos têm por objetivo principal incentivar órgãos e instituições públicas federais a adotarem modelo de gestão organizacional e de processos estruturado na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na administração pública federal.

A Enap possui, desde 2012, Plano de Gestão de Logística Sustentável, que define objetivos e responsabilidades, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permitem estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos, em constante monitoramento pela Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), instituída pela Portaria nº 209, de 13 de julho de 2016.

O atual PLS 2016-2019, instrumento vinculado ao Plano Estratégico da Escola, tem como escopo orientar a gestão de recursos e eficiência do gasto público, considerando atributos de sustentabilidade, reduzindo custos e combatendo desperdícios, contribuindo, dessa forma, para o objetivo estratégico “priorizar o emprego de soluções sustentáveis”. Para mensurar o alcance desse objetivo, foi estabelecido o indicador “percentual de ações de caráter sustentável implementadas”, aferido conforme informativo do Enap Sustentável, calculado pela divisão das ações implementadas pelas ações previstas.

Os processos licitatórios realizados pela Escola observam Instrução Normativa 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento,

Desenvolvimento e Gestão (SLTI/MP), e o Decreto nº 7.746/2012 da Presidência da República, sendo exigido dos licitantes a apresentação de critérios de sustentabilidade ambiental em suas propostas, tais como a aplicação das regras de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.

Para a gestão ambiental dos resíduos, a Enap possui, desde 2012, Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Nacional de Águas (ANA) para realização de coleta conjunta e seletiva de resíduos recicláveis (papel, plástico, metais e vidros), para fins de doação à instituição sem fins lucrativos selecionada pela ANA, de forma a atender ao Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Para conscientização e sensibilização de seus servidores, a Enap realiza campanhas sobre a importância da coleta seletiva e doação do material reciclável para cooperativas de catadores. A implantação da coleta seletiva solidária tem mostrado resultados muito positivos: a doação mensal média é de cerca de 300kg de papel branco, papel misto, jornal, revistas e papelão, além de garrafas PET e embalagens Tetra Pak. Por meio da parceria com a ANA, os catadores juntam essa quantidade ao material coletado em outras instituições e os conseguem vender, melhorando sua condição econômica.

A Enap tem continuamente reduzido seu consumo de papel. Por meio do Sistema SEI, implantado desde 2015, os processos administrativos são autuados e tramitados integralmente na forma digital, dispensando-se a utilização de papéis e outros insumos para sua montagem e gestão. As impressoras são configuradas no padrão de impressão frente e verso, econômico e preto e branco e dispostas em sistema de ilhas de impressão, que proporciona um maior controle. Quando há utilização de papel, este é reaproveitado para confecção de blocos de rascunho ou é destinado para a coleta seletiva.

Por ser uma escola de governo, a Enap tem por finalidade promover, elaborar e executar programas de capacitação de recursos humanos para a administração pública federal, visando ao aumento da capacidade de governo na gestão das políticas públicas. Por meio de cursos, presenciais e a distância, seminários, fóruns, entre outros, a Enap capacita gerentes estratégicos e altos dirigentes do setor público. Vale ressaltar que, apenas no ano de 2017, a Enap realizou mais de 13 mil capacitações presenciais. Em virtude disso, a preocupação com o consumo de papel vai além daquela gerada com a administração dos processos internos, englobando também o gasto gerado com as apostilas ofertadas a seus alunos. Desde 2016, a Enap oferta de apostilas eletrônicas para os alunos dos cursos presenciais, ao invés de apostilas impressas, minimizando consideravelmente o gasto de papel.

Para minimizar o consumo de copos plásticos descartáveis pelos servidores, a Enap distribui anualmente canecas reutilizáveis, bem como incentiva seu uso por meio da Campanha *Enap Consumo Consciente*, que também trata de temas como consumo de energia, água, papel, qualidade de vida no trabalho, entre outros, de forma a estimular a reflexão sobre a responsabilidade socioambiental e a mudança de atitude no ambiente de trabalho.

Desde 2014 a Enap vem realizando a compostagem - processo biológico natural de decomposição e reciclagem da matéria orgânica, que tem como objetivo formar um composto que, quando aplicado ao solo, melhora suas características - por meio do reaproveitamento da borra de café e, dessa forma, reduzindo em quase 100% de seus gastos com adubo. Além da economia gerada, essa prática gera benefício ao meio ambiente, pois transforma e reaproveita matéria orgânica, evitando que este tipo de resíduo seja destinado ao lixão ou aterros sanitários. O café, por ser fonte de carbono e nitrogênio, é um ótimo fertilizante para a terra, pois torna o solo mais rico em nutrientes, contribuindo para o bom desenvolvimento das plantas, além de possuir ação protetora contra formigas e cupins.

Em parceria com o Programa Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT), o PLS 2016- 2019 trouxe de forma pioneira em março de 2017, a implantação do Projeto de Reciclagem de Bitucas na Enap, visando minimizar o impacto ambiental por meio do descarte adequado e reciclagem dos resíduos cigarro (lixo tóxico classe 1), bem como auxiliar na conscientização dos servidores e alunos da Enap quanto Educação Socioambiental e Controle do Tabagismo. A Escola recebe mensalmente o certificado de destinação e processamento adequado dos resíduos de cigarro, que tem como base a tecnologia desenvolvida na Universidade de Brasília (UNB), depositada junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) sob o nº PI0305004-1 em 06.10.2003, de titularidade exclusiva da Fundação Universidade de Brasília (FUB), denominada “Reaproveitamento de Fibras de Acetato de Celulose e Filtros de Cigarro para Obtenção de Celulose e Papel”. Nessa tecnologia, utiliza-se resíduos compostos por fibras de acetato de celulose para obtenção de massa de celulose, passível de ser usada na produção de papel e outros produtos. Para conscientizar e sensibilizar os servidores quanto ao tema, mudando seu comportamento, foram realizadas duas palestras ao longo do ano de 2017 sobre Reciclagem, Impacto Ambiental e Inovação Tecnológica e sobre Economia Circular e Sustentabilidade, além de Oficina de Encadernação, utilizando o papel reciclado de bitucas de cigarro.

Visando às mudanças de hábito, padrões de consumo e comportamento de todos os servidores, de forma a impactar diretamente na preservação dos recursos naturais e contribuir para a qualidade ambiental, a Enap tem constantemente realizado palestras, oficinas e campanhas, por meio de diferentes estratégias de comunicação. A campanha Enap Consumo Consciente aborda temas como consumo de energia, água, papel, qualidade de vida no trabalho, entre outros, de forma a estimular a reflexão sobre a responsabilidade socioambiental e a mudança de atitude no ambiente de trabalho.

Com relação ao uso sustentável de recursos de tecnologia da informação, o Plano de Trabalho do Comitê de Tecnologia da Informação estabelece, desde 2016, definições, conceitos e diretrizes no âmbito da Enap. Entre as diretrizes adotadas, estão a redução do consumo de materiais de escritório, a redução do consumo energético de equipamentos e a promoção da conscientização do uso sustentável dos recursos de TI. De acordo com o plano de trabalho, sempre que possível, os usuários e gestores devem adotar como recomendações a priorização da utilização de infraestrutura virtualizada de TI, a promoção da logística reversa e descarte adequado dos componentes de TI e a adequação das aquisições, visando respeitar as diretrizes da legislação vigente e as boas práticas em sustentabilidade.

Além das mencionadas acima, a Escola ainda realiza diferentes ações visando a racionalização dos recursos renováveis e de sustentabilidade ambiental, como energia solar para aquecimento das torneiras da pia do restaurante, sensores de presença em áreas de fluxo sazonal de pessoas, vistorias periódicas na rede elétrica e instalações hidráulicas, bem como o monitoramento do consumo para identificar possíveis gastos atípicos, substituição gradual das lâmpadas incandescentes e fluorescentes por iluminação tipo LED, conforme a necessidade de substituição, entre outras.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1. Canais de acesso do cidadão

Um dos principais canais de comunicação da Escola com o público externo é o **Portal da Enap**, que conta com uma plataforma mais moderna e interativa, a qual visa proporcionar o acesso a todos, independentemente da forma ou dispositivo de conexão. O portal segue o modelo de identidade digital padrão da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR) e atende às principais recomendações de acessibilidade. Também vale ressaltar a atuação da Enap nas mídias e redes sociais – *Facebook, Twitter, Instagram, Youtube* etc – por meio das quais o cidadão tem acesso às informações institucionais e organizacionais da Escola.

Com o advento da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI), a Enap instituiu o **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)**, responsável por receber e responder os pedidos de informação pública feitos com base na Lei. O serviço está disponível desde maio de 2012. Os pedidos podem ser feitos pelos seguintes meios:

- ✓ Formulário Eletrônico de Solicitação de Informação, disponível no Portal da Enap ou no endereço <http://www.acessoinformacao.gov.br/sistema>;
- ✓ Correspondência física, para o endereço: Setor de Áreas Isoladas Sul Área 2A - SIC Enap - Brasília (DF) - CEP: 706010-900; e
- ✓ Presencialmente, na própria sede da Enap.

De janeiro a dezembro de 2017, a Enap recebeu 55 pedidos de informação. Isso representa uma média mensal de 4,58 pedidos. O tempo médio de resposta pela Enap é de 13,31 dias para cada pedido. Com relação aos temas das solicitações, 45,45% se enquadravam na categoria Ciência, Informação e Comunicação – Informação – Gestão, Preservação e Acesso; e 10,91% na categoria Governo e Política – Administração Pública.

Gráfico 5 - Tipos de resposta por pedido



Existe também um canal de comunicação entre o cidadão e a Enap, disponível no Portal da Escola, denominado **Fale com a Enap**. Nesse canal o cidadão encaminha a sua solicitação, reclamação, dúvida ou sugestão, podendo direcionar a questão a uma área específica da Escola, a qual ficará responsável por respondê-la. A mensagem pode ser categorizada nos seguintes assuntos:

- ✓ Hospedagem;
- ✓ Biblioteca;
- ✓ Cursos a distância;
- ✓ Cursos presenciais;
- ✓ Especialização;
- ✓ Mestrado;
- ✓ Senhas e Cadastros;
- ✓ Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- ✓ Secretaria Escolar;
- ✓ Reserva de Salas; e
- ✓ Outros

A **Biblioteca da Enap** oferece, além do atendimento in loco, o serviço de atendimento a distância, que funciona da seguinte forma:

1. O usuário faz a pesquisa na base de dados (<http://biblioteca.enap.gov.br>) e escolhe o material de interesse (capítulos de livros e/ou artigos de periódicos) e envia a seleção por e-mail (biblioteca@enap.gov.br).
2. A equipe da biblioteca recebe a seleção, separa o material e faz o orçamento de envio para o usuário. O custo deste serviço é de R\$ 0,10 centavos por folha, em caso de xerox, mais despesas de envio pelo correio e, no caso de digitalização e envio por e-mail, a cópia é enviada gratuitamente para o usuário.
3. Se o usuário aceitar o orçamento, a equipe envia uma Guia de Recolhimento da União (GRU) para que o usuário faça o depósito e em seguida envie o comprovante de pagamento. Ao receber o comprovante, o material será fotocopiado ou digitalizado.

O serviço de atendimento a distância da Biblioteca realizou 225 atendimentos em 2017.

A Escola disponibiliza ainda um serviço de **Alojamento**, destinado a i) alunos e colaboradores eventuais e ii) servidores públicos. A inscrição no curso não garante utilização do alojamento. É necessário que o usuário acesse o link <http://hospedagem.enap.gov.br> para requisitar a reserva no alojamento. A confirmação da reserva se dará mediante disponibilidade e análise da área técnica responsável pelo alojamento.

5.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Para medir a satisfação dos clientes/alunos das atividades resultantes de sua atuação, a Enap utiliza-se basicamente da avaliação de reação, ao término de cada evento de aprendizagem, quando os alunos recebem um formulário para avaliação.

Essa alternativa de avaliação tem o propósito de mensurar o grau de satisfação dos participantes em relação aos eventos de aprendizagem recém-concluídos e de contribuir para uma reflexão com vistas ao aprimoramento dos cursos e das práticas envolvidas para a sua realização.

A alternativa adotada inspira-se no modelo dos quatro níveis de avaliação formulados por *Donald Kirkpatrick*¹. Esse modelo é aplicado para a avaliação da eficácia de programas de capacitação ou treinamento e compreende quatro níveis vinculados em ordem de intercausalidade: 1) reação; 2) aprendizagem, 3) comportamento e 4) resultados.

O primeiro nível mede como os participantes de um programa reagiram a ele. O segundo nível abrange a extensão do aprendizado no que se refere aos conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidas durante o programa de capacitação. Esse processo depende dos objetivos específicos e da natureza do conteúdo do programa. O terceiro nível diz respeito à extensão em que os participantes mudaram seu comportamento em razão da participação em um processo de capacitação. Por fim, o último nível envolve a avaliação de resultados finais ou o impacto da ação do sujeito no ambiente de trabalho, ou seja, em que sentido a capacitação permitiu ao sujeito transferir o conhecimento adquirido para as práticas do trabalho gerando valor aos processos preexistentes.

A Enap ainda não adota o modelo integralmente. Tem se limitado ao primeiro nível na maior parte de suas soluções de capacitação, particularmente na área do desenvolvimento técnico e gerencial. No caso específico dos programas de formação para carreiras, cursos de aperfeiçoamento ou de pós-graduação, atinge-se o nível dois. A Escola tem utilizado questionários estruturados como instrumentos de avaliação que podem variar conforme a especificidade dos eventos de capacitação.

Cursos Presenciais de Desenvolvimento Técnico-Gerencial

Nos cursos presenciais de desenvolvimento técnico-gerencial de catálogo a avaliação de reação é aplicada no último dia do curso, em sala de aula, de forma coletiva. O questionário de avaliação é composto por 44 itens, distribuídos em três dimensões: Planejamento, Coordenação e Apoio Logístico (13 itens); Desempenho do Docente (18 itens) e Autoavaliação (12 itens), na qual o participante avalia, entre outros aspectos, a possibilidade de aplicação no trabalho dos conhecimentos adquiridos no curso.

Ao final, há a avaliação global (1 item), na qual o participante atribui uma nota ao curso, considerando uma escala de 0 a 10².

Em seminários e oficinas, o questionário aplicado é mais sintético, contemplando também três dimensões: organização do evento, desempenho do palestrante/facilitador e resultados e aplicabilidade dos conteúdos abordados. No caso de turmas piloto para validação de cursos novos, aplica-se formulário diferenciado, com o propósito de obter informações mais detalhadas para aperfeiçoar o curso, tornando-o adequado às necessidades do público-alvo.

No conjunto, as informações provenientes das avaliações de reação contribuem nos processos de acompanhamento da atuação dos docentes; revisão ou atualização de atividades, conteúdos, metodologias e materiais didáticos, além de possibilitar a identificação de oportunidades de melhoria relativas à infraestrutura e apoio logístico oferecidos pela Enap.

Desde 2016, os resultados da avaliação de reação tem sido utilizados para o acompanhamento de três indicadores estratégicos: *Índice de satisfação do aluno*, calculado a partir da média das notas atribuídas pelos participantes ao evento de aprendizagem, considerando todos os aspectos abordados

¹ **Donald L. Kirkpatrick & James D. Kirkpatrick.** Como Avaliar Programas de Treinamento de Equipes: Os Quatro Níveis. Rio de Janeiro. Editora Senac, 2010.

² Em 2017 foi realizada revisão/atualização do questionário de avaliação de reação. O questionário revisado será aplicado a partir de 2018.

na avaliação de reação; ***Aplicabilidade do curso***, igual ao percentual de respostas de concordância total com a afirmativa “*Percebo situações de trabalho onde eu poderei aplicar o aprendido*” e, ***Índice de Desempenho dos Docentes***, igual ao percentual médio de respostas de concordância total com as afirmativas *Demonstrou domínio dos conteúdos abordados; Incentivou a participação de toda turma; Esclareceu dúvidas e questionamentos dos participantes em atividades individuais e coletivas.*

Em relação ao indicador de *Satisfação do aluno*, os resultados alcançados em 2017 revelam um índice médio de satisfação igual a **9,0** no conjunto dos eventos pesquisados, mantendo a mesma média verificada em 2016. A amostra considerada é de 6582 respondentes em 319 eventos de aprendizagem distribuídos entre cursos regulares oferecidos em turmas abertas, exclusivas e no âmbito do Programa Enap em Rede; oficinas, seminários, além de capacitações para assessorias ministeriais.

No que se refere ao indicador *Aplicabilidade*, esse percentual atingiu **80,1%** em 2017, considerando a amostra de 5006 respostas de participantes de cursos regulares oferecidos em turmas abertas, exclusivas e no âmbito do Programa Enap em Rede. Verifica-se que esse índice melhorou em relação ao resultado de 2016, quando o percentual de concordância total foi de **77,5%**.

Quanto ao indicador *Desempenho docente*, o percentual de 2017 atingiu **90,3%**, considerando uma média de 5044 respostas de participantes de cursos regulares, superando os **88,2%** registrados em 2016.

Cursos a Distância

Nos cursos a distância, os questionários de Avaliação de Reação podem ser preenchidos pelo aluno ao final de cada evento. Os fatores avaliados envolvem Planejamento e coordenação; Conteúdo e estrutura do curso; Aplicabilidade do curso; Desempenho do tutor; Interface gráfica do curso; Apoio institucional e logístico; Autoavaliação; o curso como um todo.

Após a consolidação dos dados, os resultados por curso são apresentados no *Relatório dos Resultados das Avaliações de Reação dos Cursos a Distância* e são utilizados como subsídio para ações de melhoria contínua dos cursos, incluindo revisão de conteúdo e atividades, de metodologia, orientação a tutores, entre outros.

Em 2017 a Escola Virtual da Enap alcançou a marca recorde de um milhão de matrículas realizadas ao longo de sua trajetória de oferta de cursos a distância e a entrega de mais de 500 mil certificados de conclusão. O elevado número de matrículas alcançado nos últimos três anos demonstra o crescente interesse pela modalidade e a necessidade de investir em uma estratégia de oferta que garanta capacidade de resposta da Escola às demandas por capacitação e com qualidade.

Ciente do tamanho do desafio de expandir a oferta de cursos a distância para servidores e cidadãos de todo o país, e no âmbito de sua missão como coordenadora e supervisora dos programas de capacitação gerencial de pessoal civil executados pelas demais escolas de governo da administração pública federal direta, a Enap desenvolveu uma estratégia que articula diferentes entes e instituições comprometidas com os mesmos objetivos. O desenho da proposta é inspirado nas tendências educacionais emergentes e nas iniciativas de sucesso que conseguiram, em maior ou menor grau, incorporar algumas inovações que centralizam os serviços com foco no usuário e na sua experiência de uso.

A Escola Virtual de Governo consiste em um Portal Único de Escolas de Governo que oferecerá, a partir de 2018, um catálogo de cursos unificado das principais escolas de governo e centros de capacitação da Administração Pública. Por meio do compartilhamento de custos e serviços associados à infraestrutura de hospedagem de cursos, gestão acadêmica e gestão de dados, a EVG permite

economia de escala nos investimentos em educação a distância, e valor agregado a servidores e sociedade, sem prejudicar a autonomia na gestão de cursos e turmas das escolas associadas. Para servidores e cidadãos, a solução representa a simplificação do processo de busca, acesso e gestão de certificados.

Cursos de Aperfeiçoamento para Carreiras

Nos cursos de aperfeiçoamento para carreiras, a avaliação de reação também é aplicada pelo coordenador do curso, no último dia, em sala de aula, de forma individual.

O formulário de avaliação de reação está dividido em 03 blocos. O primeiro possui cinco questões abertas, referentes às expectativas do participante em relação ao curso, além da identificação da carreira, órgão de exercício e ocupação de cargo comissionado. A segunda parte é composta por 18 itens objetivos para avaliação da satisfação do aluno, distribuídos em três dimensões: desempenho do professor, com sete itens; avaliação do programa de curso, com cinco itens; avaliação da carga horária, com um item; contribuição da turma, com dois itens; infraestrutura, com um item; e mais dois itens relacionados à percepção de aplicação dos conteúdos e interesse no aprofundamento de conteúdos. O terceiro bloco é composto por três questões discursivas para que o participante possa fazer sugestões e comentários gerais. Além desses blocos, o formulário contém uma escala para que o aluno registre uma nota geral para todo o curso (0 a 10).

Após a tabulação das respostas obtidas, as avaliações são consolidadas em um relatório com a indicação do percentual de respostas a cada item do formulário, a nota média de avaliação geral do curso, e o registro dos comentários e sugestões de melhorias. Esse relatório subsidia também a realização de reunião entre a coordenação e o docente, considerando também sua percepção sobre o desenvolvimento do curso e o desempenho da turma.

Em relação à avaliação de aprendizagem, o objetivo é verificar a capacidade do aluno em aplicar os conceitos, técnicas e reflexões realizadas durante o curso na análise, resolução ou construção de soluções para problemas e/ou temas concretos do contexto e da prática governamental. Em razão de seu objetivo de verificar a capacidade de aplicação do aluno, a avaliação pode ser realizada por meio de trabalhos em grupo, provas e trabalhos individuais, entre outras. Os resultados da avaliação de aprendizagem fornecem evidências que se articulam aos outros processos avaliativos que ocorrem em nível institucional e a partir das avaliações externas, de forma a compor uma visão integrada da oferta de educação com vistas ao desenvolvimento profissional.

Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

A coleta de dados para avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu* ocorre por meio do preenchimento de questionários de avaliação de reação por disciplina (tanto pelos alunos quanto pelos docentes). A avaliação de reação por disciplina aborda três dimensões: Desempenho do professor; Avaliação da estruturação da disciplina; Resultados e aplicabilidade. O formulário de avaliação de reação preenchido pelo docente após o término da disciplina contempla duas dimensões: Perfil e comportamento dos alunos e Desenvolvimento do curso.

É realizada também, no meio e no fim do curso, uma avaliação qualitativa, conduzida por um consultor externo responsável pela mediação da oficina com os alunos, sem a presença obrigatória de representantes da Coordenação. No caso da avaliação de meio de percurso, a oficina é realizada após o primeiro semestre de oferta de disciplinas e, no caso da avaliação final, no dia subsequente à última aula presencial, com a participação de todos os alunos. Nessa oficina, são realizadas atividades individuais e em grupos para compartilhar os resultados das avaliações de diferentes aspectos do curso. Nessa oficina, é possível coletar, pela observação e pelos registros escritos, as percepções

qualitativas dos participantes a respeito do curso, que comporão um relatório final entregue pelo mediador. A oficina é estruturada da seguinte forma:

- Acolhimento, abertura e explicação da metodologia;
- Projeção futura do impacto do curso nas atividades profissionais;
- Avaliação da percepção sobre aspectos constantes nos objetivos de aprendizagem;
- Avaliação de aspectos do desenvolvimento do curso (conteúdo, coordenação, material didático, prática de gestão pública, preparação para elaboração do trabalho final, corpo docente e visitas técnicas); e
- Autoavaliação quanto ao envolvimento com o curso, avaliação sobre a turma e sugestões.

Finalmente, a área técnica documenta os eventos relacionados ao curso, consolidando os dados das avaliações de reação dos alunos e docentes e avaliação final do curso. A Coordenação-Geral de Especialização realiza reuniões internas e periódicas com os professores do curso para apresentação e discussão dos resultados e análise das sugestões.

5.3 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

No portal da Enap, há um item denominado Acesso à Informação, o qual permite consulta a diversos subitens que contribuem para a transparência da gestão, conforme a seguir.

- ✓ Institucional - Informações institucionais e organizacionais da Enap, compreendendo suas funções, competências, estrutura organizacional, relação de autoridades (quem é quem), agenda de autoridades, horários de atendimento e legislação da Escola.
- ✓ Comissão de Ética - Informações relevantes sobre a Comissão de Ética da Enap.
- ✓ Ações e Programas - Informações pertinentes aos principais projetos, iniciativas ou atividades estratégicas da Enap.
- ✓ Participação Social - informações referentes à realização de audiências públicas, consultas públicas ou outras formas de incentivo à participação popular realizadas pela Enap.
- ✓ Auditorias - informações referentes ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomada de contas realizadas na Enap. Nesse espaço estão agregados os processos de contas anuais que atestam a idoneidade da Escola na gestão administrativa.
- ✓ Convênios e Transferências - Repasses e transferências de recursos financeiros
- ✓ Receitas e Despesas - Informações sobre a previsão e arrecadação de receita pública e a execução orçamentária e financeira.
- ✓ Licitações e Contratos - Consulta aos editais de pregão eletrônico, às atas de registro de preços, às contratações de atividades de docência e demais contratações de aquisição e prestação de serviços realizadas pela Enap.
- ✓ Servidores - consulta a informações sobre os concursos públicos realizados, à relação dos agentes públicos lotados ou em exercício na Enap e à relação de funcionários terceirizados.
- ✓ Informações Classificadas - rol das informações classificadas, em cada grau de sigilo e o rol das informações desclassificadas nos últimos doze meses no âmbito da Enap. Além disso, devem ser disponibilizados formulários de pedido de desclassificação e de recurso referente a pedido de desclassificação da informação.
- ✓ Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) – orientações sobre o SIC e como realizar pedidos de informação.
- ✓ Perguntas Frequentes – respostas prontas para perguntas frequentes, separadas por temas.
- ✓ Boletim de Pessoal e Atos Administrativos - consulta, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a portarias, resoluções e outros atos administrativos.

5.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência da Enap foi instituído em 2017. Fruto do esforço de muitos debates entre servidores e estagiários da Escola, o Programa foi “desenhado” pelo Comitê de Inclusão da Enap, grupo que se constituiu em 2016.

Em 2017 o Programa de Inclusão realizou diversas atividades formativas, que contaram com um total de 1.150 participantes:

- Lançamento do Livro Lei Brasileira de Inclusão Comentada
- Palestra Acessibilidade na Comunicação
- Oficina de Audiodescrição
- Palestra Inclusão de PcD na Administração Pública para Superintendentes da AGU
- Seminário Diversidade no Serviço Público
- Roda de Conversa Empoderamento de Mulheres Surdas
- Curso Noções de Atendimento ao Público com Deficiência
- Dicas de Atendimento ao Público com Deficiência
- Palestra sobre Comunicação Inclusiva no Curso para Assessores de comunicação sobre comunicação inclusiva
- Roda de Conversa Precisamos Falar sobre Deficiência
- Roda de Conversa Inclusão de Estagiários com Deficiência
- Palestra no Curso Aperfeiçoamento Diversidade e PP
- Visita técnica ao Senai - Programa Ações Inclusivas
- Lançamento do Programa de Inclusão da Enap
- Roda de Conversa com Coordenações-Gerais da Enap
- Roda de Conversa Precisamos falar sobre Deficiência MPDFT
- Palestra Inclusão Profissional de Pessoas com Deficiência na Administração Pública
- Apresentação do Programa para Rede de Escolas de Governo da União
- Apresentação do Programa para Rede de Escolas de Governo
- Workshop Tecnologias Assistivas Comunicacionais
- Roda de Conversa Precisamos Falar sobre Autismo e Neurodiversidades
- GNPapo Tecnologias Assistivas e Inclusão
- Seminário Práticas Inclusivas na Gestão Pública
- Roda de Conversa Precisamos falar sobre Deficiência FNDE
- Palestra na AGU - lançamento do Plano de Inclusão
- 3 preparações de fiscais de provas do mestrado e especialização
- Roda de Conversa Construindo Cultura Inclusiva nas Organizações
- Palestra sobre Inclusão para Estudantes de Nível Médio e Professores do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
- Curso para Agentes de Segurança do TRT-DF
- Apresentação do Programa de Inclusão para encarregados de equipes terceirizadas

Com a finalidade de propiciar condições às pessoas com deficiência para atuarem na Enap, em 2017 foram contratados três estagiários com deficiência. Também foi viabilizada a reserva de vagas para servidores com deficiência nos cursos de Especialização e Mestrado.

Ciente do seu importante papel em garantir o acesso e participação de servidores, agentes públicos e cidadãos interessados, a Enap, com apoio de um Termo de Cooperação com a UnB, tem investido na melhoria do acesso à plataforma e da navegação em cursos a distância. Um dos projetos em desenvolvimento é o de aprimoramento da acessibilidade da Escola Virtual. Nesse sentido, foi elaborado um plano de trabalho que envolve dimensões tecnológicas e pedagógicas, e que inclui

atividades com foco em: descrição de imagens, legendamento de vídeos, organização e disposição das informações, uso de cores perceptíveis aos daltônicos, organização dos conteúdos, dentre outros. No ano de 2017 foi realizada coleta de dados e iniciada a fase de diagnóstico relativo aos problemas de acessibilidade do ambiente. Para 2018 está prevista a conclusão do diagnóstico, a elaboração de um plano de ação e a implementação dos ajustes propostos. Além disso, está prevista a produção de manuais sobre o tema e a realização de oficinas de treinamento da equipe.

Foi realizada a Semana de Inclusão, a qual contou com uma série de parcerias que viabilizaram diferentes abordagens e metodologias de sensibilização/visibilização da pauta da deficiência e a participação de mais de 200 pessoas.

Ainda em 2017, houve a adaptação do balcão de atendimento da Secretaria Escolar, que foi reformado e rebaixado, conforme as especificações da NBR 9050. Com as reformas realizadas em 2017, o prédio central da Enap atualmente dispõe de sete banheiros acessíveis às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

As comunicações digitais da Enap passaram a ser divulgadas em formatos acessíveis, mais especificamente a legendagem dos vídeos da série Enap Entrevista e a publicação de descrição de imagem nas redes sociais e e-mails, com a *hashtag* #EnapAcessível. A *hashtag* é utilizada ao postar imagens no Facebook, para que pessoas com deficiência visual possam entender o que está na imagem postada, através do uso de *softwares* de leitura de tela. É feita a descrição do conteúdo da imagem, seu texto e suas cores.

Foi elaborada a Cartilha do Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência da Enap, que apresenta os conceitos fundamentais para compreensão da temática da inclusão de pessoas com deficiência na administração pública. Apresenta o Programa de Inclusão da Enap como iniciativa da Escola criada a partir do envolvimento dos servidores da casa, bem como orienta sobre questões de atendimento às pessoas com deficiência a partir de dicas de orientação e apoio.

A Escola também mantém contrato para serviços de intérprete de LIBRAS.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A UPC adotou, ao longo dos exercícios financeiro de 2017, todas as medidas de caráter administrativo para dar cumprimento integral às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

Neste sentido, a UPC realizou todos os registros patrimoniais de DEPRECIÇÃO dos bens MÓVEIS e IMÓVEIS. No que se refere aos registros patrimoniais de AMORTIZAÇÃO de seu patrimônio INTANGÍVEL, a UPC tem adotado medidas de adequação de seu novo Sistema Informatizado de Controle de Patrimônio e Almoxarifado, adquirido em 2016, posto que ainda se encontra em fase de testes e homologação, sendo necessário a realização de ajustes no novo sistema informatizado, para que possa atender plenamente as determinações contidas na Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008. Neste sentido, as ações de teste e homologação, ajustes no novo sistema de controle de bens intangíveis, iniciada no exercício de 2016 pela UPC, deverão perdurar ao longo dos exercícios de 2018 e 2019.

A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão foi o Método das Quotas Constantes, ou Método Linear, segundo a NBC T 16.9, Item 13, alínea “a”.

As taxas utilizadas para os cálculos foram aquelas estabelecidas no Item 24 da Macrofunção 02.03.30 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), face a determinação contida no Item 23 da mesma Macrofunção, que tem como base legal a Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/00, Lei nº 10.180/2011, NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

Não houve necessidade, no exercício de 2017, de avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido da UPC.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC, no exercício 2017, estão devidamente demonstrados nos Balanços Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), anexados a este Relatório de Gestão no Capítulo “Anexos e Apêndices”.

6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A Enap ainda não utiliza o Sistema de Informação de Custos (SIC) do Governo Federal, contudo, utiliza-se da contabilização das despesas por meio de Planos Internos (PI), que permite o acompanhamento e detalhamento pormenorizado da execução das dotações orçamentárias e suas programações a partir do agrupamento dos gastos. A Escola utiliza, também, ferramenta de *Business Intelligence* (BI) que permite, a partir de um vasto banco de dados, a montagem de diversos painéis demonstrativos da execução orçamentária e financeira. Essas ações ensejam num detalhado acompanhamento da execução orçamentária e financeira que auxiliam na identificação e correção de eventuais inconsistências, bem como no planejamento com vistas à melhor aplicação das dotações consignadas à Escola na Lei Orçamentária Anual (LOA).

6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As informações referentes a este item se encontram no Anexo I.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não houve determinações e recomendações emanadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) pendentes de atendimento.

7.2 Tratamento de recomendações do órgão de Controle Interno

No sistema Monitor desenvolvido pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) para permitir o acompanhamento das recomendações emitidas consta 1 (uma) em aberto, a saber:

RECOMENDAÇÃO	TEXTO
138478	Elabore e implemente metodologia de elaboração do Plano de Auditoria Interna, válida para o PAINT 2016 e subsequentes, que contemple os critérios de materialidade, relevância e risco como variáveis para a escolha dos objetos de auditoria, fazendo constar como anexo ao Plano a matriz que direcionou as escolhas efetuadas.

Registra-se que no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) para o exercício de 2018, enviado em 31/10/2017 para a CGU, por meio do Ofício nº 804/2017/Presidência-ENAP, a Auditoria Interna (Audin) apresentou metodologia nos termos solicitados pela Recomendação expedida, tendo como resultado a escolha do macroprocesso “Gestão Acadêmica” para avaliação/auditoria, dado que apresentou o maior risco associado – índice de 3,93 ou 34%.

7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Na Enap não houve, em 2017, ocorrência de casos de danos que tenham sido objeto de medidas internas administrativas, nem instauração de tomadas de contas especiais. Contudo, com vistas a apurar e/ou minimizar a ocorrência de ilícitos administrativos, a Escola dispõe de algumas estruturas de controle, descritas a seguir:

- a Comissão de Ética (CE/Enap) tem como missão contribuir para o fortalecimento do compromisso da Escola com a dimensão ética. Assim, realiza ações educativas para os servidores, divulgando periodicamente os incisos do Código de Ética (Decreto nº 1.171/1994), além de divulgar orientação específica sobre Conflito de Interesses, utilizando material publicitário preparado pela CGU;
- a Auditoria Interna (Audin) que, no decorrer dos seus trabalhos, ao detectar fatos relevantes que apontam para a necessidade de responsabilização administrativa, comunica a Presidência da Enap para que esta adote as medidas necessárias para a instauração de procedimento específico e/ou efetue a devida comunicação para os órgãos de controle interno ou externo.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A Enap realiza acompanhamento do cronograma de pagamento, objeto do Art. 5º da Lei 8.666, de 1993, estabelecendo nas contratações de bens, realização de obras e prestação de serviços, prazo para realização do pagamento da despesa em até cinco dias úteis, contados da data do atesto da Fatura e/ou Nota Fiscal de fornecimento. Nos contratos com desembolsos mensais constam cláusulas que estabelecem a temporalidade em que devem ocorrer os pagamentos das despesas (por exemplo: “o pagamento deverá ser realizado até o 5º dia útil ao mês subsequente ao da prestação do serviço”).

O acompanhamento dos pagamentos é monitorado por intermédio do Sistema Integrado de Gestão (SIG-Enap).

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Haja vista a suspensão liminar do benefício de desoneração da folha de pagamentos, não há conteúdo a declarar.

8. Parecer ou Relatório da unidade de Auditoria Interna

Conforme prevê o § 6º do art. 15 do Decreto 3.591, de 6 de setembro de 2000, a unidade de Auditoria Interna da Enap (Audin) deve examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da entidade.

Desta forma, considera-se que o presente Relatório de Gestão, organizado pela Assessoria da Presidência da Enap, a partir de informações disponibilizadas pelas Diretorias, cumpre, em sua essência, os critérios formais de apresentação preconizados pelo Tribunal de Contas da União.

Em relação ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), de responsabilidade da Audin, registra-se que foram previstas ações que buscassem atuar em questões balizares, tanto internamente, voltadas para a própria unidade, no sentido de sistematizar seus processos, normatizar sua atuação e divulgar suas competências; como externamente, voltadas para a Enap, que possibilitassem o conhecimento da instituição e o mapeamento do ambiente de controle.

Como resultado verificaram-se avanços significativos, em menor ou maior grau, em todas as ações previstas no PAINT. Pode-se afirmar que bases sólidas para o fortalecimento da Audin começaram a ser construídas. Em relação ao ambiente de controle Enap se destacam as melhorias na temática da transparência, tanto passiva como ativa. Na gestão de riscos, a Audin definiu metodologia para análise dos macroprocessos finalísticos da escola, com base em critérios associados a materialidade, relevância e criticidade.

Porém, ainda há um campo significativo para avançar na capacidade dos controles internos, seja para identificar, evitar e corrigir falhas, como para minimizar riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos da entidade. Porém tal fato é de conhecimento da Audin e da Presidência da entidade e há ações planejadas e em andamento para, gradativamente e incrementalmente, melhorar o sistema de integridade e de governança da Enap.

9. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

No exercício de 2017, não houve demanda que ensejasse atuação da área especializada em matéria correcional da unidade jurisdicionada ou eventos que provocassem a criação de colegiados correcionais (sindicâncias ou processos administrativos disciplinares). Contudo, maiores informações relacionadas ao tema podem ser verificadas no tópico “3.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos”.

10. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

10.1 Declaração de Integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no Sisac

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap) estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac) para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Brasília, 31 de janeiro de 2018

CILAIR RODRIGUES DE ABREU

CPF nº 908.073.407-15

Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas e Administração

Fundação Escola Nacional de Administração Pública

10.2 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas

Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da Fundação Escola Nacional de Administração Pública, obrigados pela Lei 8.730/1993, disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e Administração, para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Brasília, 31 de janeiro de 2018

CILAIR RODRIGUES DE ABREU

CPF nº 908.073.407-15

Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas e Administração

Fundação Escola Nacional de Administração Pública

10.3 Declaração de Integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

Declaração de integridade das informações sobre o PPA no SIOP

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações para monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Brasília, 18 de março de 2018

ROBERTA TIEMI SAITA
016.021.005-43
Chefe de Gabinete
Escola Nacional de Administração Pública

Declaração de integridade das informações do Orçamento Federal Anual no SIOP

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Brasília, 18 de março de 2018

ROBERTA TIEMI SAITA
016.021.005-43
Chefe de Gabinete
Escola Nacional de Administração Pública

10.4 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

O processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da UPC ocorre com a análise dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, realizados pela Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, e, especificamente, quanto as Conformidades de Gestão e Contábeis, no âmbito da Divisão de Contabilidade no Sistema de Administração Financeira (SIAFI).

A Conformidade Contábil é realizada por meio da verificação da regularidade dos lançamentos orçamentários, financeiros e patrimoniais no SIAFI, com a verificação dos lançamentos típicos da execução da despesa, empenho, liquidação e pagamento.

A Conformidade de Gestão é realizada por meio da verificação dos documentos diários gerados no SIAFI, no que diz respeito à sua origem e à existência de elementos fáticos que dão suporte a tais atos de gestão orçamentaria e financeira. Nestes casos, a Divisão de Contabilidade utiliza-se dos

instrumentos de análise contábil disponíveis no SIAFI. Assim, na ocorrência de eventuais erros, inconsistências ou impropriedades, a Divisão de Contabilidade solicita ao gestor que proceda as regularizações necessárias, quando cabíveis, e/ou, proceda alteração nas rotinas de execução orçamentária, financeira e patrimonial, para evitar novas ocorrências.

O processo de Conformidade Contábil não se restringe à análise unicamente das informações e documentos constantes do SIAFI, uma vez que a análise contábil também ocorre com a aferição da regularidade dos processos administrativos eletrônicos, no âmbito do SEI, com o objetivo de assegurar e certificar que os elementos fáticos constantes dos processos administrativos eletrônicos dão suporte aos lançamentos de gestão registrados no SIAFI.

Dessa forma, a Divisão de Contabilidade certifica que os Processos Eletrônicos foram instruídos com os documentos indispensáveis à fundamentação dos atos e fatos praticados na gestão orçamentária, financeira e patrimonial da UPC. Esta certificação, que é a conformidade contábil documental, fica registrada no próprio processo administrativo eletrônico, na forma de “*CHEK LIST*”, que é datado, assinado e juntado aos autos do Processo Eletrônico por Técnicos Analistas da Divisão de Contabilidade. Neste aspecto, importante ressaltar que o Contador Responsável pela UPC tem como uma de suas atribuições funcionais prestar apoio e orientação aos gestores, porém, sem praticar, diretamente, atos de gestão orçamentária, financeira ou patrimonial, o que garante o respeitando e a efetiva aplicação do Princípio de Segregação de Funções.

Quanto às informações sobre a “quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alertas ou ressalvas”, verifica-se que estas não ocorreram na UPC, o que ensejou o registro de Conformidade Contábil “SEM RESTRIÇÃO” no fechamento contábil de todos os meses do exercício financeiro de 2017.

10.5 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

DECLARAÇÃO PLENA

Declaração do Contador afirmativa da fidedignidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			114702
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2017, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	18/03/2018
Contador Responsável	Wander Machado de Souza	CRC nº	014448/O-7

ANEXO I



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 20/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

ÓRGÃO SUPERIOR 20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	76.718.755,33	72.735.943,33	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	76.718.755,33	72.735.943,33

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	10.086.756,91	8.126.900,21	PASSIVO FINANCEIRO	10.340.881,59	6.193.853,73
ATIVO PERMANENTE	66.631.998,42	64.609.043,12	PASSIVO PERMANENTE	4.085.953,77	1.487.110,18
			SALDO PATRIMONIAL	62.291.919,97	65.054.979,42

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	28.570.418,96	25.503.207,37	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	33.895.497,25	30.173.699,29
Execução dos Atos Potenciais Ativos	28.570.418,96	25.503.207,37	Execução dos Atos Potenciais Passivos	33.895.497,25	30.173.699,29
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	5.074.447,57	5.074.447,57	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	7.417.698,11	4.350.486,52	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	1.491.328,80	3.934.576,97
Direitos Contratuais a Executar	16.078.273,28	16.078.273,28	Obrigações Contratuais a Executar	32.404.168,45	26.239.122,32
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	28.570.418,96	25.503.207,37	TOTAL	33.895.497,25	30.173.699,29

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-6.821.535,65
Recursos Vinculados	6.567.410,97
Seguridade Social (Exceto RGPS)	1.920,00
Operação de Crédito	-300.000,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	6.865.490,97
TOTAL	-254.124,68



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 20/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

ÓRGÃO SUPERIOR 20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	4.796.016,38	6.837.477,81
INGRESSOS	64.239.504,16	55.151.169,84
Receitas Derivadas e Originárias	681.350,24	504.618,44
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	50.332,78	29.138,63
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	543.692,52	434.205,03
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	87.324,94	41.274,78
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	63.558.153,92	54.646.551,40
Ingressos Extraorçamentários	13.361,90	2.094,53
Transferências Financeiras Recebidas	63.544.792,02	54.644.456,87
DESEMBOLSOS	-59.443.487,78	-48.313.692,03
Pessoal e Demais Despesas	-50.126.280,40	-43.690.968,94
Legislativo	-374.982,65	-294.057,43
Judiciário	-18.600,00	-20.467,20
Essencial à Justiça	-12.280,00	-
Administração	-42.689.159,49	-37.651.260,16
Defesa Nacional	-115.020,00	-20.147,40
Segurança Pública	-500,00	-100.309,82
Relações Exteriores	-68.580,00	-
Assistência Social	-206.828,41	-155.322,13
Previdência Social	-5.253.043,78	-4.709.422,65
Saúde	-102.695,15	-19.793,81
Trabalho	-	-
Educação	-197.403,36	-136.643,09
Cultura	-274.140,00	-4.528,00
Direitos da Cidadania	-191.522,58	-99.341,52
Urbanismo	-18.600,00	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-29.700,00
Ciência e Tecnologia	-19.840,00	-30.927,77
Agricultura	-135.220,00	-
Organização Agrária	-	-7.195,50
Indústria	-129.581,21	-14.710,80



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 20/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

ÓRGÃO SUPERIOR 20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comércio e Serviços	-8.080,00	-57.175,81
Comunicações	-	-
Energia	-106.402,77	-103.436,03
Transporte	-204.600,00	-
Desporto e Lazer	-	-236.529,82
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	799,00	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-5.386.177,83	-2.923.178,47
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-2.899.190,52	-2.510.140,93
Outras Transferências Concedidas	-2.486.987,31	-413.037,54
Outros Desembolsos das Operações	-3.931.029,55	-1.699.544,62
Dispêndios Extraorçamentários	-13.361,90	-2.094,53
Transferências Financeiras Concedidas	-3.917.510,50	-1.697.450,09
Demais Pagamentos	-157,15	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.836.316,83	-6.759.515,03
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-2.836.316,83	-6.759.515,03
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.348.374,45	-4.908.471,48
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-487.942,38	-1.851.043,55
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 20/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

ÓRGÃO SUPERIOR 20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.959.699,55	77.962,78
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	8.126.900,21	8.048.937,43
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	10.086.599,76	8.126.900,21



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	64.226.142,26	55.354.399,98
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	594.025,30	462.932,23
Venda de Mercadorias	9.187,20	15.205,70
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	584.838,10	447.726,53
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	82,70	411,43
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	82,70	411,43
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	63.544.792,02	54.834.480,11
Transferências Intragovernamentais	63.544.792,02	54.644.456,87
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	190.023,24
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	15.301,43
Reavaliação de Ativos	-	6.331,87
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	8.969,56
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	87.242,24	41.274,78
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	87.242,24	41.274,78
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	62.843.253,16	54.686.036,56
Pessoal e Encargos	27.381.585,88	29.144.424,52
Remuneração a Pessoal	21.503.914,18	25.155.787,99
Encargos Patronais	2.822.120,36	2.461.864,09
Benefícios a Pessoal	1.229.571,63	1.290.532,69
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.825.979,71	236.239,75
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.271.929,66	4.697.398,13
Aposentadorias e Reformas	4.823.876,95	4.294.679,32
Pensões	444.302,66	365.502,51
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.750,05	37.216,30
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	23.431.452,65	18.448.747,63
Uso de Material de Consumo	1.003.411,85	767.615,90
Serviços	19.713.838,24	16.314.503,33
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.714.202,56	1.366.628,40
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	6.567.539,89	2.110.487,63
Transferências Intragovernamentais	3.917.510,50	1.697.450,09
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	53.972,88	53.972,88
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	2.434.454,86	359.064,66
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	161.601,65	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	69.360,61
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	930,00
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	68.430,61



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	6.870,26	917,81
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	928,26	917,81
Contribuições	5.942,00	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	183.874,82	214.700,23
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	183.874,82	213.899,59
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	800,64
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.382.889,10	668.363,42

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 20/02/2018

PÁGINA 1

SUBTÍTULO 114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

ÓRGÃO SUPERIOR 20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	681.350,24	504.618,44	Despesas Orçamentárias	62.717.579,65	52.442.533,30
Ordinárias	87.569,09	41.969,74	Ordinárias	60.043.748,31	47.269.019,46
Vinculadas	594.552,75	464.813,92	Vinculadas	2.673.831,34	5.173.513,84
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	594.552,75	464.813,92	Educação		84.108,79
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-771,60	-2.165,22	Seguridade Social (Exceto RGPS)	156.389,71	4.393.636,72
			Operação de Crédito	374.700,00	30.000,00
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.940.741,63	637.653,72
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	202.000,00	28.114,61
Transferências Financeiras Recebidas	63.544.792,02	54.644.456,87	Transferências Financeiras Concedidas	3.917.510,50	1.697.450,09
Resultantes da Execução Orçamentária	57.355.997,02	48.302.327,01	Resultantes da Execução Orçamentária	1.922.662,95	1.566.178,35
Repasso Recebido	57.355.997,02	48.302.327,01	Repasso Concedido	1.922.582,32	1.566.178,35
Independentes da Execução Orçamentária	6.188.795,00	6.342.129,86	Repasso Devolvido	80,63	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	5.746.972,33	5.907.209,49	Independentes da Execução Orçamentária	1.994.847,55	131.271,74
Movimentação de Saldos Patrimoniais	441.822,67	434.920,37	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.905.528,56	
Aporte ao RPPS	-	-	Demais Transferências Concedidas	1.679,90	88.800,00
Aporte ao RGPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	87.639,09	42.471,74
			Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	10.090.143,56	6.164.448,26	Despesas Extraorçamentárias	5.721.496,12	7.095.577,40
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	280,31	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	10.075.702,35	6.162.353,73	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	5.707.977,07	7.093.482,87
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	13.361,90	2.094,53	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	13.361,90	2.094,53
Outros Recebimentos Extraorçamentários	799,00	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	157,15	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	799,00	-	Demais Pagamentos	157,15	-
Saldo do Exercício Anterior	8.126.900,21	8.048.937,43	Saldo para o Exercício Seguinte	10.086.599,76	8.126.900,21
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.126.900,21	8.048.937,43	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.086.599,76	8.126.900,21
TOTAL	82.443.186,03	69.362.461,00	TOTAL	82.443.186,03	69.362.461,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 20/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

ÓRGÃO SUPERIOR 20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	851.016,00	851.016,00	681.350,24	-169.665,76
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	35.000,00	35.000,00	50.332,78	15.332,78
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	35.000,00	35.000,00	50.332,78	15.332,78
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	815.000,00	815.000,00	543.692,52	-271.307,48
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	815.000,00	815.000,00	543.692,52	-271.307,48
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1.016,00	1.016,00	87.324,94	86.308,94
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.016,00	1.016,00	2.658,74	1.642,74
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	84.666,20	84.666,20
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 20/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

ÓRGÃO SUPERIOR 20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	851.016,00	851.016,00	681.350,24	-169.665,76
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	851.016,00	851.016,00	681.350,24	-169.665,76
DEFICIT			62.036.229,41	62.036.229,41
TOTAL	851.016,00	851.016,00	62.717.579,65	61.866.563,65
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	52.416.270,00	53.584.098,00	58.638.734,00	51.966.180,77	51.965.900,46	-5.054.636,00
Pessoal e Encargos Sociais	30.613.539,00	29.998.548,00	28.935.409,63	28.895.342,62	28.895.062,31	1.063.138,37
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	21.802.731,00	23.585.550,00	29.703.324,37	23.070.838,15	23.070.838,15	-6.117.774,37
DESPESAS DE CAPITAL	3.230.531,00	3.230.531,00	4.078.845,65	675.696,53	675.696,53	-848.314,65
Investimentos	3.230.531,00	3.230.531,00	4.078.845,65	675.696,53	675.696,53	-848.314,65
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	55.646.801,00	56.814.629,00	62.717.579,65	52.641.877,30	52.641.596,99	-5.902.950,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 20/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

ÓRGÃO SUPERIOR 20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	55.646.801,00	56.814.629,00	62.717.579,65	52.641.877,30	52.641.596,99	-5.902.950,65
TOTAL	55.646.801,00	56.814.629,00	62.717.579,65	52.641.877,30	52.641.596,99	-5.902.950,65

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	31.500,00	4.001.733,43	3.547.356,77	3.547.356,77	221.776,73	264.099,93
Pessoal e Encargos Sociais	-	73.728,09	11.743,41	11.743,41	-	61.984,68
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	31.500,00	3.928.005,34	3.535.613,36	3.535.613,36	221.776,73	202.115,25
DESPESAS DE CAPITAL	-	2.160.620,30	2.160.620,30	2.160.620,30	-	-
Investimentos	-	2.160.620,30	2.160.620,30	2.160.620,30	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	31.500,00	6.162.353,73	5.707.977,07	5.707.977,07	221.776,73	264.099,93

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-